UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

GIRLANE VALENTIM LOPES

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E A INFLUÊNCIA DA RACIONALIDADE MODERNA: UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA DE PORTO SEGURO-BA

PORTO SEGURO-BA

2025

GIRLANE VALENTIM LOPES

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E A INFLUÊNCIA DA RACIONALIDADE MODERNA: UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA DE PORTO SEGURO-BA

Projeto de dissertação submetido ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Federal do Sul da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

Coorientador(a): Prof. Dr. Marcos Sorrentino

PORTO SEGURO

2025

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

L864s Lopes, Girlane Valentim, 1983 –
Sociedades sustentáveis e a influência da racionalidade moderna: um olhar sobre o movimento ambientalista de Porto Seguro - BA. / Girlane Valentim Lopes. – Porto Seguro, 2025.
152 f.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de Formação em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Capitalismo. 2. Educação Ambiental Crítica. 3. Movimento Ambientalista. 4. Exclusão Social. 5. Racionalidade Moderna. I. Costa-Pinto, Alessandra Buonavoglia. II. Título.

CDD – 363.7

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2025, às 09h00, via webconferência, por meio da sala virtual com link de transmissão https://meet.google.com/pqs-honx-qnv, reuniram-se os/as membros/as da banca examinadora composta pelos/as docentes Dra. Alessandra Buonavoglia Costa Pinto (orientadora e presidenta da banca), Dra. Maria Aparecida de Oliveira Lopes (membra externa ao Programa), Dr. Geoésley José Negreiros Mendes (membro externo ao Programa) e Dra. Angela Maria Garcia (membra externa ao Programa), a fim de arguirem a mestranda **Girlane Valentim Lopes** na defesa de sua dissertação de mestrado, cujo trabalho de pesquisa intitula-se **"Sociedades Sustentáveis e Racionalidade Moderna Crista: um olhar sobre o movimento ambientalista de Porto Seguro-BA"**. Aberta a sessão pelo/a presidente/a da mesma, coube ao/à candidato/a, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionado/a pelos/as membros/as da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias. Após reunião em sessão secreta, os/as membros/as da banca consideraram a dissertação:

( ) Aprovada com Louvor (X) Aprovada ( ) Reprovada

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA BUONAVOGLIA COSTA PINTO
Data: 08/02/2025 18:18:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Alessandra Buonavoglia Costa Pinto
(UFSB/PPGCTA)
Orientador/a e Presidente/a da banca

Documento assinado digitalmente
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA LOPES
Data: 05/02/2025 16:15:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Maria Aparecida de Oliveira Lopes (UFSB)
Membra externa

Documento assinado digitalmente
GEOESLEY JOSE NEGREIROS MENDES
Data: 31/01/2025 19:13:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Geoésley José Negreiros Mendes
(UEMASUL) *Membro externo*

Documento assinado digitalmente
ANGELA MARIA GARCIA
Data: 03/02/2025 15:51:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Dra. Angela Maria Garcia (UFSB)
Membra externa

Documento assinado digitalmente
GIRLANE VALENTIM LOPES
Data: 31/01/2025 16:44:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Girlane Valentim Lopes
discente

Webconferência, 31 de janeiro de 2025.

DEDICATÓRIA

À Jorge Ferreria Lopes,

O melhor painho que eu poderia ter tido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim mesma, por não ter sucumbido ao mar agitado a que fui submetida nos últimos tempos. Me manter sóbria foi um grande desafio e me orgulho de ter conseguido me manter lúcida. Agradeço igualmente quem comigo remou nessas águas, meu esposo Eduardo, minha mãe Gidalva, meu sobrinho Pedro, meus irmãos George e Jackson, meus gatos Dodô e Osmar e à painho, que mesmo tendo partido durante o período da escrita, sempre incentivou quem alisava os bancos da ciência, como ele mesmo dizia. Agradeço ao meu amigo professor Geoèsley Mendes, que motivou meu ingresso no Mestrado e apoiou o desenvolvimento da pesquisa. De igual modo agradeço ao NUPEEA/UFSB[1], em especial à professora Alessandra, por jogar luz às reflexões e direcionar a escrita e também aos professores e professoras do PPGCTA que participaram da minha formação durante o período de cumprimento das disciplinas. A todos e todas participantes da pesquisa que cederam seu tempo para as entrevistas, considerações e que sem elas este trabalho não seria possível. À banca de qualificação e defesa deste trabalho, Dr. Geoèsley Mendes, Dra. Maria Aparecida Lopes e Dra. Angela Garcia.

Muito obrigada a todos!

[1] Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental da Universidade Federal da Bahia/Porto Seguro.

“Eu quero ficar perto
De tudo que acho certo
Até o dia em que eu mudar de opinião
A minha experiência
Meu pacto com a ciência
O meu conhecimento é a minha distração
Coisas que eu sei
Eu adivinho sem ninguém ter me contado
Coisas que eu sei
O meu rádio relógio mostra o tempo errado, aperte o play
Eu gosto do meu quarto, do meu desarrumado
Ninguém sabe mexer na minha confusão
É o meu ponto de vista não aceito turistas
Meu mundo está fechado pra visitação
Coisas que eu sei
O medo mora ao lado das ideias loucas
Coisas que eu sei
Se eu for eu vou assim não vou trocar de roupa, é a minha lei
Eu corto os meus dobrados, acerto os meus pecados
Ninguém pergunta mais depois que eu já paguei
Eu vejo o filme em pausas, eu imagino casas
Depois eu já nem lembro do que eu desenhei
Coisas que eu sei
As vezes dá preguiça na areia movediça
Quanto mais eu mexo mais afundo em mim
Eu moro num cenário, do lado imaginário
Eu entro e saio sempre quando tô a fim
Coisas que eu sei
As noites ficam claras no raiar do dia
Coisas que eu sei
São coisas que antes eu somente não sabia
Agora eu sei.” (Dudu Falcão)

LOPES, Girlane Valentim. **Sociedades Sustentáveis ea Influência da Racionalidade Moderna:** um olhar sobre o Movimento Ambientalista de Porto Seguro-BA. Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto; coorientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino. 2025. Projeto de dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Universidade Federal do Sul da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, 2025.

RESUMO

Referenciais empíricos parecem tornar indiscutível que a tentativa de domínio da espécie humana sobre o meio natural seja um dos responsáveis pela geração do atual cenário de degradação socioambiental. Embora seja complexo apontar os fatores que possam gerar tal tentativa, uma hipótese de investigação possível direciona-se para a racionalidade moderna europeia, que se apoia sobre bases judaico-cristãs e Renascentistas. Segundo essa racionalidade, a Natureza deve ser estudada, desvendada e subjugada por um tipo de Humanidade que supostamente está acima dela. Humanidade essa que a Europa, em seu processo de colonização, determinou como branca, cristã, urbana e histórica. Uma compreensão que chancela o direito à invasão e à exploração de territórios e pessoas, subjulgando e invisibilizando a historicidade dos povos nativos desses territórios invadidos. Com base nisso, esta produção, qualitativa e exploratória, através do Levantamento Documental, das Entrevistas Narrativas, do Questionário Diagnóstico e da Observação Participante, analisou, através da Análise Textual Descritiva, as atividades desenvolvidas por seis instituições socioambientais do Território de Porto Seguro-BA. Com as lentes da Educação Ambiental Crítica, que preza pela contextualização sociopolítica das questões ecológicas, com vistas à transição do atual modelo civilizatório eurocentrado para as Sociedades Sustentáveis, a pesquisa objetivou obter um panorama preliminar da atuação dessas instituições no Território. Observou-se que o movimento ambientalista de Porto Seguro caminha de maneira fragmentada com pouca ou nenhuma interação entre as instituições, que são heterogêneas quanto às atividades realizadas. Poucas delas se afirmam atuantes na atividade de educação ambiental, mas são unânimes na declaração de que se empenham em prol da conscientização ambiental da população. Nessa vertente, a pesquisa identificou características alinhadas à visão hegemônica da Racionalidade Moderna. Identificou-se o empenho por parte das instituições em contribuir com a mudança do cenário de degradação ambiental, mas um ponto a ser observado com atenção é a pouca valorização do saber popular, fazendo distinção entre a população local e os oriundos de outros lugares. A maior parte das ações são realizadas

para e não com a população. Observou-se também que o movimento, ainda que fragmentado, enfrenta dificuldades no relacionamento com a gestão pública municipal e que não interage com temas transversais à pauta ecológica. Recomenda-se maior interação entre as instituições que desenvolvem ações socioambientais no território de maneira que avancem no objetivo de mudança do cenário de degradação socioambiental e recomenda-se também que as ações de cunho ecológico sejam melhor contextualizadas, de maneira que haja maior participação da população alvo das atividades nas tomadas de decisão.

Palavras-chave: Capitalismo; educação ambiental crítica; movimento ambientalista; exclusão social; racionalidade moderna**.**

LOPES, Girlane Valentim. **Sociedades Sustentáveis e a Influência da Racionalidade Moderna:** um olhar sobre o Movimento Ambientalista de Porto Seguro-BA. Advisor: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto; Prof. Dr. Marcos Sorrentino. 2025. Dissertation's project (Master's in Environmental Science & Technology) – Universidade Federal do Sul da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, 2025.

ABSTRACT

Empirical references seem to make it indisputable that the human species´attempt to dominate the natural environment is one of the factors responsible for generating the current scenario of socio-envirnmental degradation. Although it is complex to point out the factors that could generate such na attempt, a possible investigation hypothesis is directed towards modern European rationality, which is based on Judeo-Christian and Renaissance foundations. According to this rationality, Nature must be situed, unraveled and subjugated by a type of humanity that is supposedly above it. This Humanity was determined by Europe, in its colonizations process, as white, Christian, urban and historical. This understanding endorses the right to invade and exploit territories and people, subjugating and rendering invisible the historicity of the native peoples of these invaded territories. Based on this, this qualitative and exploratory production, through Documentary Survey, Narrative Interviews, Diagnostic Questionnaire and Participant Observation, analyzed, through Descriptive Textual Analysis, the activities developed by six socio-environmental institutions in the Territory of Porto Seguro-BA. Using the lens of Critical Environmental Education, which values the sociopolitical contextualization of ecological issues, with a view to transitioning from the current Eurocentric civilizational model to Sustainable Societies, the research aimed to obtain a preliminary overview of the acitivies of these insititutions in the Territory. It was observed that the environmental movement in Porto Seguro is fragmented, with little or no interaction between the institutions, which are heterogeneous in terms of the activities carried out. Few of them claim to be active in environmental education activities, but they are unanimous in declaring that they are committed to raising environmental awareness among the population. In this reagard, the research identified characteristics aligned with the hegemonic vision of Modern Rationality. The institutions´commitment to contributing to changing the scenario of environmental degradation was identified, but one point that should be carefully observed is the low value given to popular knowledge, making a distinction between the local population and those from other places. Most of the actions

are carried out for and not with the population. It was also observed that the movement although fragmented, faces difficulties in its relationship with the municipal public adminstration and that it does not interact with issues that are transversal to the ecological agenda. Greater interaction is recommended between the institutions that develop socio-environmental actions in the territory in order to advance the objective of changing the scenario of socio-environmental degradation. It is also recommended that ecological actions be better contextualized, so that there is greater participation of the target population of the activities in decision-making.

Key-words: Capitalism; critical environmental education; environmental movement; social exclusion; modern rationality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Resumo gráfico que ilustra os pilares formativos da Racionalidade Moderna	27
Figura 2	Dimensões da sustentabilidade compreendidas no Desenvolvimento Sustentável	48
Figura 3	Processo contínuo de análise durante a escrita	64
Figura 4	Representação do processo de elaboração do metatexto	65
Figura 5	Atividades realizadas a apartir do retorno de contato das OSCs	69
Figura 6	Parte do questionário preenchido pelas OSCs	70
Figura 7	Evento cultural para apresentação das associações do Território	71
Figura 8	Coleta de dados no festival Bem D´Ajuda em Arraial D´Ajuda-BA	72
Figura 9	Ofício de solicitação de presença para reunião do Conselho Muncipal de Meio Ambiente	73
Figura 10	Localização do Território de Porto Seguro	75
Figura 11	Tentativa de acompanhamento das atividades de campo do colaborador 1 da OSC 1	77
Figura 12	Tentativa de entrevista e acompanhamento de campo colaborador 2 OSC 1	77
Figura 13	5ª indagação do questionário	81
Figura 14	4ª indagação do questionário	92
Figura 15	Região de concentração das OSCs	93
Figura 16	Rua da Mata, Novo Arraial, Arraial D´ajuda	96
Figura 17	Reivindicação na Assembleia do Conselho de Meio Ambiente	96
Figura 18	8ª indagação do questionário	100
Figura 19	9ª indagação do questionário	101
Figura 20	Apresentação do projeto Lixo Zero Aldeia Xandó	103
Figura 21	Assembleia do Conselho de Meio ambiente	103
Figura 22	Publicação sobre a exclusão da ASV no Conselho do Meio Ambiente	104
Figura 23	Manifestação pataxó contra as mortes de jovens indígenas	105
Figura 24	Manifestação do povo pataxó na Br 367	106
Figura 25	Manifestação do povo pataxó contra a tramitação do	

	Marco Temporal	106
Figura 26	3ª indagação do questionário	108
Figura 27	Percurso do Rio Buranhém	111
Figura 28	Localização do Frigorífico Boi Nativo	118
Figura 29	Localização da fábrica da Veracel Celulose no município de Eunápolis	119
Figura 30	Encontro entre os presidentes do Brasil e de portugal nos festejos dos 500 anos	124
Figura 31	Autoridades reunidas na Cidade Histórica. Ator caracterizado de Cabral	124
Figura 32	Protesto indígena contra as comemorações dos 500 anos	126
Figura 33	Repercursão da mídia sobre a festa dos 500 anos	126
Figura 34	Parte da diretoria e do corpo de voluntários da ASV	129
Figura 35	Parte da diretoria do MDPS	129
Figura 36	Manifestação do Instituto Despertar Trancoso	130
Figura 37	Assembleia administrativa do MT	130
Figura 38	Publicação do quadro de gestão 2023/2026 da SAA	131
Figura 39	Reunião com a Secretaria Litoral Sul do OSPS	131
Figura 40	Horto Agroflorestal da Associação Despertar Trancoso	132
Figura 41	Programa Qualifica Bahia desenvolvido pelo MT	132
Figura 42	Visita à aldeia Pataxó Lagoa Doce, Trancoso	133
Figura 43	Atividade de plantio de mudas com crianças da rede municipal	133

LISTA DE ABREVIATURA

ASV – Associação Socioambiental Verdejar D´Ajuda

ATD – Análise Textual Discursiva

CEPOC – Corredor Ecológico Porto Seguro - Cabrália

DS – Desenvolvimento Sustentável

DT – Insituto Despertar Trancoso

EA – Educação Ambiental

EAC – Educação ambiental crítica

GIZ - Agência Alemã de Cooperação Internacional

ICMBIo – Insituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/BA

MA – Movimento Ambiental

MDPS – Movimento de Defesa, Preservação e Sustentabilidade

IMT – Instituto Mãe Terra

NUPEEA - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental/UFSB

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSPS – Observatório Social de Porto Seguro

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PPGCTA - Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais

Rio92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992

SAA – Associação Amigos de Arraial D´Ajuda

SEMAC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal/Porto Seguro

SS – Sociedades Sustentáveis

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TICD - Território de Identidade da Costa do Descobrimento

SUMÁRIO

1. E o meu cálice transborda – Apresentação.....17
2. Introdução..... 19
2.1 Considerações introdutórias.....19
2.2 Base argumentativa.....19
3. E conhecereis a verdade – Os pilares da Racionalidade Moderna.....28
3.1 Je pense, donc je suis – A supremacia da razão.....**28**
3.2 Não terás outros deuses além de mim – A negociação entre
Igreja e Modernidade.....**31**
3.2.1 E haja separação entre luz e trevas – O divórcio entre homem
e natureza.....**34**
3.3 Afasta de mim esse cálice – A tentativa de esvaziamento dos
sujeitos escravizados.....**37**
4. Bezerro de ouro – o capitalismo e seus desdobramentos.....39
4.1 Os alicerces do "progresso" **39**
4.2 O despertar ecológico.....**42**
4.3 O Desenvolvimento (In)Sustentável.....**47**
5. Novo céu e nova terra – O movimento ambiental e as
Sociedades Sustentáveis.....50
5.1 Os movimentos ambientalistas e as educações ambientais.....**51**
5.2 As Sociedades Sustentáveis.....**53**
5.2.1 Movimentando-se em direção às Sociedades Sustentáveis.....**54**
6. Objetivos.....58
6.1 Objetivo geral.....**58**
6.2 Objetivos específicos.....**58**
7. HAJA LUZ – METODOLOGIA.....58
7.1 Definindo o método.....58
7.2 Definindo as ferramentas de coleta.....61
7.2.1Observação participante.....**61**
7.2.2 Entrevistas Narrativas.....62
7.2.3 Levantamento documental.....62
7.3 Definindo o método de análise.....63

7.4 Coletando os dados.....66
8. Discussão dos resultados.....74
8.1 O véu do Templo – A barreira inicial, o estrangeiro no Movimento.....74
8.1.2 Então o Movimento Ambientalista não se esconde?.....88
8.2 A fragmentação do movimento.....89
8.2.1 A configuração geográfica do Território.....93
8.3 Principais atividades desenvolvidas pelas OSCs.....94
8.4 A relação das OSCs com a gestão pública municipal.....101
8.5 O Movimento Ambientalista e os temas transversais.....107
8.6 Fechando a trilha do Movimento Negro de Porto Seguro..... .109
8.7 As OSCs e a Educação Ambiental.....112
8.8 As OSCS e a conscientização ambiental.....116
8.9 E vós, quem dizeis que eu sou? O povo daqui e os de fora.....121
9.0 Considerações Finais.....128
10. Referências Bibliográficas.....137
Anexos.....149
Apêndice A – Guia para as entrevistas narrativas.....149
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....150
Apêndice C – Termo de Consentimento de Autorização
de Uso de Imagem e Voz.....153

1. E o meu cálice transborda - Apresentação

No mestrado, durante o período de cumprimento da grade curricular, já vinha me perguntando como o conhecimento produzido por nós acadêmicos chegaria até a população não acadêmica, já que na minha ideia, escrevíamos para ela. No momento do estágio obrigatório, uma aluna me perguntou onde teriam acesso ao texto produzido por mim depois de concluído. Expliquei que ficaria disponível no site da Universidade, de acesso a todos. Aff! Exclamou ela, e quem vai lá ver no corre do dia a dia? Me indagou a bendita. Encerrei o assunto com uma fala qualquer e segui a aula. Tempo depois, refletindo, conclui que nós mesmos, os interessados em racionaldiade moderna, movimento ambientalista ou sociedades sustentáveis, iria lá no site olhar. Escrevo para nós mesmos, para os próprios produtores de ciência, para quem vai consultar uma bibliografia ou outra. Alimentamo-nos a nós mesmos. Num primeiro momento olhei como negativa essa conclusão, mas, pensando à luz de Peter Berguer (1979), talvez não seja tão ruim assim. Berguer diz que nós conseguimos nossas noções sobre o mundo originalmente de outros seres humanos, e estas noções continuam nos sendo plausíveis, em grandíssima parte, porque os outros continuam a afirmá-las.

Escrevo, sobretudo, para mim mesma, para meu autoconhecimento e fomento de minhas potencialidades porque para quem nasce sob os mesmos marcadores étnicos raciais que os meus, o exercício de autoafirmação deve ser cotidiano, afinal de contas há uma estrutura societária dizendo que pessoas indígenas, pretas, sobretudo nordestinas, não são bem vindas socialmente. Pontuo o fator racial na minha apresentação para situar o leitor de qual lugar social escrevo e também porque gosto de pautas sociais. Me interessam igualmente os temas de cunho filosófico, os dramas existenciais e as banalidades ordinárias, menos a rotina. Essa eu detesto!

Gosto de montar quebra-cabeças, de ouvir música enquanto faço tudo, de estar entre amigos, de jogar trem mexicano com minha família e de bicho. Já criei jacaré, tatu, caranguejo, suia, pássaro preto (IBAMA, tampa os ouvidos!), mas nada possui o meu coração como os gatos. Que adoram rotina, vejam só! Viva as contradições! Quer mais contradição? Sou da área de exatas, graduada em Engenharia Ambiental e desenvolvo uma pesquisa qualitativa. Já fiz ballet clássico e também capoeiraiz catequese e comi muito caruru oferecido a Cosme e Damião. Asè! O mundo dual é monótono, enfadonhamente previsível. E perverso, muitas vezes.

O que mais seria interessante para você, leitor, saber sobre mim? Talvez que eu tenha sido missionária de uma agência Batista, denominação que participei durante quase 15 anos. Pode ser que a partir dessa informação você compreenda algumas tônicas dadas ao texto. Talvez seja interessante também saber que sempre estive envolvida em projetos sociais. Quando criança, sendo uma das famílias atendidas, quando crescida, sendo voluntária em muitos deles e, quando adulta, coordenadora de uma instituição que atendia crianças e adolescentes. Esse fato pode te revelar meu interesse por olhar o Movimento Ambientalista via OSCs. O que mais seria interessante te contar? Ah, já que estamos mais próximos, devo te confessar que não foi nada agradável produzir ciência enquanto me dividia com a provisão do auto-sustento. Penso que cada indivíduo que se habilitasse a ser pesquisador e fosse "aprovado" (nem vou pormenorizar porque me estenderia demais, mas acho o processo seletivo, educador, bastante hegemônico. Não acredito que contemple as múltiplas inteligências, mas isso é assunto para outra hora) deveria receber o recurso financeiro de maneira que conseguisse se dedicar integralmente à pesquisa. Se são 20 vagas, deveria haver bolsa para os 20 e não uma seleção, dentro de uma já realizada seleção. Ter fragmentos de tempo, descontínuos, dificulta muito o processo de escrita. Escrever sobre o Território com o meu território interno despedaçado também foi bem desagradável. A ciência não é neutra, né, leitor? Ela atravessa o produtor do conhecimento.

Mas, bora lá, última chance, o quê mais quer saber sobre mim? Diga agora porque eu sou o terror dos meus seguidores e dificilmente posto o look do dia ou o hambúrguer que como. Há até quem diga que sou péssima de telefone e que demoro a responder mensagens. Que calúnia! Mais conectada que eu só Elon Musk!

2. Introdução

2.1 Considerações introdutórias

→Haverá mudança na escrita no momento da descrição do levantamento de dados em campo e da discussão dos resultados, que serão redigidos em primeira pessoa. Em toda a produção há minha participação ativa enquanto pesquisadora, definindo o tema, direcionando a discussão, reunindo as literaturas e fundamentando a revisão bibliográfica, são nesses momentos da escrita que entendo mais acentuada minha percepção, por isso a ênfase.

→Quando a pesquisa cita os paradigmas que formam a racionalidade moderna, aparece a tradição judaica-cristã e a participação da Igreja Medieval como um dos agentes formadores. É importante considerar que a tônica dada à crítica cristã faz parte da parcialização trazida por Otto Maduro (1981), uma vez que a temática religiosa atravessa o sujeito construtor dessa produção literária. Há citação de texto bíblico, o que se faz válido elucidar que não é objetivo desta pesquisa negar ou afirmar a Bíblia como livro sagrado. Ela tem sido assumida aqui como literatura bibliográfica dotada de historicidade e traços culturais de alguns povos e, como tal, passível de ser estudada. Estudo esse realizado a partir da tradução feita para a língua portuguesa. A crítica feita não é ao Deus judaico-cristão, tampouco ao Cristo, tomado como Salvador pelos cristãos, mas ao que o aparelho ideológico religioso cristão faz a partir da Bíblia.

→Vale explicar também que não é possível no tempo-espaço dessa produção científica, se debruçar minuciosamente em todos os aspectos que abrangem o período em que se situa a discussão aqui levantada, como as Cruzadas, o Renascentismo, a Colonização, o Tráfico Negreiro, a Reforma Protestante, a Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial, a concepção de raça e tantos outros eventos que certamente, se aprofundados, aperfeiçoariam esta obra. Mas é possível percorrer um caminho viável de reflexão, passando por esses temas e compreendendo como o cenário atual de depredação e exclusão foi sendo historicamente construído.

2.2 Base argumentativa

Difícil argumentar sobre os desdobramentos da problemática ambiental sem refletir sobre suas origens. Um caminho possível de reflexão é que a racionalidade moderna, formulada na Europa a partir do séc. XV e difundida em grande parte do mundo ocidental, seja a maior responsável pelo atual cenário de degra

dação socioambiental. Sob a chancela da ciência e da Igreja, essa racionalidade expande suas fronteiras comerciais invadindo, saqueando e explorando territórios e pessoas. A partir da Revolução Industrial se consolida com o estabelecimento de um sistema econômico predatório, a saber, o Capitalismo, que tem sido apontado como grande depredador dos recursos naturais, produzindo sob uma matriz de desenvolvimento infinita dentro de um ecossistema finito (Andrade; Romeiro, 2009).

Pedro Luis de Santi (1998, p. 11) aloca o *start* da era moderna no surgimento do Movimento Renascentista pois, segundo o autor, nesse período, onde a multiplicidade é bastante característica, surge uma concepção totalmente humanísta, que redireciona a forma como o europeu medieval percebia o mundo. Liderado por uma aristocracia que buscava se diferenciar da nobreza feudal, esse Movimento investia em novos valores culturais e padrões de comportamentos que formariam as bases ideológicas da modernidade, que reivindicava para si um papel civilizatório (Carvalho, 2001). Elias (1990) diz que a ideia de civilização e cultura estava atrelada ao extremo oposto do que se entendia por natureza. Enquanto a esfera natural era entendida como selvagem, bárbara, ignorante e não domesticada, a civilidade fazia aliança com os valores ilustrados como cultivo, polimento, aperfeiçoamento, progresso e razão. Nesse momento emerge um modelo urbano em oposição ao padrão medieval, camponês e teocêntrico (Carvalho, 2001, p. 65).

O ser humano torna-se o centro do Universo e está a cargo dele trazer novamente a ordem perdida com o “afastamento” de Deus, uma vez que não mais a fé e a Bíblia explicam as dinâmicas do mundo, mas a ciência. A busca pela ordem, pela verdade, baseada no pensamento grego, advinha de uma ciência desvinculada do viés místico, entendendo-a como uma ciência “pura”, sem influência das sugestões dos deuses da mitologia (Bruin et al., 2018). Descartes é reconhecido como o filósofo mais expressivo desse movimento, sendo considerado um dos fundadores da Modernidade (Santi, 1998, p.59). A partir de seus estudos, fundamentado nas reflexões de pensadores como Aristóteles, Platão e Tales de Mileto, o mundo seria explicado pelas leis universais e exatas. Assim, a quantificação aparece como recurso potencialmente capaz de isolar os fenômenos de interesse, permitindo à razão compreendê-los de maneira mais clara e objetiva. Nesse sentido o objeto de estudo deve ser fragmentado até a menor parte divisível e sequenciado em ordem decrescente, com a perspectiva de que com a soma das partes se conheça o todo (Ramos, 2010). Por essa perspectiva, o conhecimento místico seria tomado como falso, somente sob a validação matemática algo poderia ser reputado

como verdadeiro (Casini, 1979). A interpretação matemática também sugeria a elevação da filosofia e dos métodos indutivos como superiores a racionalidades outras (Kesselring, 2000; Ramos, 2010). Na sociedade ocidental, essa ciência moderna, positivista, onde tudo pode ser explicado pela experimentação, torna-se a única forma hegemônica de construção da realidade, com pretensão de único promotor e critério da verdade, excluindo todas as outras formas de se fazer ciência (Minayo et al., 1994).

Sendo o conhecimento construído a partir da objetivação, todas as coisas serão tomadas como objeto de estudo e isso inclui a natureza e os corpos humanos (Santi, 1998, p.24). A physis, compreendida pelos pré-socráticos como uma substância animada, com vida, sendo um elemento integral, através do método indutivo e matemático, passa a ser entendida como algo a ser desvendado, fragmentado. A partir dessa fragmentação e da ideia cristã de que a Criação está a serviço do ser humano, a physis deixa de ser integral, não mais contendo o gênero humano, uma vez que esse, na condição de semelhança com o divino, está acima dela. A evolução monoteísta, tão bem articulada pelo judaísmo, gerou uma concepção de ser humano progressivamente divorciado da natureza. A concepção racionalista moderna teve como substrato os paradigmas formulados a partir da tradição judaico-cristã, onde a linha predominante no pensamento contemporâneo está voltada para essa tradição, entendendo-a como a raiz intelectual mais profunda do domínio da natureza não humana pelo ser humano (Soffiati, 2002).

Melo e Vieira (2019, p.5), considerando historicamente essa relação entre religião cristã e ciência moderna e toda mudança estrutural que ela aporta, argumentam que muitos filósofos e cientistas que são considerados atualmente ancestrais da ciência moderna, foram encontrar no cristianismo a chancela de suas conquistas e pesquisas, a exemplo de Francis Bacon, Galileu Galilei, Robert Boyle, Antoine Lavoisier, René Descartes e Isaque Newton. Sobretudo os dois últimos, que eram cristãos. Embora a Modernidade advinda do Renascimento tenha retirado o protagnismo da legitimação da Igreja, o que Burity (2001, p.54) salienta é que houve a perda do monopólio religioso, mas que a partir de uma negociação constante com os paradigmas da modernidade, adotou-se um deslocamento na função e situação da validação religiosa com a nova forma de organização social a que a Modernidade impunha. Num primeiro momento, a religião se torna uma das instituições da sociedade, provendo sentido à existência do indivíduo e indicando seu papel dentro dessa sociedade. Num segundo momento desocupa a esfera pública, deixando de ser o ponto de amarração da ordem social cedendo espaço para o poder civil e para a pluralidade de valores e práticas. Peter Berguer (1985), num primeiro

momento concorda que a legitimidade religiosa cristã tenha sido diluída na pluralidade de cosmovisões trazida pela modernidade, mas depois afirma que a religião cristã continuava sendo a legitimadora da ordem social também na Era Moderna, apesar de toda secularização (Berguer, 2001).

Fato é que a Modernidade, nascida na Europa, possui uma narrativa complexa. Essa narrativa constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a "colonialidade" (Mignolo, 2017). Esconde a forma como, alinhada à ideia racial, usurpou os recursos de territórios abundantes e subjulgou populações milenares, como foi o caso dos continentes americano e africano, tendo a religiosidade se apresentado como fator preponderante nesse processo (Santos, 2015). Um processo que alça o povo europeu como produtor e detentor de conhecimento, de civilidade, de beleza e de alma, em contraposição às populações nativas, compreendidas como bárbaras, selvagens, feias, desalmadas e desprovidas de conhecimento e técnica. Essa é a construção de um ideal de humanidade, vinculado à identidade do humano europeu - branco, cristão, urbano e histórico (Mendes, 2020) - que passa pelo epistemicídio de toda notoriedade fora do eixo europeu, como é o caso das "descobertas" das Grandes Navegações Europeias.

O que se percebe é que bem distante dos contos dos navegantes portugueses que saem a desbravar os oceanos em busca de especiarias e, acidentalmente, encontram lugares como Brasil e Índia, a presença europeia nos territórios que se tornariam colônias não se deu ao acaso. Especialmente no que se refere ao continente africano e ao Brasil. A literatura de Elisa Larkin Nascimento (2008, apud MENDES, 2020) faz oposição a essa versão europeia quando indica que as primeiras presenças no território de Pindorama, oriundas de terras distantes, via navegação, não foi ibérica, e sim africana. Os africanos dominavam a arte da navegação e estiveram no território de forma pacífica. A "descoberta" da América também não teria sido europeia, como divulgada nos livros didáticos oficiais do ensino ocidental. Segundo Geoésley Mendes (2020, p. 86), há fortes indícios científicos de que anterior à chegada de Cristóvão Colombo, a América tenha sido um lugar de troca, interação e diálogo entre grupos africanos e populações indígenas. Esse epistemicídio tem sido denunciado por autores como Renato Nogueira (2015), Bárbara Carine Pinheiro (2021), Cheik Anta Diop (1960) e tanto outros que, assim como Ubiratan D´Ambrosio (2001), pesquisador pioneiro da etnomatemática, jogam luz à multiplicidade de saberes científicos existentes em diversos territórios anterior à presença europeia e que foram ocultados do ensino nas escolas.

Além de experimentar a invisibilidade de seu protagonismo histórico nos livros didátitos, no Brasil, as populações indígenas, negras e quilombolas tiveram também suas identidades formuladas no imaginário popular a partir da mídia, que os retrata de maneira pejorativa e longe do ideal de beleza. Carla Cristina Martins e Ana Caroline Martins (2016), baseadas nos estudos de Guy Debord (1997), advertem como a mídia é considerada uma categoria relevante na sociedade atual, influenciando nos comportamentos sociais e nas ações dos sujeitos. Quando a mídia, pró-sistêmica, evidencia apenas o perfil branco e ajuda a criar um cenário de marginalização, ela se alia ao padrão estabelecido pela Racionalidade moderna europeia e estabelece um padrão a ser aceito. Althusser (1985) se refere à mídia (televisiva, escrita, oral e todo e qualquer meio de informação) como um aparelho ideológico do Estado, quando coopera, subjetivamente, com a manutenção do *status quo*, ajudando a criar no imaginário popular referenciais que corroboram a racionalidade dominante.

A discussão caminha na compreensão de que a colonialidade, a tentativa de negar o protagonismo negro e indígena, o pensamento separatista (humanidade externa à Natureza) e a soberania da ciência positivista e da religião cristã, sejam faces da racionalidade moderna. E é essa Racionalidade que fundamenta, por volta do século XVIII, a instituição do capitalismo moderno. Max Weber (2006, p.40) reconhece a grande importância da conquista e exploração de regiões fora da Europa para a gênese do capitalismo moderno, em especial sobre a política colonial do século XVI até o século XVIII, momento de grande acúmulo de capital. Uma vez que a consolidação do Capitalismo está fortemente vinculada à Revolução Industrial, para Weber (2006, p.50), o modo industrial de empreendimento econômico tem como desdobramento o desenvolvimento técnico e a mecanização do processo de produção de bens que se emancipa, através do vínculo com a ciência, de toda dependência do tradicionalismo, ao qual o racionalismo ocidental se opõe veemente.

Não mais a diversidade de saberes, de inteligências múltiplas e de conhecimento holístico, mas apenas o conhecimento técnico, braçal, necessário à produção de bens nas fábricas é legitimado. Esse processo conduz grande massa de indivíduos apenas dotados de força de trabalho a passarem por recrutamentos de mão-de-obra, que fazem uso de meios coercitivos indiretos, e, consequentemente, à ocupação em (sub)trabalhos nocivos à saúde e pessimamente remunerados (Sá, 2008). O desdobramento histórico do pensamento científico e sua conjugação nos meios de produção confluem em uma perspectiva mercantilizadora e extrativista nunca antes vista (Ferreira; Silva, 2017. p.4).

É característico do capitalismo firmado sobre essas bases, o uso dos recursos naturais à exaustão e a produção de escassez. Num contexto de desequilíbrio ecológico, produzido pela dinâmica capitalista moderna, quem primeiro sente os efeitos das externalidades produzidas pelo sistema é a população em vulnerabilidade social. O histórico de invasão capitaneado pela Europa Ocidental e seu autorretrato de soberania, desenharam o perfil da população que sofreria mais diretamente a marginalização provocada pelo extrativismo.

As relações sociais e biofísicas se correlacionam. Dos nove limites planetários ambientais/ecológicos que garantem um espaço seguro para a vida na Terra, três já ultrapassaram os níveis de segurança – mudança climática, taxa de extinção de biodiversidade, interferência nos ciclos do nitrogênio e do fósforo - ameaçando assim a permanência do atual período Holoceno, estágio de estabilidade ecológica favorável à manutenção de vida no Planeta (Rockstrom, 2009). Esses processos aparecem ligados à estrutura *donut,* ilustração visual para a edificação da sustentabilidade que associa o conceito de fronteiras planetárias com o de fronteiras sociais (Raworth, 2012).

Os estudos desses limites se pautam pela pressão exercida sobre os recursos naturais a partir da Revolução Industrial, onde houve um aumento significativo na extração de matéria-prima e da construção da ideia de progresso e atraso. Os países industrializados estariam dentro do que se determinou como avançados, enquanto os "terceiro mundistas" receberiam o *status* de subdesenvolvidos por causa do *delay* no processo de industrialização. Dificilmente se consegue imaginar um tempo em que a história era vista de forma não tendencial em direção a um progresso contínuo, onde o futuro é sinônimo de mais produção (Buarque, 1993, p. 47). E sendo a produção sinônimo de progresso e expansão, no mercado para produtos das indústrias novas em formação, aparecem primeiro dois grandes clientes: o luxo e a guerra (Weber, 2006). No primeiro, impulsionado pelas necessidades produzidas subjetivamente, dentro de um processo de padronização cultural, onde os países mais pobres tentam se igualar ao padrão de consumo dos países mais ricos, tem-se o esteriótipo consumista produzido pelo que Layrargues (2002) chamou de obsolescência programada e simbólica. No segundo, além do abastecimento da indústria farmacêutica, armamentista, têxtil, de construção civil e de tantas outras, tem-se a disputa por recursos naturais como o carvão, o petróleo e os minérios, como foi o caso da Segunda Guerra. Após esse episódio de proporções mundiais, quando a população civil percebe os efeitos produzidos pelo sistema capitalista

como sendo de proporções globais e não apenas locais, emergiram manifestações ecológicas com o cunho de proteção ambiental.

Esse momento histórico de conversão perceptiva, marcado por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas provocadas pela Revolução Industrial (1760-1860) e que intensificaram os fluxos migratórios que aceleraram o processo de urbanização, formaram o contexto do surgimento de um movimento formalmente organizado que visava exercer pressão política para que o poder público trouxesse as questões ambientais para as pautas de discussões (Junqueira; Kawasaki, 2017). Essa pressão ganha força e a Organização das Nações Unidas (ONU) passa a realizar Conferências Internacionais, reunindo líderes de diversos países com o intuito de discutir a questão do desenvolvimento, da degradação ecológica e da qualidade de vida humana, sempre na tentativa de conciliar desenvolvimento e conservação ecológica (Lima, 1997). É, então, que em 1987, no relatório intitulado Nosso Futuro Comum, realizado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que se tem o aparecimento do termo Desenvolvimento Sustentável, cujo conceito seria "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas necessidades" (CMMAD, 199, p.46).

O conceito é controverso e sua defesa não é unânime entre os que se colocam em favor da preservação ambiental. Enquanto para alguns, a inclusão de objetivos de desenvolvimento, como a erradicação da pobreza, por exemplo, é vista como um avanço nas discussões, parte do movimento o compreende como uma tentativa de esvaziamento da pauta social, uma vez que não discute a ambiguidade entre os termos pobreza e desenvolvimento e descontextualiza a explosão demográfica, a agricultura moderna e a crescente urbanização e industrialização, como se tais fenômenos estivessem dissociados da visão de mundo instrumental da sociedade na qual foram originados (Layrargues, 1999, p.131). De toda forma, o termo cunhado segue vigente, desde então, pautando ações dos governos e servindo de parâmetro para as Conferências Internacionais dos anos seguintes.

Em oposição à ideia de Desenvolvimento Sustentável, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - documento elaborado durante a Jornada Internacional de Educação Ambiental, promovida paralelamente à Conferência Rio-92 - sugere a construção de Sociedades Sustentáveis (SS) (Sato, 2005; ONU, 1992). O conceito de SS estaria atrelado à preocupação com a injustiça ambiental, fruto das desigualdades do modelo neoliberal vigente, onde uma

parcela privilegiada da população usufrui do bônus dos recursos naturais, enquanto a maior parte se encontra em vulnerabilidade social, sendo mais diretamente afetada pelo ônus da degradação ambiental (Carvalho, 2008; Costa-Pinto, 2019). Essa sugestão de construção de organizações sociais mais igualitárias é assinada por representantes da sociedade civil e por educadores de mais de cem países, que estabelecem dezesseis princípios, um plano de ação e um sistema de coordenação para a implantação da educação ambiental como uma ferramenta para se alcançar sociedades sustentáveis (Barbosa, 2008; ONU, 1992). O Tratado é resultado de um movimento ambiental organizado.

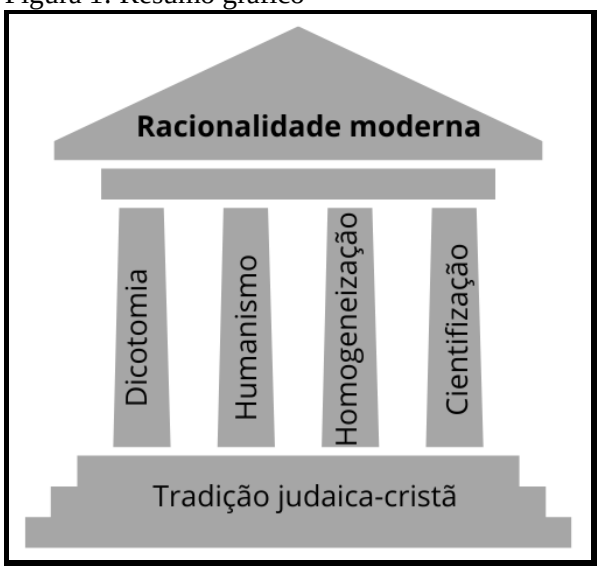
O movimento ambientalista, retratado na maior parte da literatura acessada durante a busca por elementos bibliográficos, é representado por um movimento que se articula formalmente, sem vinculação política partidária, e que é intitulado nas Conferencias Internacionais como Organização da Sociedade Civil (Junqueira; Kawasaki, 2017; Mccormick, 1992; Tristão; Tristão, 2017). Esse, especificamente, se origina no controverso contexto de 1960 e é responsável por pressionar o poder público a promover, ao longo dos anos, as Conferências Internacionais, tendo como pauta a problemática ambiental, e a justificar a ideia de crescimento em consonância com a degradação dos recursos naturais. Nesse cenário, a Educação Ambiental emerge como uma das respostas a estes problemas ambientais, representando, segundo Junqueira e Kasawaki (2017), um elemento crítico aos padrões de consumo da sociedade, muito embora, segundo Rosana Silva (2016), esse elemento crítico não se apresente em todas as concepções de educação ambiental, às quais a autora identifica ao menos três, a saber: conservadora, pragmática e crítica. Reflexão alinhada com o que traz Philippe Layrargues (2002) que percebe “ambientalismos” diferentes a depender da ideologia atrelada, podendo ser praticado um ambientalismo pró-sistema, quando atrelado à manutenção das estruturas de poder, ou contrafluxo, quando se opõe a elas. Sendo assim, a concepção de educação ambiental está diretamente relacionada ao ideário ambiental ao qual se adere, ou seja, está diretamente vinculada à concepção de meio ambiente adotada – ser humano é parte da natureza ou ser humano não faz parte da natureza e é superior a ela.

A retratação desse movimento formalizado não necessariamente deslegitima movimentos outros, igualmente relevantes. Talvez a tônica dada ao movimento oriundo dos Estados Unidos e da Europa (Tristão; Tristão, 2016) e que tenha como atividade principal a educação ambiental, seja ela qual for, faça parte da parcialização apontado por Otto Maduro (1981):

> A opção parcializada, que assumimos como nossa, efetivamente contribui a focar certas relações sociais mais que outras, a destacar certos aspectos dessas relações sociais mais que outros, o colocar-nos certas interrogações primeiro que outras (...). E assim agimos, porque pensamos que são esses os problemas que mais urge delimitar e elucidar em vista dos interesses com que nos identificamos, não porque creiamos, objetivamente, que estes sejam os únicos problemas. (Maduro, 1981, p. 67).

O que se julga importante pontuar é que a atuação dos povos nativos, que sofreram a intervenção colonial, também possa ser adjetivada como ambientalista, uma vez que suas lutas se deram contra os padrões extrativistas, de exploração do meio natural e do trabalho humano, de acumulação de riqueza e sonegação de direitos de todos. Lutas que se opõem ao modo de ser e estar no mundo da racionalidade moderna (Krenak, 2020). Se o ideário das Sociedades Sustentáveis preza pela participação social autônoma e ativa, pela equidade e por formas de organização social mais justas e igualitárias, não seria congruente permitir uma narrativa única, uma vez que as SS trazem em suas bases "a necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida" (Diegues, 2003). Sendo a pluralidade bem quista no conceito de SS, nada mais coerente que reconhecer a transversalidade das lutas dos movimentos quilombolas, do LGBTQIAP+, do feminista, do MST e de tantos outros que operam dentro de percepções inclusivas e contrários ao mundo monocromático imposto pela racionalidade moderna. Esses movimentos confrontam, desse modo, a monocultura dos saberes, fruto da modernidade que reforça a colonialidade de sociedade ocidental (Ferraro; Sorrentino, 2011).

Figura 1: Resumo gráfico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

3. E conhecereis a verdade – Os pilares da Racionalidade Moderna

3.1 Je pense, donc je suis – a supremacia da razão

Não existe, portanto, uma demarcação nítida dentre o mito e o domínio empírico, conclui Paolo Casini (1979, p. 24) após discorrer sobre o histórico filosófico da transição entre esses dois saberes. Para exemplificar sua reflexão, o autor faz menção à Tales de Mileto (séc. VI a.C) que, embora receba o título de progenitor dos físicos experimentais, suas observações não eram puramente empíricas. Segundo os testemunhos antigos, ao qual o próprio Arsitóteles admite, Tales considera que na origem de todas as coisas está um corpo material, a água, mas afirmou também, que tudo está imbuído de Deuses. A escolha da água como entidade originária Arché, pressupõe, provavelmente, um certo grau de observação, de uma elaboração racional e remonta a mitos mais antigos da fertilidade, de origem oriental e egípcia. Então, talvez, filósofos de outras temporalidades marcassem mais fidedignamente essa mudança na produção do conhecimento europeu. O mesmo caminho reflexivo é atribuído à trama de engenho técnico- científico. Embora não haja precisão no período de transição, o que se tem assumido é que seja no [2]Renascimento onde se tenha mais acentuada a valorização do conhecimento técnico científico em detrimento do saber tido como místico e empírico (Santi, 1998, p.11).

Dentro desse movimento Renascentista, iniciado por volta do séc. XIV em países como Itália, França e Inglaterra, há um forte apelo Humanista, onde o humano é o ser absoluto. Se observada a filosofia da Grécia clássica, já havia sinais do que se chamaria de humanismo, com a valorização de um ser humano não submetido ao poder dos deuses, a criação do direito e da democracia. Mas, é bem provável que o humanismo, entendido como a colocação do ser humano como medida de todas as coisas e centro do universo, tenha tomado os moldes que se tem atualmente no Renascimento (Santi, 1998). Alguns historiadores defendem que as reflexões humanistas tenham se mantido até o séc. XVI, enquanto outros, como Anthony Grafton (2004), o estendem até o séc. XVIII e o denominam Humanismo Moderno (Amaro, 2010, p.3). Seja como for, independente do período de conclusão do deslocamento da posição do ser humano no mundo, o que se tem, a partir da literatura de Santi (1998), é que por volta do séc. XV a ruptura com o pensamento Medieval, no qual Deus seria o centro de todas as coisas, coloca o mundo europeu em desordem, uma vez que ele perde o referencial de sentido, fruto do choque

[2] Movimento de ordem cultural, artística e científica ocorrido na Europa entre os séculos XIV e XVII, que marca a passagem da Idade Média para a Moderna (Pinto, 2021).

trazido pelo racionalismo iluminista, percebido pelo mundo religioso como uma ameaça à ortodoxia (Berguer, 1985). O ser humano, até então compreendido como criado e regido por Deus, passa a ser o eixo central. Está a cargo dele o estabelecimento da moral e da compreensão das leis naturais e a busca pela verdade. Dada a insegurança do ceticismo, ou seja, dessa perda da segurança que a crença absoluta trazia, é necessário buscar algum ponto confiável para alicerçar a existência (Santi, 1998). Na Modernidade ocidental, marcadamente racional, a razão é a percepção de uma ordem absoluta. A razão humana passará a buscar a ordem das coisas para dominá-las. Ser racional significa ver a ordem como ela é. Não há como ser racional e estar enganado sobre a natureza ao mesmo tempo, afirma Charles Taylor (1997). O autor chama atenção para o nível de certeza a qual aspirava a Modernidade, representada principalmente na figura de Descartes (1596-1650) que, assim como outros conhecidos filósofos desse período, busca em suas obras criar um método para compreensão do mundo em sua totalidade. Para isso, o mundo seria dividido, analisado e hierarquizado metodicamente, sendo submetido a séries de causa e efeito (Santi, 1998, p.59).

Os estudos modernos, sobretudo o de Descartes, são, dentre outras referências, balisados pelas teorias de Platão (428 a.C), que "possuía verdadeira obsessão pelo simbolismo matemático" (Casini, 1979, p.40). Casini segue dizendo que para as observações Platônicas, a natureza apresenta-se repleta de números, verdadeiros entes metafísicos intermediando as formas puras e as coisas. Os quatro elementos são compreendidos sob a forma de espécies geometrizantes, em ordem crescente de complexidade. O fogo é constituído por tetraedros regulares, o ar por octaedros, a água por icosaedros e a terra por cubos. Um quinto elemento, mais sutil, seria o éter, composto por dodecaedros, a figura geométrica mais próxima da esfera. Os elementos seriam, então, os receptores universais, compreendidos como matéria-prima indeterminada, ou elemento feminino do universo, fecundada pelo elemento masculino: as ideias ou formas puras. Em algumas de suas obras, Platão dá indícios da influência recebida pelas reflexões aritméticas de Pitágoras, o qual chegou à conclusão de que todas as coisas são números, dentre outras observações, identificando a relação matemática entre o som e a extensão da corda sonora produzido pela música (Duarte et al., 2017). No mito do *Timeu*[3], Platão indica que as distâncias entre os sete círculos planetários, a sucessão do dia e da noite, das estações e dos anos, correspondem ao objetivo de subdividir o tempo em ritmos

[3] Diálogo filosófico atribuído a Platão, onde o filósofo investiga os processos de geração do corpo e das espécies de alma mortal e imortal (Moraes, 2009).

exatos. O sistema é geocêntrico. As direções dos movimentos, os períodos, as órbitas, sempre modeladas segundo a figura perfeita do círculo (Casini, 1979).

É sob essa atmosfera dos números, da exatidão, da perfeição, da divisão, da reflexão a partir da natureza e do forte apelo humanista que Descartes fundamenta suas observações. Esse filósofo e físico francês, conclui que, deixando-se de lado a intuição, pode-se afirmar que todo conhecimento se obtém pela comparação de duas ou mais coisas entre si (Duarte et al., 2017). Seguindo a lógica de Platão, que argumenta sobre a ideia de que os quatro elementos da natureza estejam dispostos em ordem crescente de complexidade, Descartes sugere que para produção do conhecimento os objetos sejam ordenados de modo crescente a partir do elemento mais simples, facilitando o estabelecimento das séries em que a diferença é tratada como graus sucessivos em direção aos elementos mais complexos. A enumeração de todos os elementos da série aparece como ideal de um saber empiricamente fundado (Barata, 1998).

O método para análise das séries seria o mais semelhante possível ao da matemática e da geometria. Tomando-se um ponto de referência, tudo o mais deveria vir por dedução. Assim, em busca de ideias claras e distintas, Descartes estipulou como princípio que, aquilo que fosse falso, consideraria como falso, o que fosse incerto, seria igualmente considerado como falso. Somente o que fosse realmente seguro consideraria verdadeiro. Nesse procedimento, avaliou a opinião das pessoas, as leis, as regras morais e, percebendo que essas variavam de cultura para cultura, deduziu que não eram exatas. Não podendo contar com elementos externos, numa característica bastante peculiar à passagem da Idade Média para o Renascimento, passa a interrogar-se a si mesmo (Chiarottino; Freire, 2013). Averiguou seus órgãos dos sentidos, avaliou seus sentimentos e deduziu que não eram informações seguras. Interrogou-se se a sensação de ter certeza sobre algo lhe garantiria a verdade correspondente e concluiu que não.

Nesse movimento de recuo metódico, onde tudo o que tomou como objeto se mostrou incerto, algo lhe parecia incontestável: enquanto duvidava, havia um ato de duvidar e, se havia ação, existia um “eu pensante”. Sua conclusão é que diante de toda dúvida do mundo, o único referencial seguro que se tem é o de um eu, não enquanto corpo, porque esse também foi tomado como duvidoso, mas um eu puramente pensante, uma alma racional capaz de produzir interpretações corretas do mundo. *Je pense, donc je suis* (penso, logo existo). Tem-se, com isso, o ponto máximo do humanismo europeu enquanto valor do humano no mundo e de sua posição enquanto centro (Santi, 1979,

p.60). É a razão que busca discernir, estabelecer diferenças e ordenar os elementos para melhor compreender o mundo em seus mecanismos (Barata, 1998).

3.2 Não terás outros deuses além de mim – A negociação entre Igreja e Modernidade

A verdade é absoluta e o caminho para encontrá-la passa pelo uso correto das leis matemáticas e geométricas, através de um ser pensante e já não será procurada nas escrituras sagradas ou em iluminações místicas. Só poderá ser considerado verdadeiro algo que tenha passado pelo crivo da observação e racionalidade humanas (Santi, 1979, p.66). Na sociedade ocidental, essa ciência moderna, positivista, onde tudo pode ser explicado pela experimentação, torna-se a única forma hegemônica de construção da realidade, com pretensão de único promotor e critério da verdade, excluindo todas as outras formas de se fazer ciência (Minayo et.al., 1994). Essa racionalidade que buscava a ciência pura, com métodos empíricos e que já tinha postulado à mitologia grega o status de falsa (Melo; Vieira, 2019), unida à pluralidade de cosmovisões trazidas pelo Renascimento, ao se expandir, coloca em xeque a soberania da legitimação social da religião cristã. Toda legitimação mantém a realidade socialmente definida e, em relação às sociedades europeias, a religião cristã foi historicamente o instrumento mais amplo e efetivo de legitimação social (Berguer, 1985).

Mas isso não significa dizer que o mundo moderno passa a ser ateu. A perda da credibilidade do antigo paradigma religioso não o aniquila. Ele emerge remodelado, enxertado, relacionando-se com a novidade e servindo-lhe de parâmetro. Perde sua aura de universalidade, mas remenda os pedaços do novo discurso (Burity, 2001, p.54). O que se tem é um deslocamento do lugar que Deus ocupa. Antes, centralmente inserido no mundo, na Modernidade, pairando sobre ele (Santi, 1979). Esse deslocamento, associado ao advento da Reforma Protestante[4], à crise do sistema feudal[5], ao nascimento das cidades e rotas de comércios, ocasiona a diminuição do poder político da Igreja Católica, que se vê obrigada a negociar espaço de poder, sobretudo após o enfraquecimento das Cruzadas[6]

---

[4] Movimento religioso/filosófico eclodido na Alemanha, por volta do ano 1517, liderado por Martinho Lutero, que se opunha contra os dogmas da Igreja Católica, trazendo desdobramentos social, educacional, econômico e político na Europa (Leitão, 2022).

[5] Sistema econômico, político e social, vigente na Europa dos séculos IX ao XIII, o qual se fundamentava na servidão do vassalo ao senhor feudal (Pereira, 2011).

[6] Expedições de caráter religioso, econômico e militar, ocorridas entre os séculos XI e XIII, arquitetada pela Igreja Católica Medieval em busca da conquista de territórios árabes, sobretudo da Terra Santa (Feldman, 2013).

e a perda de territórios para os muçulmanos. Para além das questões religiosas, mas também por questões políticas, os cristãos concentravam-se nas disputas contra os muçulmanos, uma vez que os árabes representavam um importante adversário comercial. Algumas batalhas demarcaram fronteiras como as da França, Espanha e Inglaterra, às quais se mantém praticamente as mesmas até os dias atuais (Bethencourt, 2013). Os cruzados haviam ocupado Chipre, Palestina, Creta, Síria e as Illhas do Mar Egeu. Ao noroeste da Europa a Inglaterra avançou em direção ao País de Gales, Escócia e Irlanda, enquanto a leste alemães e escandinavos conquistaram as terras dos eslavos (Boris, 2006). Mas, em meados do séc. XIV, os cruzados perderam o domínio do Oriente Médio, importante via de comércio. Os mouros permaneceram em Granada, ao sul da Espanha e os mongóis se instalaram nas planícies da Rússia (Alvaro; Santos, 2018).

Diante desse cenário de perdas, tanto de legitimação social, quanto de territórios comerciais importantes, a Igreja busca fortalecer suas bases econômicas e filosóficas e encontra na expansão marítima um eixo promissor. Após o colapso do sistema feudal, sofrendo uma exploração mais intensa, os camponeses se rebelaram por volta do séc XIV na Itália, Dinamarca e na França (Alavaro; Santos, 2018). Alemanha, Inglaterra, Holanda e Espanha também enfrentaram revoltas dessa natureza. A nobreza se dividiu internamente e alguns grandes senhores feudais rumavam ao agrupamento de terras para explorá-las em novos moldes. Boa parte da Europa já havia aberto novas zonas de cultivo através da supressão florestal e do soterramento de pântanos. Uma alternativa para a saída da crise agrária seria expandir novamente tanto a base geográfica quanto a mão de obra a ser explorada (Boris, 2006).

A intensificação da expansão marítima pareceu viável para os europeus dessa região por atender aos interesses dos comerciantes burgueses, que após sua ascensão financeira reivindicava espaço nas tomadas de decisão, para os nobres e para a Igreja que, uma vez cristianizando os nativos dos territórios invadidos, recebia cargos importantes nas metrópoles que ascendera. A religião cristã era o mais importante veículo de resistência contra o domínio muçulmano (Bethencourt, 2013), há pesquisas que consideram a invasão ao território africano como medida de controle das incursões árabes e também pela busca do ouro do Sudão (Boris, 2006). A intensificação foi viável também para consolidar e aumentar os lucros das coroas, que haviam perdido receita por conta dos conflitos internos entre camponeses e nobreza. Portugal não escapou à crise da Europa ocidental, mas possuía uma estabilidade política mais favorável, fruto de um reino unificado. Era menos sujeito à disputa que Inglaterra, França e Espanha, por exemplo.

Talvez por esse motivo tenha sido o primeiro, entre os europeus, a iniciar a invasão de novos territórios através da expansão marítima (Gonçalves, 2021). Outra possibilidade para explicar seu pioneirismo é que por possuir um território menor, com densidade populacional inferior, Portugal tenha sido o mais afetado com a perda de população atingida pela Peste Negra[7] e, por esse motivo, teria mais urgência na busca pela exploração de mais mão de obra (Quírico, 2012). Há ainda o aspecto geográfico particular de Portugal, com boa parte de seu território banhado pela costa, favorecendo as navegações (Neves, 2008).

Somado a esses fatores, tanto Portugal quanto Espanha, ainda mantinham forte vínculo com os preceitos medievais, mantendo firme o vínculo entre Estado e Igreja. Esses dois países faziam a travessia até a África subsaariana, por rotas comerciais, afim de romper o estereótipo de civilizações atrasadas, uma vez que países como Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Holanda, já haviam aderido aos avanços modernos dos princípios renascentistas (Mendes, 2020, p.83). Alguns reinos africanos, como o Império de Gana, Mali e Songai eram ricos, prósperos em ouro, com uma vasta malha viária e cidades famosas como Timbuktu, onde situava-se a Universidade Sankore Madrash (Césaire, 2020, p. 39). Esses reinos mantinham, há séculos, relações comerciais com países muçulmanos e com a Europa.

> É possível que tenha sido pelos africanos que o rei de Portugal D. João II tenha sabido da existência de terras do lado de cá do Atlântico e que os europeus tenham tomado conhecimento das rotas ocidentais e da existência de terras nas Américas por meio de fontes africanas (Mendes, 2020, p.76).

De posse do conhecimento de que terras mui ricas pairavam do outro lado do oceano e impulsionados pelos problemas internos, Portugal inicia o processo de invasão das Américas e, posteriormente, seguido por França, Espanha, Inglaterra e Alemanha, da maior parte do território africano. Uma invasão chancelada e motivada pelas bulas papais.

> Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades (Bula "Romanus

[7] Epidemia que atingiu a Europa Ocidental por volta de 1348 e que ocasionou a redução brusca da população (Quírico, 2012). Ver: Peste Negra e Escatologia: os efeitos da expectativa de morte sobre a religiosidade do século XIV. Revista eletrônica da Antiguidade e da Idade Média, n.14, p.135-155, 2012.

> Pontifex", Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455) (Silva, 2006, apud Santos, 2015, p.16).

Assim, dentro de um período longo de colonização, a Europa ocupa, saqueia os territórios invadidos, escraviza os elementos por ela designados como pretos e amarelos e impõem sua técnica, seu Deus, sua cultura, seu idioma e sua racionalidade (Césaire, 2020).

3.2.1 E haja separação entre luz e trevas – o divórcio entre homem e natureza

A evidência do eu como única referência estável e o estabelecimento da razão/sujeto, dará origem a todo o projeto ideológico político e mercantil da Europa, que fundamenta a escravização dos nativos indígenas e africanos e a exploração do meio natural nas reflexões produzidas por Descartes.

A ruptura na relação do homem com o meio natural não foi uma mudança repentina, ela já vinha gradativamente sendo alterada desde as reflexões de filósofos anteriores a Descartes (Ramos, 2010). Para pensadores como Platão e Aristóteles o ser humano faz parte da natureza e é da sua essência, graças à razão, produzir ciência. Em Aristóteles, uma vez que todas as coisas possuem uma essência, elas possuem também uma finalidade. Essa ideia Aristotélica perdurou até a Idade Média, quando é somada à influência judaico-cristã (Kesselring, 2000; Ramos, 2010). Na versão cristã, todas as coisas foram criadas por Deus e, sendo o ser humano feito à Sua imagem e semelhança, torna-se a cora da criação. Nesse sentido, a finalidade da natureza seria servir aos humanos, que por sua vez têm a finalidade de sujeitá-la e dominá-la.

> E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra (Gn 1:27-28).

Se antes a *phisys* era integral, eterna e com processos cíclicos, agora é vista como criação de um Deus. E do Deus cristão, metafísico, que não faz parte da natureza. A natureza, tudo aquilo que não é humano, é então resultado do Criador e de Sua vontade, para Sua finalidade (Kesselring, 2000; Ramos, 2010). Historicamente, essa situação coincidiu com a fase pragmática e revolucionária da ideologia das luzes (Casini, 1975).

O Discurso do Método, por exemplo, foi o primeiro livro de filosofia a ser escrito em francês (idioma materno do autor, Descartes) e não em latim, evidenciando que a racionalidade estava sendo mais difundida e integrada à vida cotidiana (Santi, 1979, p.58). O resultado deste processo de fusão entre teologia judaico-cristã e filosofia cartesiana/humanista, produz a ideia de um ser humano divorciado com seu entorno, o meio natural. Uma hierarquia (essencialmente separatista) onde acima de todas as coisas está Deus, logo abaixo o homem e na terceira escala a natureza (Kesselring, 2000; Ramos, 2010).

Nesse processo em que um Deus criador é o sagrado, a natureza perde o *status* místico, divino. Essa perda abre espaço para sua instrumentalização na revolução científica.

> Uma vez desvendado o mecanismo da natureza, ela pode ser dominada, manipulada e usada em proveito dos seres humanos. Com os modernos, a natureza se transforma em objeto de explicação prática do conhecimento humano que, associando as leis da ciência a uma aplicação técnica, se traduz em poder tecnológico. (Ramos, 2010, p.81).

Uma vez coisificada, transformada em objeto de estudo, a natureza torna-se pronta a ser desvendada e dominada pelos sujeitos dotados de razão (Santos, 2020, p.28). Ora, se *Je pense, donc je suis*, somente "são" aqueles sujeitos capazes de pensar, de racionalizar.

> Em Descartes (...) a razão não é somente uma secularização da ideia de "alma" no sentido teológico, mas uma mutação numa nova id-entidade, a "razão/sujeito", a única entidade capaz de conhecimento "racional", em relação à qual o "corpo" é e não pode ser outra coisa além de "objeto" de conhecimento. Desse ponto de vista o ser humano é, por excelência, um ser dotado de "razão", e esse dom se concebe como localizado exclusivamente na alma. Assim o "corpo", por definição incapaz de raciocinar, não tem nada a ver com a razão/sujeito. Produzida essa separação radical entre "razão/sujeito" e "corpo", as relações entre ambos devem ser vistas unicamente como relações entre a razão/sujeito humana e o corpo/natureza humana, ou entre "espírito" e "natureza". Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o "corpo" foi fixado como "objeto" de conhecimento, fora do entorno do "sujeito/razão". (Quijano, 2005, p.129 apud Mendes, 2020, p. 97).

Só produz conhecimento o ser pensante e o pensamento se dá na dimensão da alma. Quem não tem alma não produz conhecimento, é corpo/natureza, objeto de estudo sendo, portanto, passível de ser explorado. Com base nessa estrutura, a partir de um complexo processo de racialização (que não teríamos nesta produção tempo/espaço hábil para esmiuçar com a lupa que merece ser apreciada), os europeus ocidentais, por se definirem como seres dotados de alma, portanto, de razão, se colocam como povo de raça

universal, enquanto os nativos dos territórios invadidos são entendidos como sujeitos pretos e amarelos (Césaire, 2020). O termo raça começou a ser utilizado na Idade Média como sinônimo de casta, aplicado a plantas e à criação de animais. No final desse período passou a se referir à linhagem nobre da Itália e da França. Durante a longa contenda Ibérica entre cristãos e muçulmanos, seguida da expansão ultramarina, o termo adquire um sentido étnico, referindo-se principalmente à impureza de sangue, sobretudo para se referir a judeus e muçulmanos e posteriormente passa a ser usado para nativos africanos e americanos. No séc. XVIII o termo raça passa a ser usado na Europa Ocidental para indicar variedades de seres humanos. No seio da teoria das raças, o termo adquiriu um papel ambíguo na catalogação das subespécies, praticamente transformadas em espécies pelo racionalismo científico de meados do séc. XIX (Bethencourt, 2018).

Esses sujeitos seriam, por essa lógica europeia, corpo/natureza, uma vez que não possuem alma, sendo desprovidos de razão, incapazes, assim, de produzir ciência. O que acontece a partir do séc. XVI, quando Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Holanda, durante a expansão marítima, intensificam a prática escravagista como meio lucrativo de comércio, é a sistematização e a mudança dos critérios dessa prática. Agora não mais os derrotados na guerra tornam-se escravizados, mas apenas negros. É a primeira menção que se tem de uma escravização racial, com uma justificativa adotada, inicialmente, de que era um meio de resgatar esses prisioneiros de guerra e, posteriormente, com a justificativa de que eram corpos desalmados (Treccani, 2006).

Nesse invólucro mercantilista financeiramente favorável, a universalidade religiosa não sairia de cena sem negociar sua atuação com a Modernidade (Burity, 1975; Berguer, 1985). Uma vez considerados corpo/natureza, os escravizados poderiam ser salvos através do batismo e da conversão ao Deus cristão. A religião cristã servia como ferramenta para conquista colonial no processo de invasão. As incursões jesuítas eram parte do arsenal utilizado para “civilizar” os nativos. Como sinal de um novo nascimento, os escravizados eram batizados no cristianismo e a partida às colônias era afirmada como a chegada ao novo mundo. Tinham seus nomes trocados, seus cultos e manifestações culturais proibidas por serem encaradas pelos jesuítas como pagãs e idólatras.

> As terras aí são fertilíssimas e têm proporções para grandes fazendas... Um padre [...] que saiba com doçura encaminhar para a verdade os espíritos desta gente [...] será suficiente para tirá-los da vida que têm vivido, abrindo-lhes os tesouros da civilização (Arantes, 2001, p.28).

“A escravidão é um choque para a civilização ocidental, uma contradição insolúvel e a maior expressão disso está na Igreja” (Davis, 2001, p.92). Ela participou ativamente do tráfico de pessoas escravizadas. O colégio dos jesuítas, em Luanda, recebia escravizados como dízimo e mandava para os colégios de Olinda e Salvador sem pagar impostos porque a companhia de Jesus era isenta de tributos. Os escravizados eram, então, revendidos para os senhores de engenho e essa era uma das fontes de renda para companhia de Jesus. Todas as ordens religiosas, os carmelitas, os beneditinos, os jesuítas, os franciscanos, foram donas de grandes plantéis de escravizados. Legítimos representantes da ideologia "branqueadora, europeizante e evolucionária", os missionários eram os agentes, por excelência, da concretização desses ideais da sociedade brasileira dos séculos passados. Eram neles que se depositavam as esperanças do surgimento de uma nação com fortes raízes europeias, da incorporação econômica de vastos territórios, ainda não explorados, e da mão de obra indígena, considerada volumosa e inaproveitada apesar da carência e da exigência de progresso da nação emergente (Paraíso, 1994).

Observa-se uma contradição, não apenas um anacronismo, ou seja, usar valores do presente para julgar a Igreja do passado, onde todo mundo que não era escravizado era escravista, há uma contradição intrínseca, entre a escravidão e o evangelho do perdão, da misericórdia e do acolhimento (Gomes, 2019).

> Arvoram-se mensageiros de uma ordem superior; que matem; que saqueiem; que tenham capacetes, lanças, cupidez; mas os embusteiros vieram depois e o grande responsável nesse campo é o pedantismo cristão, por ter elaborado as equações desonestas: *cristianismo = civilização; paganismo = selvageria,* das quais só poderiam resultar as abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas seriam os índios, amarelos e negros (Césaire, 2020, p.11).

3.3 Afasta de mim esse cálice – a tentativa de esvaziamento dos sujeitos escravizados

A retirada dos povos africanos de seus territórios nativos foi a forma mais cruel de esvaziamento cultural, sobretudo para as culturas que aliam a presença de seus ancestrais ao território nativo (Santos, 2022). A diáspora lhes confere mais do que uma morte física, mas também a morte por rompimento com esses ancestrais, que eram quem lhes garantia a não anomia. Petter Berguer (1985) define anomia como a perda do sentido

da ordem significativa, construída por diversos fatores subjetivos. O rompimento com sua sociedade nativa, que guardava a ordem do sentido objetivamente, com suas estruturas institucionais, e subjetivamente, na estruturação de sua consciência individual, causa uma separação radical do seu mundo social, lançando esses indivíduos na grande ameaça anômica. São interrompidos a socialização da conversação com seus agentes importantes, sua relação com seus totens, com seus ancestrais que ali "vivem", com suas culinárias, com suas geografias, com seus mundos socialmente construídos. O indivíduo não perde, nesses casos, apenas os laços que o satisfazem emocionalmente, perde sua orientação na experiência (Berguer, 1985).

No contexto brasileiro, a sujeição dos povos indígenas não se deu como a dos africanos, enviando-os para outras colônias, mas nem por isso mais pacífica e menos violenta. A própria nomenclatura utilizada pelos colonos ao se referirem aos nativos encontrados nas terras pindoramas, em si já é uma estratégia de amordaçamento.

> Como sabemos, esses povos possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como "índios", estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar (Santos, 2015, p.15).

Esse processo de desumanização passa por várias camadas de sujeição desses povos e certamente não tem relação com o que a história oficializou nas escolas. Como bem observou Césaire (2020, p.10) "a maldição mais comum nessa questão é a de ser enganado pela hipocrisia coletiva". O relato da cosmovisão eurocêntrica de que os povos indígenas se submeteram ao trabalho imposto pelos brancos em troca de espelhos e produtos só mostra a tentativa de validação da ideia de impotência e preguiça dos povos originários, colocando o eixo de inteligência e sagacidade em torno dos europeus. Como se indígenas e africanos tivessem sido subjugados quase que pacificamente ou a preço de pouco sangue e pouca resistência. E, quanto maior a resistência, maior a violência dos colonos contra os colonizados.

> A violência é o meio mais próprio de tornar tranquilas e habitáveis as terras, em que transitam estes bárbaros, [...] o que se conseguirá mais facilmente sitiando-os e impondo-lhes com armas a resistência. (Arantes, 2001, p.52).

E assim, em suas diversas dimensões de violência, os europeus foram ocupando e dissolvendo reinos e etnias milenares.

> Os índios massacrados, o mundo muçulmano espoliado, o mundo chinês por um bom século conspurcado e desnaturado; o mundo negro desqualificado; vozes imensas para sempre extintas; lares espalhados ao vento; todo esse estrago, todo esse desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo [...]a Europa, se não for cuidadosa, perecerá do vazio que causou ao redor do mundo. (Césaire, 2020, p.73).

Esse projeto político-ideológico de silenciamento e esvaziamento dos sujeitos, que se exerceu sob a legitimação e validação religiosa cristã, permitiu a expansão da racionalidade hegemônica europeia. Racionalidade técnica, dual, cristã, excludente. No processo histórico da construção do racionalismo moderno, outras cosmovisões foram silenciadas e processos históricos negados para que esta visão de mundo se fortalecesse (Santos, 2022, p.32). Como dizia Gabineau "só existe história branca" (Césaire, 2020, p.68) e nessa única perspectiva propagada, forjada sob o epistemicídio de populações não brancas, num projeto de apagamento e invisibilidade de toda intelectualidade e historicidade fora do eixo europeu (Nogueira, 2010; Ramose, 2011) é que se estabelece a concepção do humano universal, a saber: o homem branco, cristão e histórico (Mendes, 2020). É importante ressaltar que o papel dos escravizados foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravizado, a estrutura econômica do país jamais teria existido (NASCIMENTO, 2008, apud MENDES, 2020).

4. O Bezerro de ouro – o capitalismo e seus desdobramentos

4.1 Os alicerces do "progresso"

No contexto da expansão europeia, a análise dos espaços marcados pela dominação colonial é inseparável da era mercantilista, que corresponde aos primeiros momentos do que viria configurar a moderna economia de mercado (Waldman, 2018). A montagem do capitalismo moderno não pode ser desvinculada do processo de esvaziamento dos sujeitos africanos, da alienação, da violência e luta pela qual passaram a população escravizada e seus descendentes (Blackburn, 2011, p. 498). Há vários autores refletindo sobre a associação da escravidão negra com o sistema capitalista (Dresher, 2009; James, 2000; Williams, 2012). Tampouco se pode desvincular a ética cristã e seu

espírito capitalista, que opera sob a lógica mercantilista, alinhado à ideia utilitarista do Capitalismo Moderno onde tudo é transformado em mercadoria (Weber, 2002).

Essa bagagem histórica revela a maneira pela qual a Europa acumulou capital financeiro ao longo dos séculos e como se estruturou o perfil da população que seria exposta à situação de vulnerabilidade social e exclusão, propositalmente gerado por esse sistema, que se instalou na maior parte do mundo. O discurso do antropólogo francês George Lapouge (1854-1936), teórico do eugenismo europeu e que fez parte de uma corrente positivista dentro do movimento socialista no séc. XIX corrobora esse perfil excludente.

> Do ponto de vista da seleção natural, classificaria como lamentável o grande desenvolvimento numérico de amarelos e pretos, o que seria difícil de eliminar. Se, no entanto, a sociedade futura estiver organizada em uma base dualística, com uma classe dólico-loira e uma classe de raça inferior confinada ao trabalho mais grosseiro, é possível que este último papel seja reservado a elementos amarelos e pretos. Não devemos esquecer que [a escravidão] não tem nada de mais anormal do que a domesticação do cavalo ou do boi (Césaire, 2020, p.36).

Para o sociólogo venezuelano Otto Maduro (1981, p.79), o modo assimétrico de produção no qual foi estruturado o capitalismo, onde uma minoria detém o controle dos principais meios de produção e em que os produtos finais do trabalho são sistematicamente distribuídos de maneira desigual, dentro de uma lógica de exploração imposta por relações desiguais de forças, gera um cenário que coloca a maioria da população numa situação de subordinação, uma vez que se vê despojada do controle da distribuição da própria força de trabalho. Dez por cento da população utiliza a maior parte dos recursos enquanto a maior parcela da população mundial não tem acesso a elementos essenciais, como alimentação, moradia, saneamento, água potável e um ambiente equilibrado e sadio (Raworth, 2012). Uma balança descalibrada que define quem vive, quem sobrevive e quem perde o direito de viver. Este é um sistema econômico que prioriza a expansão e o acúmulo do capital e não das necessidades humanas, produzindo sob uma matriz de desenvolvimento infinita dentro de um ecossistema finito, sobretudo após a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, quando se tem um aumento exponencial da produção de bens, do volume de resíduos gerados e da desigualdade do acesso aos meios de produção (Andrade; Romeiro, 2009).

Lenalda Andrade Santos (2015, p.62) discorda que a chegada da indústria tenha se dado nesse período. Ressalta que se há transformação de matéria-prima em produto há indústria. Seja artesanal e manufaturado, com pequena e média produção, de forma

singela ou sofisticada, tudo é indústria, afirma Santos (2015). Nesse sentido, segundo a autora, não se pode dizer que a industrialização se inicia com o uso sistemático do vapor, como se dá na segunda metade do século XVIII. Compreendendo a colocação da professora Lenalda e, tomando como válida sua reflexão, o que chama atenção, dentro do contexto histórico até aqui discutido, não é exatamente a datação, mas a culminância do projeto político ideológico traçado pela Europa ocidental ao longo da história. Independente se a Revolução Industrial data ou não a chegada da indústria, o que se observa é que ela consolida o modelo econômico capitalista (Ferreira; Silva, 2017, p.11) e assume qual classe sofreria mais diretamente as externalidades por ele produzidas, ou seja, os sujeitos por ele designados pretos e amarelos. E aqui a referência é sobre o Capitalismo Moderno, o que se pauta ideologicamente numa estrutura de domínio, exploração e produção de escassez (Andrade; Romeiro, 2009), não no que se operava anterior à modernidade, como observado por Max Weber (2002), quando civilizações antigas trocavam mercadorias, guardavam excedente da colheita e diferenciavam a balança comercial a depender da safra. Esse operava com a perspectiva de sobrevivência, às custas de seu próprio trabalho, não com a exploração da mais valia. Sob esses moldes trazidos por Weber (2002) a produção era o resultado do trabalho exercido por cada produtor. Diferente do molde trazido pela Europa, onde a produção é obtida através do emprego de capital e o lucro é obtido sobre o parasitismo do trabalho alheio.

Nessa percepção, a industrialização, aliada ao modelo capitalista moderno, é utilizada sistematicamente pela Europa para novamente subdividir o mundo. Após a superioridade científica, moral e religiosa, agora tem-se a superioridade dos países “avançados”, aos quais haviam se modernizado e aderido aos novos moldes de produção, sobre os “atrasados”, os que ainda não haviam se industrializado (Césaire, 2020, p.68). Os europeus se autointitularam “avançados”, enquanto os países não industrializados seriam o 3º Mundo, termo cunhado pelo sociológo francês Alfred Sauvy (Césaire, 2020, p.107).

A partir do impulso colonial, propagou-se a “civilização” ocidental por todo o planeta. Instituições sociais, políticas e econômicas de origem europeias se tornaram universais. A Europa passou a alegar que não havia progresso sem o capitalismo, o cristianismo e a burguesia (Césaire, 2020). É a continuação dos moldes perversos de produzir exclusão. Os meios locais de produção e comércio foram alinhados ao modelo técnico europeu. Simultaneamente, as especificidades intelectuais dos povos conquistados foram, na maior parte dos casos, ignoradas e até proibidas (D´Ambrósio,

2001). A homogeneização cultural imprimiu um padrão nos modos de ser e agir dos indivíduos com base numa referência dominante, fazendo sucumbir os valores locais e tradicionais. Um processo de caráter imitativo, inadaptado e impositivo das fórmulas desenvolvidas e transferidas desde os países europeus (Lima, 1997).

Sociedades adotaram objetivos de progresso e de desenvolvimento baseados nos padrões europeus propostos pelas potências coloniais (D´Ambrósio, 2017, p.6). Os ares de sucesso e prosperidade exalados pelos países há tempos imersos em um capitalismo avançado, foram associados a bem-estar social, a civilidade. Padrões veiculados ao mesmo tempo como replicáveis e incontornáveis (Burity, 2001, p. 57). Nesse imperativo, resta como alternativa aos países tradicionais, do "3º Mundo", a busca pelo que foi legitimado no imaginário coletivo como desenvolvimento.

Dessa forma, a Racionalidade Moderna, ao se expandir, destrói formas "atrasadas" de vida e se ergue como modelo civilizatório para aqueles que vão se introduzindo em sua órbita, com promessas de bem-estar e certeza de um futuro glorioso destinado aos que transitam para sociedades modernas via desenvolvimento econômico, a saber: industrialização, urbanização, implantação ou expansão de uma economia de mercado e de uma política racional-burocrática, além de um expressivo processo de individualismo (Burity, 2001, p. 56). Uma expansão com paradigmas firmados sobre dois elementos estruturantes: filosófico e político. Na perspectiva filosófica, estão a salvo os que se assemelham às antigas potências coloniais e aos Estados Unidos que definiram em sua trajetória histórica os avanços máximos da humanidade entre o séc. XV e XX exibindo toda prosperidade de usurpados progressos científico, econômico e social. Pelo viés político esses protagonistas, sobretudo os Estados Unidos, apresentam-se como o messias dos países periféricos que emergiram logo após a Segunda Guerra mundial, com a missão de salvá-los do perigo do comunismo, sistema que fazia oposição ao idealizado capitalismo-socialismo (D´Ambrósio, 2001).

> Nós aspiramos, não à igualdade, mas à dominação. O país de raça estrangeira terá que se tornar novamente um país de servos, diaristas agrícolas ou trabalhadores industriais. Não se trata de eliminar as desigualdades entre os homens, mas de ampliá-las e torná-las uma lei (discurso de Adolf Hitler, Césaire, 2020, p.19).

4.2 O despertar ecológico

> Sim, valeria estudar, clinicamente, os passos de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista e muito cristão do

> século XX que ele carrega consigo um Hitler sem saber [...] o que ele não perdoa em Hitler não é o crime em si [...] é o crime *contra o homem branco*, é a humilhação do homem branco, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que atingiram até então os árabes da Argélia e os negros da África (Césaire, 2020, p.18).

Seguindo a mesma linha de reflexão de Aimé Césaire (2020), Antônio Bispo dos Santos (2015, p.27) destaca que, mesmo tendo ocorrido conflitos no interior da organização político-social dos colonizadores, as disputas travadas se deram em torno da gestão, nunca no campo da disputa ideológica. Esses conflitos se intensificam com o ritmo imposto pela Revolução Industrial, que exigia uma demanda maior de recursos naturais, e culminam na Segunda Guerra Mundial. Quer tenha sido causada pela discórdia na partilha do continente africano, pelo uso do carvão natural do território de Alsácia-Lorena, na França, ou pelo revanchismo da Primeira Guerra, como algumas literaturas apontam (Gilbert, 2014), o fato é que em 1945 a Segunda Guerra termina então, com a derrota da Alemanha, a rendição da Itália e a não rendição do Japão, que ataca a base estadunidense Pearl Harbor, no Havaí. Em resposta aos japoneses acontece o ataque nuclear norte-americano às cidades de Hiroshima e Nagasaki, dizimando centenas de pessoas.

Esse episódio desenha o desfecho da Segunda Guerra, mas suscita o início de reflexões importantes sobre questões ambientais no ocidente por volta de 1960. Com os efeitos da radiação, a essa altura vários setores da sociedade civil, partindo da população e passando pela comunidade científica, percebem que os riscos ambientais impostos pela lógica econômica são partilhados e não restritos ao local de ação, uma vez que seus indicadores - preocupação nuclear, crescimento populacional, concorrência nos países desenvolvidos e a utilização de herbicidas e inseticidas na produção vegetal (Pelicioni, 2014) - tomam amplitudes globais (Foladori, 2001). Há, por esse tempo, um despertar sobre a preocupação com a conservação ambiental e uma busca por melhorarias das condições de vida no Planeta (Tristão; Tristão, 2016, p.47). Esse despertar acontece paralelo ao surgimento dos movimentos de contracultura de cunho étnico e de gênero que, segundo Isabel Carvalho (2001, p.87), foram macromovimentos que inspiraram as manifestações ecológicas. Diegues (2001) menciona que essas questões ecológicas passaram a ocupar espaço ao lado de outros movimentos sociais, como o movimento negro e de outras minorias, que culminaram com os assassinatos de Malcom X, em 1965,

Che Guevara, em 1967, na Bolívia e Martin Luther King, em 1968, em Memphis/EUA, além da prisão de Nelson Mandela, em 1964, na África do Sul (Césaire, 2020, p.118).

Carvalho (2001, p.88) destaca que com a expansão do capitalismo em escala global, a esse tempo, produziu-se, simultaneamente, a liberação de várias energias sociais que se lançavam na tentativa de fazer oposição à sociedade industrial e à sua legitimização científica do conhecimento. Dentro desse cenário, o despertar crítico dos atores sociais sobre os riscos ambientais é ampliado. Sobretudo após a publicação de Primavera Silenciosa, obra da bióloga e ecologista norte-americana Rachel Carson. O clamor que se seguiu à sua publicação forçou a proibição do DDT (diclorodifeniltricloroetano), primeiro pesticida moderno usado em larga escala durante e depois da Segunda Guerra. A investigação de Carson, que descreveu como os inseticidas alteravam os processos celulares das plantas, animais e seres humanos, foi significativamente relevante a ponto de despertar uma série de questionamentos sobre os desdobramentos do progresso (Carson, 2010). O conjunto de impactos ambientais, até então percebidos como resíduos inevitáveis desse progresso e da expansão capitalista, passam a assumir uma nova dimensão e a despertar atenção, interesse e novas perspectivas (Lima, 1997).

É neste ambiente de mudança perceptiva que a crítica ecológica ao progresso e ao capitalismo industrial nas décadas de 60/70 integra um espectro amplo e complexo de contravalores que se caracteriza pelo questionamento do *status quo* das sociedades desenvolvidas, pela crítica aos valores da modernidade ocidental, e pela busca de um novo modo de organizar a vida individual e coletiva (Carvalho, 2001, p.88). A sociedade pós-industrial, como aponta Maria Isabel Franco et. al. (2009, p.65), confrontou-se com uma crise que, mais do que ecológica ou material, era/é uma crise de valores, do estilo do pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. A sociedade civil passa a exigir que o segmento político assuma a responsabilidade na formação de leis que garantam a proteção dos recursos naturais e a qualidade de vida das populações (Mccormick, 1992).

É então que acontece em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Primeira Conferência da ONU sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (Franco et. al., 2009). O evento marca a primeira reunião de dirigentes intergovernamentais para discussão dos problemas políticos, sociais e econômicos que apontam para a necessidade de compatibilizar as atividades humanas e o crescimento econômico com a manutenção ecossistêmica (Veiga, 2007). Como plano de ação, a Conferência estipulou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos institucionais para a Educação Ambiental

(EA) (Pedrini, 2000). Na ex-Iuguslávia, em 1975, ocorre a Conferência Internacional de Belgrado e em 1977, na ex-URSS, acontece a Conferência Internacional de Tbilisi. Este último evento contou com a participação de mais de 150 países e não apenas apontava o sistema cultural da sociedade industrial como origem da crise ambiental percebida, como também propunha uma estratégia metodológica da ação educativa, trazendo pela primeira vez a EA como tema central (Layrargues, 1999).

Ainda na década de 1970, dentro das discussões das pautas relativas à proteção ambiental, duas correntes distintas se destacavam. Uma delas provinha de um movimento contracultural que questionava o consumismo e a contaminação associada aos modelos de produção industrial, chamando atenção para a incapacidade do governo em gerenciar os problemas advindos desse modelo. A outra visão, originária do Clube de Roma[8], preocupava-se com a continuidade do modelo de acumulação capitalista e defendia a necessidade de zerar o crescimento econômico como forma de garantir a preservação ambiental (Junqueira; Kasawaki, 2017). Assim, liderados por Dennis Meadow, o Clube de Roma, publica em 1972, o estudo Limites do Crescimento, onde aponta que, uma vez mantido o ritmo de crescimento populacional, de industrialização, de poluição, de produção de alimentos e de diminuição de recursos naturais observados naquela década, o planeta atingiria seu limite dentro de um século (Brüseke, 1998). Os que advogavam em favor do crescimento se opuseram aos estudos do Clube de Roma e também intelectuais dos países do sul criticaram fortemente o discurso anti progresso que o estudo trazia. O paquistanês Mahbub ul Haq, declarou que após um século de aceleração industrial, as sociedades ocidentais fechariam este caminho de desenvolvimento para os países pobres, justificando essa prática com uma retórica ecologista (Sobrinho, 2008, p.10).

Após a publicação do estudo sobre os limites planetários, o sub-secretário da ONU, Maurice Strong, formulou um conceito para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento: o ecodesenvolvimento. Por esse conceito, sete apectos balizariam o desenvolvimento, a saber: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais; elaboração de um sistema social garantindo emprego,

[8] Grupo fundado em 1968 pelo empresário italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexandre King e mais 20 personalidades, que se reuniam para debater questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente. A primeira reunião aconteceu em uma vila na cidade de Roma (Sobrinho, 2008).

segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação (Brüseke, 1998). A teoria do ecodesenvolvimento referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina, ela ganhou cada vez mais uma visão das interrelações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento.

Nos anos seguintes os debates seguiram entre os que defendiam o crescimento sem restrições e os que impunham um limite a esse crescimento. Em 1974, na Conferência sobre Comércio de Desenvolvimento, realizada no México, a ONU produz a declaração de Cocoyok, cuja as análises defendiam os seguintes aspectos: a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo; não existe somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, existe também um máximo; os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera (Sobrinho, 2008). Aprofundando as questões levantadas em Cocoyok, um relatório elaborado pela fundação Dag-Hammarsköld[9] e com participação de pesquisadores e políticos de 48 países, relacionou o histórico de abuso de poder do período colonialista com a degradação ecológica. O relatório mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão dos colonizadores europeus, enquanto grandes massas da população original foram expulsas, marginalizadas e forçadas a usarem solos menos apropriados (Brüseke, 1998, p.32).

Após cinco anos de estudos sobre os debates que se estendiam em torno dos problemas ambientais, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral da ONU, publica o relatório Brundtland, também intitulado Nosso Futuro Comum. É a primeira vez que se tem a menção do termo Desenvolvimento Sustentável que, segundo o conceito formulado pela Comissão, “é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1998 apud COSTA-PINTO, 2019, p.7). Este conceito, que orientou a discussões na Rio 92, tornou-se desde então, em expressão repetida na formulação de políticas púbicas em diferentes esferas de poder e nas ações de movimentos ambientalistas no mundo todo (Junqueira; Kawasaki, 2017).

[9] Instituição não-governamental, sem fins luvrativos, fundada em 1962 em memória de Dag-Hammarsköld, segundo secretário geral das Nações Unidas (Sobrinho, 2008).

Tornou-se também tema controverso, suscetível a interpretações múltiplas e a questionamentos como o de Araújo e Epiphânio (2008), “é o desenvolvimento sustentável, sustentável?”

4.3 O Desenvolvimento (In)Sustentável

Até a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, a ecoeficência, ou seja, a articulação entre os interesses da proteção ambiental com os da economia, eram considerados antagônicos (Layrargues, 2002, p.15). Ao que tudo indica, a elaboração do termo surge como uma tentativa de refrear os discursos alternativos que denunciavam a lógica exploratória da racionalidade econômica, já que o que a Comissão Brundtland preconizava era a integração da economia com a ecologia não pela via das políticas públicas, mas pela via do mercado (CMMAD, 1998).

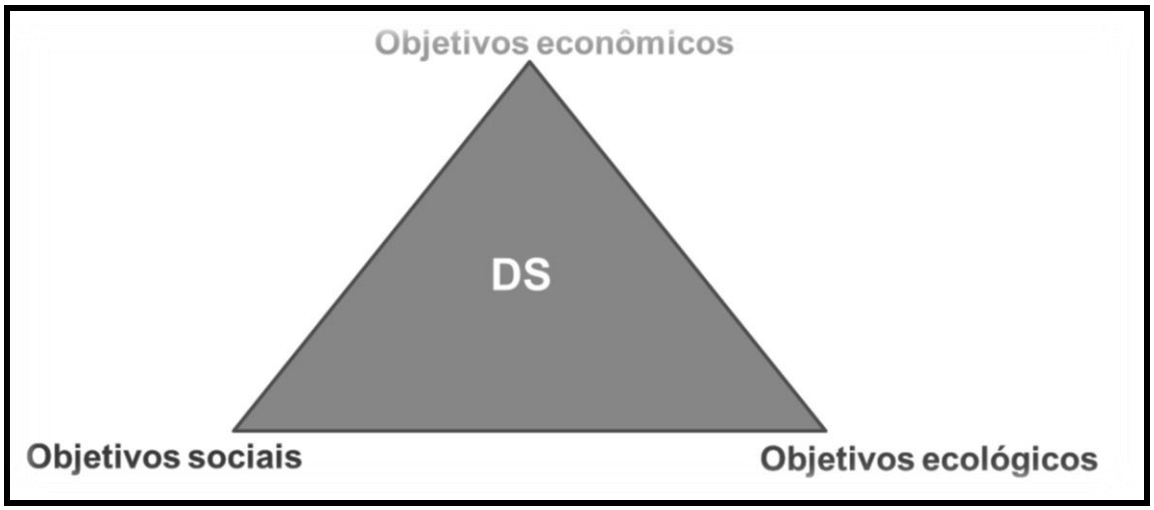
Como apontado por Isabel Carvalho (1991) há duas matrizes discursivas quando se trata da questão ambiental. Uma é o discurso ecológico oficial, propagada pelo ambientalismo governamental, representante da ideologia hegemônica, responsável por manter os valores culturais instituídos na sociedade. Philippe Layragues (1998) percebe esse mesmo perfil ideológico no discurso do ambientalismo empresarial brasileiro, onde identifica a missão dessa classe de cristalizar o discurso hegemônico e impedir manifestações subversivas. A outra matriz discursiva, ainda segundo Carvalho (1991), é o discurso ecológico alternativo, defendido pelo ambientalismo original, representado pelo movimento social organizado, que propaga a ideologia contra-hegemônica e se encarrega de pulverizar valores subversivos à ordem social e econômica instituída. Por se oporem ideologicamente, é esperado que a primeira matriz se articule em prol da manutenção do *status quo*, enquanto a segunda organize estratégias de enfrentamento a essa manutenção.

Para o discurso ecológico alternativo, os problemas sociambientais advindos do modo de produção capitalista é uma questão de ordem cultural, situados na cultura do consumismo imposto pela sociedade moderna. Para Martell (1994) o consumismo é o item mais expressivo da crítica da sociedade sustentável. Layrargues (2002) discute como a indústria passou a fabricar produtos com a vida útil cada vez mais curta e, propositalmente, com opções de consertos economicamente inviáveis, dentro de um processo que chamou de obsolescência planejada. Nesse processo de criação de demandas artificiais, aliado à moda e à propaganda, está também a obsolescência simbólica, que é

quando um produto, mesmo dentro do período de vida útil ativo, perde seu valor significativo (Layrargues, 2002; Martins; Martins, 2017). O discurso ecológico alternativo sugere, então, uma mudança no padrão de produção e consumo. Chama atenção para a mudança qualitativa da produção, com alteração dos insumos e matrizes energéticas, e também para a diminuição da descartabilidade e a eliminação da obsolescência programada e simbólica, como divulgado no Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida, aprovado no Fórum global, no Rio de Janeiro em 1992 (Layrargues, 2002, p.4). O discurso ecológico oficial vê essa sugestão como uma ameaça à economia, denotando, segundo Ekins (1998), quão subversivo pode ser a noção de redução do consumo dentro de uma sociedade liberal, que marcha numa matriz de desenvolvimento infinito. O discurso alternativo é ameaçador aos interesses de expansão capitalista. Então, a ideia de ecoeficência, de desenvolvimento sustentável seria uma tentativa de esvaziamento do discurso ameaçador, colocando a pauta ecológica no discurso oficial, mas marginalizando as questões sociais e mantendo a ideia de desenvolvimento econômico salvaguardada.

Para Foladori (2002), o que o discurso oficial traz sobre sustentabilidade são ideias e práticas apenas de cunho ecológico, vazias de aspectos sociais e situando o homem externo ao meio natural. O autor sustenta que esse caráter tecnicista dessa sustentabilidade puramente ecológica está atrelado ideologicamente aos próprios interesses capitalistas que, para ele, é o causador de toda degradação ambiental, em seu sentido mais amplo. O diagrama da figura 1 procura ilustrar como são, frequentemente, trazidas a tríade da sustentabilidade no processo de desenvolvimento sustentável (DS):

Figura 2: dimensões da sustentabilidade compreendidas no desenvolvimento sustentável



Fonte: World Resourses Institute (2002) apud Foladori (2002)

Pela ilustração, no desenvolvimento sustentável tem-se os objetivos sociais e ecológicos dando suporte ao objetivo maior, o econômico. Qualquer crítica que o sistema hegemônico permita, será sempre em direção à manutenção dessa estrutura. Para o discurso ecológico alternativo mais ortodoxo, o ideal para a preservação ambiental seria o crescimento zero. Porém, como o crescimento ilimitado é intrínseco à dinâmica capitalista, manter uma postura tão rígida seria o mesmo que negar o capitalismo sem ter o que colocar no lugar (Foladori, 2002, p.106). Em contrapartida, o discurso hegemônico permite críticas ao consumo insustentável, mas não ao consumismo, seu pilar de crescimento econômico. Performa na ideia de que o consumo pode ser sustentável, desde que aliado às tecnologias limpas e eficientes. Nesse sentido, o problema ambiental seria de ordem técnica e não cultural. O discurso oficial direciona o foco para o aspecto comportamental, individual, como na questão da política dos 3 R´s, por exemplo, onde a concentração maior se dá no aspecto da reciclagem e não da redução (Layrargues, 2002, p.5). A reciclagem, segue Layrargues, não ameaça o sistema dominante, pois não questiona o consumismo, nem impulsiona a população a direcionar a devoção do consumo a outros valores, como cultura e educação, por exemplo, além de produzir um efeito ilusório e tranquilizante aos indivíduos que passam a consumir mais produtos sem nenhum constrangimento.

Esse efeito tranquilizante é o que Adams (1995) chama de compensação do risco. Se o consumismo gera um risco ambiental para a sociedade moderna através do

esgotamento dos recursos naturais[10], cria-se mecanismos que garantam o controle desse risco, representado, nesse caso, pela reciclabilidade. Assim, tem-se a falsa segurança que o controle do risco resolverá o problema gerado, quando na verdade o camufla e abafa a crítica ao real causador. Recicla-se para não reduzir o consumo e mantém-se a estratégia produtiva da descartabilidade e da obsolescência planejada e simbólica, permitindo a manutenção do modelo neoliberal da acumulação do capital e concentração de renda em favor das elites econômicas (Layrargues, 2002, p.6). Nesse sentido, o que o discurso ecológico oficial faz é aceitar o alternativo antes que se torne ameaçador para a seguir absorver apenas os elementos compatíveis e suprimir o elemento crítico (Guimarães, 1995). O que gera um efeito anestésico no discurso alternativo, segundo Layrargues (2002, p.6), uma vez que esse enxerga as concessões ofertadas como conquistas graduais de suas reivindicações, sem perceber a anulação do poder crítico da ideologia contra-hegemônica.

Aos que defendem a eficiência do modelo de desenvolvimento sustentável trazido pelo relatório Brundtland, o argumento é que esse pretende incorporar uma perspectiva multidimensional, que articula economia, ecologia e política em uma visão integrada e que esse conceito supera abordagens unilaterais e explicações reducionistas presentes nas propostas anteriores de desenvolvimento. Aos contrários, a crítica à noção de sustentabilidade, veiculada pelo Relatório, condenam tanto a ideia de distinção entre os aspectos ecológicos e sociais, quanto a manutenção desses aspectos como base de suporte ao aspecto econômico (Lima, 1997; Foladori, 2002). Condenam também a lacuna da justiça social, que não é contemplada, nem justificada pelo conceito. Advogam que o Desenvolvimento Sustentável nada mais é que um modelo econômico, onde manteve-se a ideia de crescimento, atrelado ao ritmo de consumo, e acrescentou-se uma variável ecológica (Almeida; Medeiros, 2010).

5. Novo céu e nova terra – O movimento ambiental e as Sociedades Sustentáveis

5.1 Os movimentos ambientalistas e as educações ambientais

Desde que surgem, os movimentos ambientalistas, apoiados por outros setores da sociedade civil, passam a ter um papel ativo na denúncia, na luta e na busca de soluções

[10] A própria utilização do termo recursos para se referir aos aspectos não humanos, pode denotar o perigo trazido por Foladori (2002), o de se buscar antes de tudo, por detrás do discurso ambientalmente justificado, os interesses da própria humanidade.

contra o agravamento dos problemas ambientais (Junqueira; Kawasaki, 2017). O plural trazido no termo “movimentos ambientalistas” sugere a existência de algumas divergências dentro do movimento. Parte do segmento, por exemplo, compreendeu como satisfatórios os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)[11] incluídos na agenda 2030, adotada pela ONU em 2015, enquanto outra parte olhou com desconfiança o estabelecimento de objetivos como o “consumo e produção responsáveis” e considerou ambíguo o “trabalho descente e crescimento econômico”. Crescimento da economia e aumento do PIB, como bem sublinhou Isabel Carvalho (2008), não são sinônimos de distribuição de renda e oportunidades para todos, tampouco acarretam a diminuição da pobreza, antes o contrário. Se no capitalismo o crescimento econômico está atrelado ao aumento da produção e consumo, crescer, então, implica a utilização de mais recursos naturais, mais geração de resíduos e mais acúmulo de capital, uma vez que a distribuição dos resultados não é igualitária (Almeida; Medeiros, 2010; Brüseke, 1998).

A cada ramificação de interpretações, haverá, por consequência, variação no ambientalismo praticado. Cada segmento possuirá seus intelectuais, seus educadores, seus propagadores teóricos que terão suas práticas e escritas atreladas à sua compreensão sobre a temática. Viola (1992) identifica ao menos três abordagens teóricas comumente praticadas nos movimentos ambientais. A primeira seria uma abordagem que nasce em um contexto estritamente pragmática com a função de “proteger” o ambiente dos abusos realizados por alguns atores sociais. Não oferece qualquer desafio ao sistema político e econômico, pois é desprovido de teor crítico e dirige-se especificamente ao combate de agentes considerados poluidores. É uma abordagem muito alinhada à corrente de educação ambiental conservadora, identificada por Rosana Silva (2007), sendo a perspectiva encontrada em muitos materiais e cursos de EA, cuja característica principal é a ênfase na proteção natural, descontextualizada dos aspectos sociopolíticos e que apresenta uma relação dicotômica entre ser humano e o meio ambiente.

A segunda abordagem apresentada por Viola (1992) é o movimento social que identifica no sistema econômico capitalista a origem do problema ambiental, portando assim, algum teor crítico, com um combate voltado ao sistema vigente, sendo visto como

[11] São 17: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho descente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação (ONU, 2024).

um elemento pertubador pelo *status quo.* Relaciona-se bastante com a categoria de EA pragmática apresentada por Silva (2007). São concepções mais tecnicistas, onde a ênfase está nas ações individuais, nas informações advindas de leis e projetos governamentais e que acreditam na conciliação entre desenvolvimento econômico e o manejo sustentável dos recursos naturais, através de tecnologias "limpas". A terceira categoria, ainda segundo Viola (1992), ultrapassa o questionamento do sistema econômico, pois entende que tanto capitalismo quanto socialismo são oriundos de uma mesma matriz paradigmática. Essa perspectiva considera que a civilização ocidental estaria impregnada de valores culturais anti-ecológicos cuja manutenção se percebe como a própria insustentabilidade. Sendo assim, a crítica se volta ao corpo ideológico como um todo, representando uma forte ameaça ao sistema político. Essa é uma abordagem que se alinha com a teoria defendida pela corrente de educação ambiental crítica, que privilegia a dimensão política da questão ambiental e entende a complexidade da relação ser humano x natureza (Silva, 2007). As proposições críticas admitem que o conhecimento é uma construção social, historicamente datada, não neutra, que atende diferentes fins em cada sociedade, reproduzindo e produzindo relações sociais (Loureiro, 2006).

Com suas raízes no movimento ambientalista, que pauta suas ações em diferentes concepções, essa diversificação também chegou aos fazeres educacionais relacionados à questão (Silva, 2016, p.3). Segundo Junqueira e Kasawaki (2017), EA foi sendo gestada no interior das lutas e discussões realizadas por estes movimentos, sendo herdeira direta do debate ecológico e, por isso, parte fundamental do movimento ecológico/ambientalista. Embora na Conferência de Belgrado tenha-se formulado princípios para a construção de um programa internacional de EA é na Conferência de Tbilisi que se tem pela primeira vez a EA como tema central. As discussões se pautaram pela crítica dos paradigmas norteadores da estratégia desenvolvimentista, marcada pelo modelo de mercado competitivo como instância reguladora da sociedade, e de como essa tônica fornece uma visão de mundo utilitarista, unidimensional e economicista, em que o ser humano ocidental se percebe numa relação de exterioridade e domínio da natureza (Layrargues, 1999). Foi a primeira conferência a trazer a Educação Ambiental como pauta, rompendo com a visão de educadores conservadores ao sugerir a observação de aspectos políticos-econômicos e socioculturais nas questões ambientais e não apenas aspectos biológicos, sendo assim considerada, segundo Dias (1993), o marco conceitual da Educação Ambiental.

Alguns autores têm discutido a necessidade da expressão Educação Ambiental, uma vez que toda educação, *a priori*, seria ambiental. Mas, a partir das concepções trazidas por Viola (1992) e da categorização percebida por Silva (2007), mais do que sistematizar, essas abordagens trazem a ideia de quão polissemântico pode ser a apropriação da "proteção" ambiental e de como essa proteção será divergente a depender da ideologia atrelada aos atores sociais que a realizam, podendo ser pró ou contra sistema. Dessa forma, seria imprudente falar em homogeneidade dos movimentos e de suas práticas. Rosana Silva (2016, p.3), acredita que o sufixo "ambiental" identifica uma área historicamente construída e que vem acumulando produções teóricas e práticas, concordando com Carvalho (2002) que o atributo "ambiental" constitui um traço identitário da EA, marcando sua origem num contexto histórico determinado: os movimentos sociais ambientais e seu horizonte de crítica contracultural.

Para Tristão e Tristão (2016), no Brasil, é a partir das décadas de 1970 e 1980, que a educação ambiental passa a se constituir, enquanto um campo diverso, complexo e plural, caracterizado pela presença de diferentes atores e setores sociais que, de forma direta ou indireta, influenciaram seus caminhos. Lima (2008) diz que esse campo educacional, formado por Organizações da Sociedade Civil (OSC), ONU, organismos financeiros, movimentos sociais, empresas ligadas ao financiamento e diferentes níveis governamentais, foi fundamental na criação de órgãos e políticas ambientais. Os autores elencam como legado do campo de educação ambiental no país a inclusão da EA na Constituição Brasileira de 1988 e a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Em 2002, o Decreto que regulamentou a PNEA, destacou o papel das OSCs para sua execução (BRASIL, 2002). Também é atribuído a esse papel, a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (ONU, 1992).

5.2 As Sociedades Sustentáveis

Alinhada à corrente crítica da Educação Ambiental, o Tratado foi elaborado no Fórum Global das Organizações não Governamentais, evento que reuniu mais de cem representantes de Organizações da Sociedade Civil de diversos países e que ocorreu paralelo à Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, a Rio 92. Unânimes no entendimento de que o modelo de civilização dominante se pauta em "superprodução e super consumo para uns e subconsumo e falta de condições

para produzir por parte da grande maioria", os signatários se comprometeram a cumprir um plano de ação pautado no que estipularam como Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Dentre eles tem-se que: a educação ambiental não é neutra, mas ideológica; é um ato político, baseado em valores para transformação social; a educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue. O documento, como o próprio nome sugere, promove a educação ambiental crítica como via de transição para as Sociedades Sustentáveis (ONU, 1992).

E o que seriam sociedades sustentáveis? Embora não se tenha definido o conceito, os plurais nas palavras apontam para algo heterogêneo, diverso, plural, contrário ao modelo homogênico, tecnicista, dualista e excludente que opera atualmente. Sua construção passa pelo universo de concepções que caminham rumo a uma nova maneira de pensar o mundo contemporâneo (Barbosa, 2022). Esses valores devem ser direcionados para obtenção da justiça ambiental e resgate da autonomia do indivíduo, construindo assim, coletivamente, uma sustentabilidade forte (Carvalho, 2008). A ideia de sociedades sustentáveis está ligada ao bem-estar individual e coletivo, à democracia, aos direitos humanos e à conservação ecológica (Costa-Pinto, 2017). Está relacionada também com a participação de diversos atores e atrizes sociais nos espaços de tomada de decisão. Na gestão pública, na construção de políticas públicas, que deve ser com e para uma população autônoma e diversa. Não tem como pensar em sociedades que se organizam fora da lógica homogênica e dominadora da racionalidade moderna vigente, sem a participação democrática de sua população nas tomadas de decisões, implementação e controle do desenvolvimento e sem repensar no que se entende por "desenvolvimento" (Lima, 1997).

Partindo da perspectiva crítica, as sociedades sustentáveis seriam construídas coletivamente, numa compreensão integrada do meio ambiente em que a complexidade das relações é valorizada através da inserção de aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL, 1999), onde todas as formas, respeitosas, de organização social sejam possíveis.

5.2.1 Movimentando-se em direção às Sociedades Sustentáveis

Pela discussão trazida até aqui, o que se tem percebido é que a maior parte da literatura acessada traz o movimento ambientalista, embora plural, como nascido na Europa e nos EUA e que gradualmente se dissemina pelo restante do mundo. Ele seria representado, sobretudo, pela articulação formal via OSC e teria como principal estratégia metodológica a educação ambiental, com vistas às sociedades sustentáveis, que seriam sociedades que se organizadas distante da lógica do capital, da racionalidade moderna, onde os valores não sejam excludentes.

> A preocupação com a necessidade de se promover estratégias educativas voltadas à conservação do meio ambiente e, por extensão, melhorar as condições de vida no planeta, surge no final dos anos 1960 e início da década de 1970, quando tem início um forte movimento ambientalista nos Estados Unidos, provocando um novo posicionamento em grande parte da opinião pública. Este movimento revelou a necessidade de uma maior e contínua conscientização acerca da finitude dos recursos naturais, da adoção do princípio da racionalidade na sua utilização e, que a proteção ambiental e o crescimento econômico não devem ser antagônicos (Tristão; Tristão, 2016, p.47).

Nesse sentido, vale a reflexão trazida por Lucie Sauvé (2005) que diz que a relação do ser humano com seu entorno é moldada ao longo do tempo pela racionalidade em que ele está alicerçado. A depender das lentes com que se vê o mundo, ele pode se compreender como parte da natureza ou externo a ela. A partir dessa compreensão, uma montanha pode ser vista como uma excelente fonte de recurso por um minerador enquanto para outro indivíduo pode ser morada de espíritos protetores. Sendo assim, pode-se questionar: será que o empenho em “melhorar as condições de vida no planeta” e que a “proteção ambiental” nascem mesmo nos Estados Unidos como apontado por Tristão e Tristão (2016)? Será que esse movimento contra a exploração da natureza (meio biótico + meio abiótico) não tem se articulado ao longo dos séculos por agentes que se organizam socialmente sobre uma racionalidade não mercantil e exploratória? A história é construída nas memórias e na repetição dessas memórias. É importante entender a população escravizada como agentes políticos. Sobretudo para que não se crie uma ideia única de que o movimento ambientalista se inicia nos anos de 1960 como tem apontado algumas literaturas (Junqueira; Kawasaki, 2017; Tristão; Tristão, 2016).

Otto Maduro (1981), ao descrever a divisão de classes imposta pelo modo assimétrico dos meios de produção, afirma que junto com essa assimetria surge, concomitantemente, uma classe operária que, ao nascer, já denuncia a injustiça sofrida e reivindica direitos. A mesma postura ativa se percebe na resistência oferecida pelos povos indígenas e africanos em oposição à sujeição imposta pelos colonos. O protagonismo dos indígenas botocudos e dos pataxós frente a invasão Portuguesa, a Revolta dos Malês, que enfrentou a guarda nacional e pretendeu invadir as igrejas e queimar os símbolos católicos em praças públicas, instituindo uma liderança africana também é um registro de resistência (Silva, 2022). Houve também o levante do Engenho de Santana de 1789, em Ilhéus, que resultou na paralisação da produção de açúcar do engenho por cerca de dois anos. Nesse levante, um grupo de aproximadamente 300 escravizados, de maioria crioula, exigiu a diminuição na carga horária de trabalho, liberdade para celebrar suas festas e organizou quilombos em torno da propriedade. Séculos antes, nesse mesmo engenho, ocorreram rebeliões de etnias indígenas, que haviam sido tomadas como mão de obra servil (Pinto, 2020). Tem-se ainda os conflitos na Fazenda Monte Christo, no sul da Bahia, a rebelião dos escravizados do Haiti, além de relatos de constantes fugas e embates contrários à saída de seus territórios (Silva, 2022). As revoltas se deram também no que tange às resistências cotidianas, como envenenamento dos senhores, sabotagem da produção, alegação de doença ou negociação de sua venda a outro senhor que lhe agradasse (Albuquerque, 2006).

Será que quando os povos indígenas e africanos resistem ao modo de ser e estar no mundo dos europeus não estão eles também lutando por justiça ambiental? Não estariam esses atores e atrizes socais fazendo um movimento ambientalista? Não seria a resistência dos povos decoloniais à uma ordem mundial e monocentrêntrica um movimento de cunho ambiental (Mignolo, 2017)? Do contrário, se o histórico de luta desses povos não for entendido como um movimento ambiental (contra exploração de pessoas e meio natural), faz-se necessário, então, definir o que se está denominando como movimento ambientalista. Se o marco assumido for o séc. XX, considera-se que a emergência do movimento ambientalista se dá após os eventos de Hiroshima e Nagasaki, durante a Segunda Guerra Mundial, e também após as denúncias de Rachel Carson (1962) sobre a contaminação sistêmica causada pelo uso de agrotóxicos químicos, quando a sociedade civil se “conscientiza” dos limites físicos imposto pela lógica econômica (Foladori, 2001). Se assim como Veiga (2007), compreende-se que o que houve após esses eventos foi uma mudança da perspectiva ecológica apontada para a necessidade de

compatibilizar as atividades humanas e o crescimento econômico com a manutenção ecossistêmica, talvez faça sentido assumir o *lócus* europeu ou estadunidense para "surgimento" do movimento ambiental e o marco da década de 1960 como a literatura traz. Porque nesse sentido, o que se estaria entendendo por movimento ambientalista seria esse despertar ecológico e, nesse caso, faz sentido não incluir sociedades que vivem, milenarmente, em harmonia com seu entorno. Essas, não precisam ser "despertadas" sobre esse viés.

Diegues (2001) menciona que as questões ecológicas passaram a ocupar espaço ao lado de outros movimentos sociais, como o movimento negro e de outras minorias, e Mccormick (1992) diz que os movimentos ambientalistas da Europa e dos Estados Unidos receberam contribuições desses grupos, mas que não havia relação entre eles, uma vez que possuíam clientelas diferentes. Esse entendimento estaria alinhado com o "promover estratégias educativas para a conservação do meio ambiente" trazida por Virgínia Tristão e José Américo Tristão (2016). Isso implica inferir que as ações educativas voltadas à busca do despertar ecológico, seriam então, por essa perspectiva, promovidas pelo movimento formal, composto pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC)[12] através da educação ambiental (EA). Seria esse, então, o papel da EA, promover o despertar ecológico voltado à conservação ambiental? Partindo do fato de que agrupam-se sob a denominação Educação Ambiental atividades muito variadas, tanto em conteúdo como em valores (KRASILCHIK, 1986 apud SILVA, 2016, p.2), seria importante retomar as discussões sobre a qual EA está-se referindo e quem dela faz uso, uma vez que é possível advogar em favor do ambiente utilizando-se de práticas pró sistema. Caso o "despertar" ecológico seja assumido como papel da EA, a qual público as ações são voltadas? Quem precisa ser educado ambientalmente? E sobre as sociedades, todas são insustentáveis?
Maduro (1981, p.67), se referindo ao contexto latino americano, vê a sociedade como uma estrutura contraditória de classes que lutam com desiguais graus de poder. Uns lutam para por conservar o poder adquirido enquanto outros pelo poder de acabar com essa opressão criando uma sociedade diferente. Não seria essa "sociedade diferente" o que o Tratado chama de Sociedades Sustentáveis? O mundo policêntrico e não capitalista, almejado pelos agentes decoloniais, não era um mundo com sociedades sustentáveis?

É importante pontuar que embora se reconheça a relevância do Tratado elaborado pelo Fórum, seria, talvez, arbitrário dizer que a ideia de sociedades sustentáveis surja a

[12] O termo Organizações não Governamentais (ONG) foi substituído pelo termo Organização da Sociedade Civil (OSC)

partir dele. Talvez possa-se assumir que o documento tenha cunhado o termo, mas que a inspiração tenha vindo do histórico de luta dos povos pindorâmicos[13] e africanos e da classe operária que há séculos sinalizam a necessidade de sociedades mais igualitárias, mais sustentáveis. Que desde o século XVI em diante se empenham em ações decoloniais, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu (Mignolo, 2017, p.2) e que discordam dessa racionalidade moderna cristã, capitalista, homogênea, racista, excludente, silenciadora e invisibilizadora de culturas tão potentes, ricas e de saberes milenares.

Seguindo a trilha de Layrargues (2006, p.73), a transição das sociedades que atuam sob a perspectiva da racionalidade moderna para aquelas mais sustentáveis (socialmente, ecologicamente e politicamente falando), não requer apenas estabelecer uma nova relação entre humanos e a natureza, mas dos humanos entre si, e destes com a natureza. Para a construção de sociedades ecologicamente equilibradas e justas não se pode abdicar de uma abordagem das questões socioeconômicas estruturais e da compreensão do histórico de lutas dos povos que não se curvaram à racionalidade moderna e nem adormeceram ecologicamente (Pieper; Santos; Pimentel, 2012). Assim, "só é possível se instaurar uma nova ética, a ecológica, se ao mesmo tempo se instaurar uma nova relação social, que não seja mediada (exclusivamente pelo menos) pelo capital" (Layrargues, 2006, p. 88).

6. Objetivos

6.1 Objetivo geral

- Contribuir com a compreensão do Movimento Ambientalista de Porto Seguro-BA, tendo em vista a transição para as Sociedades Sustentáveis;
- Obter um panorama preliminar da atuação das instituições socioambientais que compõem o Movimento Ambientalista de Porto Seguro-BA.

6.2 Objetivos específicos

- Apreender como se apresenta o Movimento Ambientalista (MA), a partir das Organizações da Sociedade Civil (OSC), no Território de Porto Seguro-BA;

[13] Sugestão de nomenclatura dada por Antônio Bispo (2015, p.26) para denominar os povos nativos do Brasil. Segundo o autor, essa seria uma forma de contestar a denominação forjada pelos colonizadores que, como manobra de tentar generalizar e desumanizar a multidiversidade de povos aqui encontrados, os denominou "índios". Bispo acrescenta que essa mesma estratégia de quebra de identidade foi utilizada com a diversidade de povos africanos ao denominá-los como "negros".

- Descrever as atividades socioambientais desenvolvidas pelas OSCs no Território;
- Apreender a relação do MA com a população alvo de suas atividades;
- Devolver os resultados da pesquisa aos atores e atrizes sociais diretamente envolvidos, assim como para a sociedade em geral.

7. HAJA LUZ - METODOLOGIA

7.1 Definindo o método

> Deve-se considerar então que o conhecimento científico é um conhecimento temporariamente verdadeiro, um corpo de conhecimento historicamente em construção. É uma tentativa humana de descrever uma realidade, sendo, portanto, um conhecimento provisório, passível de sofrer modificações, pois está sujeita as virtudes e defeitos que envolvem os seres humanos em qualquer atividade que exerçam (Melo; Vieira, 2019, p.34).

A ciência moderna defende uma ciência neutra, afirma Marcos Oliveira (2008, p.98). Segundo Oliveira, essa defesa se apoia, principalmente, sob três teses, a saber: a neutralidade temática, onde a escolha dos temas e problemas a serem investigados responde apenas ao interesse em desenvolver o conhecimento com um fim em si mesmo; a neutralidade metodológica, porque procede de acordo com o método científico, onde a escolha racional entre as teorias não deve envolver valores sociais; e a neutralidade factual, que diz que a ciência é neutra porque não envolve juízos de valor, antes apenas descreve a realidade. Oliveira (2008) segue dizendo que essas teses se contradizem em si mesmas pois, se por um lado excluem os valores sociais, por outro funcionam também como valores, uma vez que a neutralidade não é dada, mas corresponde a uma aspiração da própria ciência, que envolve esforço para que se realize.

Lüdke e André (1986) discordam da neutralidade da ciência, advogam que a materialização do labor científico está diretamente relacionada ao sujeito, produtor desse conhecimento, que está inserido em uma sociedade com conjuntos de valores que também o atravessam, e ao tempo espaço-espaço em que essa pesquisa se desenvolve. Otto Maduro (1981), também discordando desse distanciamento entre o sujeito fazedor de ciência e o conhecimento que esse se propõe a elaborar, acrescenta ainda que haja uma parcialidade do pesquisador quando assume seu tema de investigação e a tônica que essa

investigação assumirá, mas de que não necessariamente essa parcialidade seja ruim, uma vez assumida conscientemente.

Seguindo a recomendação de Maduro, assumo minha parcialidade, consciente, quando escolho olhar o MA via OSC. É um universo familiar para mim. Sempre estive envolvida no universo do fazer social das OSCs desde a infância. Inicialmente como uma das famílias atendidas, posteriormente como voluntária de algumas delas e, na experiência mais recente, como coordenadora. Mesmo sendo engenheira de formação, tenho afinidade com as ciências sociais e somada à minha parcialização, escolho o universo das OSCs porque aceito a sugestão de Heguette (2010), quando relembra que os cientistas sociais valorizam a dinâmica da sociedade a partir dos pequenos grupos de bairro, comunidade, instituições, dentre outras, porque entendem que os códigos sociais que permeiam esses grupos estão em constante configuração. É a partir desses pequenos grupos que as mudanças em maiores escalas emergem, por isso a importância de compreendê-los, não através de uma ciência descompromissada, ou inadequada para o contexto, mas a partir de um olhar voltado para associação do tema abordado, do objeto qualitativo investigado e do grupo que potencialmente atingiria os objetivos da investigação (Minayo, 2002).

Também assumo a parcialidade na escolha das lentes com que olho o Movimento, a saber: a Educação Ambiental Crítica. Minha bagagem bibliográfica está permeada das leituras de Isabel Carvalho (2008), Rosana Silva (2016), Marcos Sorrentino (2005), Philippe Layrargues (1999), Guilhermo Foladori (2002), Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto (2021) e de tantos outros que se somam na discussão de que essa seja uma corrente educacional emancipatória, transversal, que preza pelo resgate do indivíduo com seu entorno natural, pela democracia e pelo viés político e social que envolvem a questão ecológica. Qualquer outra educação que se autodeclare ambiental e que se mostre vazia de uma contextualização dos problemas ambientais, corre o risco de se colocar a favor das estruturas de poder, que exploram meio ambiente e subjulgam pessoas. Há, obviamente, outras maneiras de enxergar o MA articulado em Porto Seguro, mas não me é orgânico. Se as escolho, seria sintético. Prefiro correr o risco de flutuar em algumas questões, visto que o campo da pesquisa em EA ainda é um campo emergente (Compiani, 2017; Reigota, 2007). Vale ressaltar que quando menciono a busca no MA de Porto Seguro, estou me referindo à sede, cidade de Porto Seguro, e seus distritos, a saber: Arraial D´Ajuda, Trancoso, Caraíva, Itaporanga, Vale Verde, Vera Cruz e Pindorama.

Assumida, assim, minha parcialidade, o melhor roteiro para direcionar a busca é sob a perspectiva qualitativa das ciências sociais, que se tornou a vertente mais recorrente entre a pluralidade de temas e técnicas abordadas pelos pesquisadores que investigam a temática da educação ambiental (AVANZI; SILVA, 2004 apud SANTOS, 2022). Essa recorrência se dá, em grande parte, pelo fato do campo de estudo ser construído a partir de uma interação relacional e subjetiva com o objeto de estudo, que são as pessoas e suas relações entre si e com instituições afins às suas percepções e realidades e também por ser a abordagem qualitativa um meio de tentar explorar, de buscar entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social (Creswell, 2010, p. 43).

A pesquisa qualitativa ocupa posição de destaque entre as possibilidades de estudo dos fenômenos que envolvem as relações sociais por orientar sua busca em direção ao contexto em que esse fenômeno se apresenta, a partir de uma perspectiva integrada e sistêmica das pessoas nele envolvidas (Godoy, 1995). Talvez tenha a preferência dos pesquisadores de EAC por ser intrinsecamente uma forma de pesquisa mais crítica, potencialmente emancipatória (Bauer; Gaskell, 2003).

> A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados. Embora os processos sejam similares ao quantitativos, os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação (Creswell, 2007, p. 184).

7.2 Definindo as ferramentas de coleta

7.2.1Observação participante

A aproximação do pesquisador com o grupo observado se torna fator importante de “mergulho” no indivíduo (Santos, 2022). A observação participante foi entendida como caminho viável para observação das atividades desenvolvidas pelas OSCs, uma vez que é caracterizada pela presença ativa do pesquisador numa situação social para a realização da investigação face a face com os observados. Se essa investigação é realizada dentro do ambiente natural onde ocorrem os processos que se deseja compreender, o observador torna-se parte do contexto observado (Haguette, 2010). Otto Maduro (1981, pág.37) também argumenta acerca do papel do observador de uma realidade social. Para o autor o observador é também participante e modificador da dinâmica social observada. Segundo Maduro, essa observação é feita a partir de um ponto de vista pessoal, mesmo contra sua vontade, como discutimos sobre a parcialidade que atravessa o pesquisador e

sobre o contexto social em que os agentes envolvidos na observação participante estão inseridos. Acompanhar os sujeitos durante a realização de suas práticas, pode contribuir para a diminuição de possíveis barreiras culturais que possa haver entre o pesquisador e o observado (Hesselgrave, 1995).

A sensibilidade e percepção do pesquisador se tornam requisitos que somam à uma compreensão mais holística do fenômeno observado. Mesmo não estando prevista, durante a coleta de dados foi possível realizar essa observação participante também na inserção dos diálogos e discussões trazidas nos grupos de conversa da plataforma *Whatsapp* e na participação das reuniões do Conselho Municipal de Meio ambiente e Causa Animal (SEMAC), onde foi possível acompanhar os posicionamentos do Instituto Coral Vivo e da Associação Verdejar, conselheiros da SEMAC. Essas oportunidades de contato se mostraram enriquecedoras para a observação e para o direcionamento dos diálogos travados durante a realização das entrevistas narrativas, que também foram assumidas como estratégia de levantamento de dados.

7.2.2 Entrevistas Narrativas

No que tange às entrevistas, ocupam lugar de destaque como ferramenta metodológica em pesquisas qualitativas. Moura (2017) argumenta que essa ferramenta se baseia em pressupostos e teorias definidas pelo pesquisador a fim de colher dados, a partir da experiência subjetiva de uma fonte, que no nosso caso se deu em torno dos colaboradores que executam as ações socioambientais e também seus diretores e associados, como é o caso da Associação Verdejar. Parte desses associados contribuem financeiramente e/ou se voluntariando na realização de atividades propostas pela Associação. Moura (2017) segue afirmando que essa interação trazida pelas entrevistas, objetiva responder a um problema, num diálogo inteligente e crítico com a realidade pesquisada. Como foco de nosso interesse, estão inclusos tanto os voluntários que desenvolvem pontualmente as atividades, quanto os que fazem parte do quadro fixo de executores, incluindo os diretores, que nem sempre desenvolvem atividades em campo.

As entrevistas narrativas são instrumentos de investigação científica, onde o pesquisador propõe uma questão gerativa, não direcionada, de forma a produzir respostas espontâneas, improvisadas (Muylaert et al., 2014). Sua estrutura não é rígida, porém não menos eficaz e compromissada. Há um roteiro proposto pelo pesquisador, mas há espaço para emergência de aspectos não roteirizados, uma vez que a fonte de coleta é subjetiva.

Tem como característica principal a não interferência do pesquisador durante o relato do entrevistado (Ravagnolli, 2018). Mas não quer dizer que seja nula a interação do pesquisador. Na entrevista é possível captar respostas mais subjetivas, refinadas, às quais outras ferramentas como o questionário, por exemplo, não abarcam. O questionário também seria utilizado como ferramenta de levantamento de dados, porém durante o período de campo, em contato com as OSCs descobri que o Observatório Social de Porto Seguro, acabara de aplicar um questionário multirespostas e que estava finalizando o que eles denominaram "Relatório de Diagnóstico". Julguei então, que já havia um questionário aplicado e que o melhor caminho seria, então, refinar as respostas obtidas por ele.

7.2.3 Levantamento documental

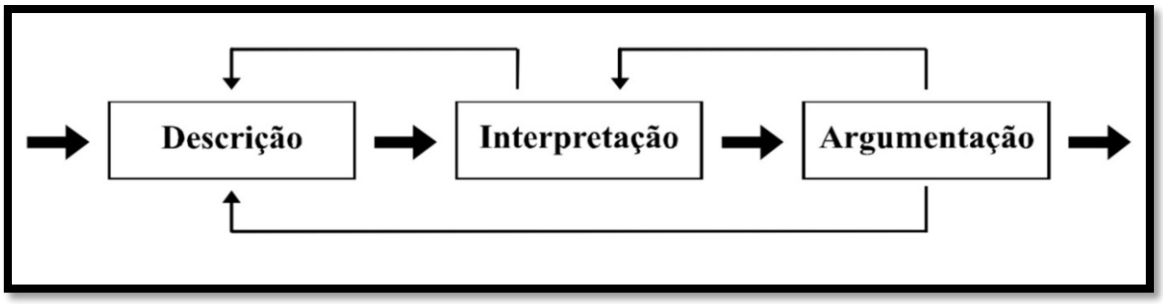
Com o objetivo de enriquecer a coleta de dados, o levantamento documental foi mais uma estratégia de investigação adotada na tentativa de compreensão do M.A. Indicado ao pesquisador que pretende ratificar e validar outros meios investigativos, apresenta-se como excelente ferramenta de levantamento de dados (Lüdke; André, 1986). É uma ferramenta que se mostra como uma rica fonte de dados não-reativa, ou seja, que não sofre alteração ao longo do tempo. A análise documental pode revelar um contexto histórico, econômico e social sob os quais os documentos foram redigidos. E no caso do Instituto Mãe Terra, que atua há quase duas décadas e do Movimento de Defesa de Porto Seguro que atua há quatro décadas, foi uma importante fonte de acompanhamento de como as instituições foram se desenvolvendo e mudando, ou não, sua visão ao longo do tempo. As escolhas dos documentos que fizeram parte do processo investigativo não foram aleatórias. Foram guiadas em função do propósito, da análise e do objetivo da pesquisa (Godoy, 1995). Nesse sentido, enquanto terceiro setor[14], toda OSC* formalmente organizada, precisa, necessariamente, redigir um estatuto social, documento que rege o direcionamento da OSC. Quando iniciadas suas atividades precisa apresentar também um plano anual de ação e um relatório anual das ações desenvolvidas que dão um panorama associativo entre os objetivos da instituição e a execução dos projetos. Foram esses os documentos analisados na pesquisa.

[14] O primeiro setor é definido pelo conjunto de atividades do Estado. O segundo setor é representado pela sociedade civil, dentro do conjunto de atividades privadas particulares como indústrias, escolas, bancos, comércio, empresas em geral. E o terceiro setor refere-se às entidades não-estatais, sem fins lucrativos, que prestam serviços de interesse público (Pessoa, 2017).

7.3 Definindo o método de análise

Dado seu diálogo conceitual com o caminho metodológico assumido pela pesquisa, a análise textual descritiva (ATD) foi utilizada como instrumento de análise de dados. É uma técnica de análise que consiste em "ouvir" o texto falar. Diferente da ciência positivista, não há uma busca pelo que é certo ou errado ou pela verdade, a ATD não se aproxima da ideia de domínio sobre o objeto, é antes de tudo fenomenológica. Nesse sentido o pesquisador não observa o fenômeno, é o próprio fenômeno quem se revela. Não há, tampouco, uma dedução do que os sujeitos quiseram dizer, mas sim inferências a partir do que foi exposto (Galliazi; Moraes, 2016). Não uma inferência arbitrária, mas uma sistematização do conteúdo dentro de um processo recursivo, com base na bibliografia que dialoga com cada categoria de significado. É o que os autores chamam de processo contínuo de análise, ilustrado na figura 3.

Figura 3: Processo contínuo de análise durante a escrita



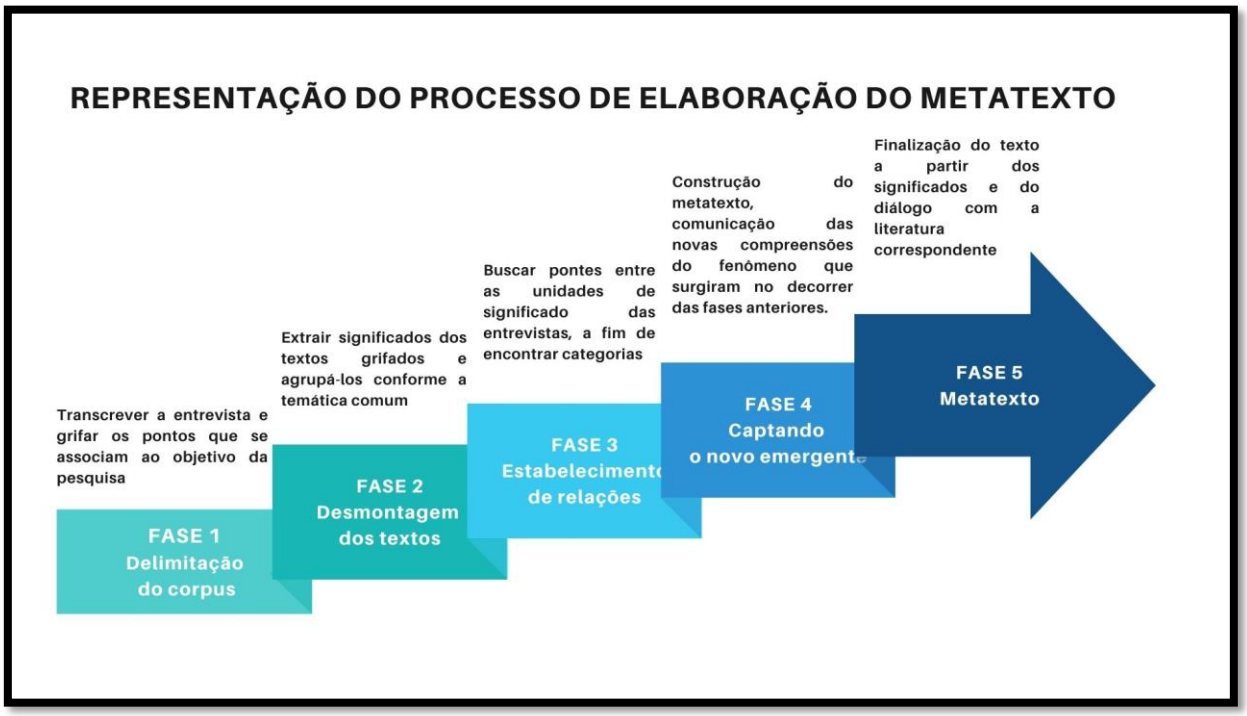
Fonte: Moraes; Galiazzi (2016)

Nesse processo há a elaboração do *corpus*; a transformação desse *corpus* em unidades; a organização dessas unidades por aproximação de sentidos; a categorização inicial, podendo surgir categorias intermediárias; a transformação das categoriais iniciais ou intermediárias, caso surjam, em categorias finais; e, por fim, a elaboração dos metatextos, que é a produção textual gerada a partir das categorizações (Galliazi; Moraes, 2016). Essa esquematização não é engessada, a ATD é um instrumento de análise que permite o rompimento dessa ordem, onde há, inclusive, a possibilidade de categorias emergentes.

Compreende-se, dessa forma, que a categorização serve para classificar as unidades criadas e ajudam na organização e compreensão do texto que está sendo gerado, uma vez que não serão usadas todas as informações colhidas (Santos, 2022). Nessa técnica, a fim de atingir os objetivos da pesquisa, é o próprio pesquisador ou pesquisadora quem define o quanto fragmentará seus textos e quais delimitações seu *corpus*

apresentará, buscando obter os sentidos dos textos em diferentes limites de seus detalhes, compreendendo que “um limite final e absoluto nunca é atingido” (Moraes, 2003, p.195). Para melhor compreensão, temos a ilustração da figura 4.

Figura 4: Representação do processo de elaboração do metatexto



Fonte: Elaboração própria a partir dos trabalhos de Moraes (2003) e Silva (2002)

Alguns aspectos foram identificados durante o processo de fragmentação do *corpus*, mas não foram incorporados ao metatexto final por não apresentarem uma frequencia de repetição nas entrevistas, não chegando a ser considerado, dessa forma, uma categoria. Ainda que fora dos parâmetros de categorização apresentados pela ténica de análise adotada por essa pesquisa, devido à densidade dos temas e da relavância social que trazem, julga-se válido mencioná-los. São eles: a questão de gênero, as de divisões regionais, com uma suposta superioridade da região sudeste do Brasil em detrimento da região nordeste, bem como as questões sobre religiosidade e orientação sexual.

Por se tratar de uma metodologia que envolve a participação de seres humanos, esta pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFSB, através da Plataforma Brasil, e teve sua aprovação sob o número CAAE 68284123.8.0000.8467.

***Notas:**

Lei 9.637/98 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais;

Lei 9.790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
Lei 91/1935 Regulamenta as exigências para que as sociedades civis, as associações e as fundações constituídas com fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade possam ser declaradas de utilidade pública;
Lei 13.019/2014 Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação.

7.4 Coletando os dados

> O processo de opções e escolhas, de decisões, seleções e exclusões, constituem uma certa parcialização. Parcialização que será mais ou menos coerente, segundo as condições sociais em que o pesquisador desenvolve sua tarefa e segundo o grau de conhecimento com que o pesquisador explicite e assuma sua inevitável parcialização (Maduro, 1981, p.60).

Sob a reflexão de Maduro (1981), a coerência da parcialidade será simplificada quando os objetivos societários do pesquisador forem idênticos às orientações societárias predominantes no meio em que está inserido e dificultada quando o pesquisador for contra o sistema. Nesse caso, diz Maduro, seria como nadar contra a corrente. Optar por realizar a investigação nas OSCs, um ambiente que faz parte de um universo conhecido, onde transitei bastante tempo e onde tenho um pouco mais de repertório para realizar a busca pelo entendimento do Movimento Ambientalista, faz parte de minha parcialização na pesquisa, que segundo o autor, não é um problema quando assumida consciente e auto criticamente.

A princípio, seria realizado um estudo de caso com o Instituto Mãe Terra e a escolha desse instituto para ser o local onde a busca se daria, possivelmente, tenha sido uma tentativa de amenizar possíveis correntes contrárias. Eu conhecia um pouco do trabalho que o Instituto realizava. Sabia de antemão que trabalhavam com cursos profissionalizantes (panificação, estética, artesanato, confeitaria, dentre outros) e que eram parceiros de empresas que absorviam em média 70% dos alunos qualificados no Instituto (Brazilfoundation, 2023). Previamente conheci que realizavam ações contra a exploração infantil, que trabalhavam em prol do fortalecimento da cultura indígena local e que realizavam assistência técnica à população rural. Entendi que os trabalhos realizados apresentavam perspectivas sociais e ecológicas, ponto destacado na corrente

crítica da educação ambiental (Silva, 2007; Carvalho, 2008), a mais próxima dos meus interesses ideológicos.

Marli André (2013) chama atenção quanto a importância de uma descrição clara e objetiva do caminho metodológico, característicos da abordagem qualitativa. A autora defende a transmissão detalhada do caminho percorrido pelo pesquisador e afirma que quando os aspectos não previstos são enunciados no estudo, há demonstração de um rigor metodológico. Sob a recomendação de André (2013), decidi incluir na descrição da coleta os fatores que ocorreram fora do planejado. Julgo importante comunicar uma certa dificuldade inicial na coleta de dados com o Instituto Mãe Terra. Previamente comuniquei ao IMT qual era o objetivo da pesquisa e quais seriam os métodos de coleta. Houve o consentimento. Mas quando chegou o momento de acompanhar os colaboradores em campo, com o objetivo de fazer a observação participante, percebi alguma resistência. Os agendamentos tanto para a ida ao campo, quanto para as entrevistas narrativas não fluíam. Esse cenário de distanciamento se estendeu mais do que o limite tempo-espaço da pesquisa permitia. Embora tenha conseguido realizar algumas entrevistas, acompanhar algumas atividades em campo e ter tido acesso ao estatuto social e ao currículo institucional da organização, não havia dados suficientes para caracterizar um estudo de caso como Arilda Godoy (1995) sugere. Segundo a autora, o estudo de caso, dentro das pesquisas qualitativas, é caracterizado pela análise profunda de uma unidade de estudo. Julguei que os dados coletados não me forneceriam a profundidade metodológica exigida no estudo de caso único. Desse modo, precisei ajustar algumas rotas de percurso.

> O labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído (Minayo, 2001, p.41).

Não me neguei a dialogar com outras instituições que também atuam sob o mesmo viés no território e as inseri nas análises. Embora nos contatos iniciais, tal qual com o IMT, também tenha havido dificuldade de comunicação, a conversação, a troca, fluía mais organicamente com algumas delas. Então, o caminho adotado foi o de analisar o máximo de instituições, empregando as ferramentas de coletas em todas elas. Com o intuito de acompanhar as atividades do maior número possível de organizações, inferi que

seria proveitoso listar quais Organizações da Sociedade Civil atuavam no Território com atividades voltadas para os aspectos socioambientais. A tentativa era de encontrar esse dado sistematizado. Como o MT oferece apoio financeiro à execução de projetos de outras organizações e auxilia na gestão orçamentária e em seus planos de trabalhos (Prosas, 2023), inciei a busca no Instituto, que, por sua vez, me sugeriu procurar a Receita Federal. A Receita não possui esse dado e me indicou buscá-lo no cartório de notas. O cartório também não o possui. Busquei na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal (SEMAC), que possui apenas a relação das OSCs que fazem parte da SEMAC (Associação Socioambiental Verdejar e Instituto Coral Vivo), do conselho consultivo do Parque Natural Municipal do Recife de Fora (Instituto Coral Vivo e Instituto Nautilus) e da Câmara Temática Municipal de Conservação da Mata Atlântica (Observatório Social de Porto Seguro, Movimento de Defesa de Porto Seguro, Associação Despertar Trancoso). Não consta nenhuma relação sistematizada nesses locais de procura.

Busquei com as próprias OSCs se não havia um "ponto de amarração", um encontro anual que reunisse as instituições locais, um Fórum, uma página online ou um grupo de *watssapp* onde elas trocassem informações, mas não há. E o que se percebeu durante os contatos é que cada instituição conhece o nome de três outras, em média, mas não conhece todas.

Diante disso, através da indicação das próprias instituições, das informações obtidas na SEMAC e da pesquisa *online*, através da ferramenta de busca Google, fui fazendo o cruzamento de dados até chegar na relação da tabela 1.

Tab.1 Organizações formais da sociedade civil do território de identidade de Porto Seguro

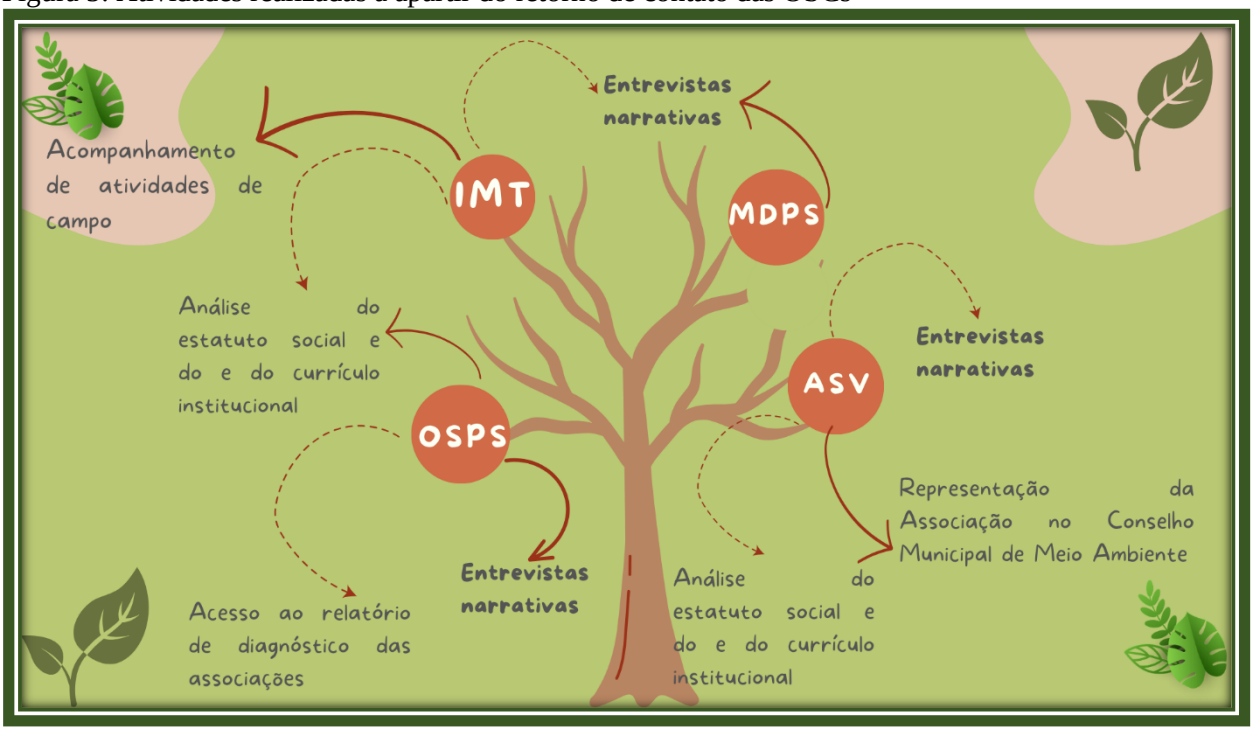
INSTITUIÇÃO	SEDE
ASSOCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL VERDEJAR	Arraial d´Ajuda
VIDA + TRANCOSO	Trancoso
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARRAIAL D´AJUDA	Arraial d´Ajuda
ASSOCIAÇÃO FILHOS DO CÉU	Arraial d´Ajuda
SOCIEDADE AMIGOS DO ARRAIAL	Arraial d´Ajuda
CASA DIA	Arraial d´Ajuda
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ESTRADA DA BALSA	Arraial d´Ajuda
PROJETO CORAL VIVO	Porto Seguro e Arraial d´Ajuda
INSTITUTO PLOGGING	Porto Seguro
MOVIMENTO DE DEFESA DE PORTO SEGURO	Porto Seguro
INSTITUTO MÃE TERRA	Porto Seguro

ECOAR BAHIA	Porto Seguro
INSTITUTO REDE GLOBAL	Porto Seguro
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PORTO SEGURO	Porto Seguro
DESPERTAR TRANCOSO	Trancoso
SOCIEDADE AMIGOS DE TRANCOSO	Trancoso
ASSOCIAÇÃO NATIVOS DE CARAÍVA	Caraíva
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE CARAÍVA	Caraíva
INSTITUTO NAUTILUS	Porto Seguro

Fonte: elaboração própria, 2023

Elaborada a relação da tabela 1, procurei contato com cada instituição via email, redes sociais e telofonemas. Obtive retorno do Observatório Social de Porto Seguro (OSPS), do Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), da Associação Sociambiental Verdejar (ASV) e do Instituto Mãe Terra (IMT), a qual já havia feito contato previamente. O desdobramento do retorno resultou nas ações descritas na figura 5.

Figura 5: Atividades realizadas a apartir do retorno de contato das OSCs

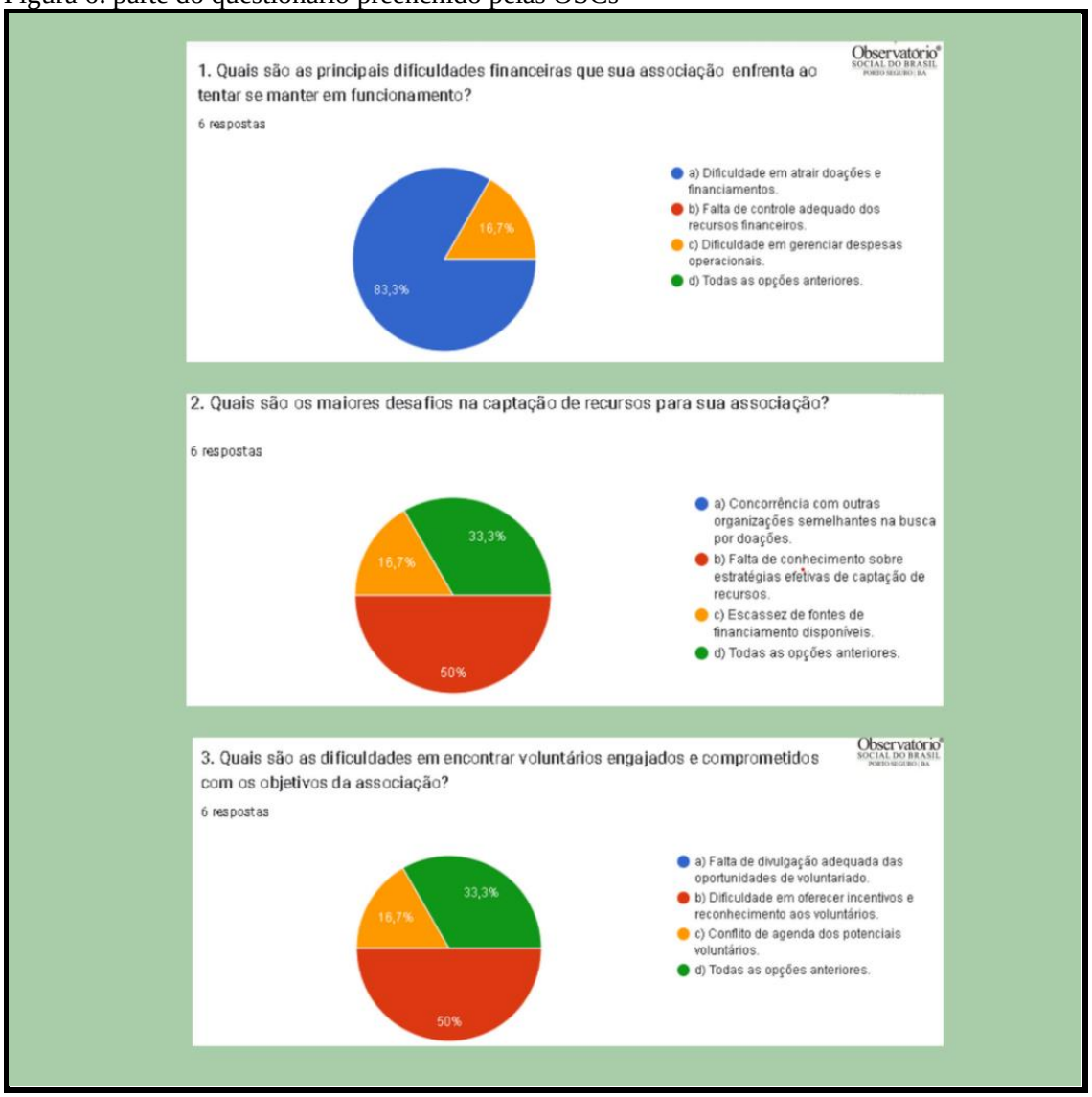


Fonte: elaboração própria,2023

Como mencionado, o Observatório Social elaborou um diagnóstico panorâmico das OSCs atuantes no território a partir do preenchimento de formulário elaborado pela

Instituição, tomando como base, para confecção das perguntas, sua própria experiência enquanto organização. O formulário contou com quatorze questões que, dentre outras, versavam sobre política, finanças, voluntariado e os desafios para realização das atividades. Ao todo, doze instituições foram contactadas e seis preencheram as informações. Através de ofício enviado ao Observatório foi possível o acesso ao diagnóstico, parcialmente ilustrado na figura 6. A exposição completa do questionário e uma análise mais refinada do diagnóstico será apresentada mais à frente, na discussão dos dados.

Figura 6: parte do questionário preenchido pelas OSCs



Fonte: elaboração própria a partir do relatório do Observatório Social de Porto Seguro, 2023

Foi possível também entrevistar e realizar observação participante de algumas instituições que estiveram presentes no evento organizado pelo SER D´Ajuda, intitulado

Festival Bem D´Ajuda (figura 7). O evento, realizado no distrito de Arraial D´Ajuda, objetivou a aproximação das OSCs com a população local. Para os organizadores, quanto mais a população conhece o trabalho das associações, maiores as chances de participarem de suas ações e de contribuírem financeiramente, uma vez que a maioria delas não possui financiamento próprio (Caderno de Campo, 2023). Dentre os listados na tabela 1, estavam presentes no evento e foram entrevistados a Associação DIA, Vida + Trancoso, Associação Beneficente Arraial D´Ajuda, Sociedade amigos do Arraial e a Associação Socioambiental Verdejar, que me convidou a fazer parte da Associação. Associei-me.

Importante destacar que a Casa Dia e a Associação Filhos do Céu estão listados na tabela 1 porque foram indicadas por outras instituições, mas não estão no perfil do recorte desta pesquisa porque não atuam como promotoras de atividades socioambientais. Muito embora seja uma contradição da pesquisa, uma vez que a Educação Ambiental Crítica não desvincula o aspecto ecológico do social. Porém, se incluíssemos todos os temas transversais, como o do movimento feminista, da comunidade LGBTQIAP+, do MST, do Movimento Negro e de tantos outros que certamente dialogam com as questões trazidas na discussão travada aqui, o espaço amostral seria demasiado extenso, o que poderia comprometer a qualidade avaliativa. Sendo assim, como o recorte se deu entre as instituições que se autointitulam socioambientais, tanto Casa Dia, quanto Associação Filhos do Céu não se enquadram, pois se autodeclaram insitutições sociais.

Figura 7: evento cultural para apresentação das associações do Território

Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2023

Figura 8: Coleta de dados no festival Bem D´Ajuda em Arraial D´Ajuda-BA

Fonte: acervo pessoal, 2023

Mesmo depois de entrevistá-los presencialmente no evento e mais três outras vezes virtualmente, julguei importante me associar ao Verdejar por entender que a participação enquanto associado talvez me permitisse mais conhecimento da vivência da instituição. Tendo em vista a recomendação de Galliazi e Moraes (2016), a de não deduzir o que o entrevistado quis dizer, mas permitir que o fenômeno se revele, o ato de associar-me não se fez na perspectiva de averiguação e confirmação dos aspectos emergentes nos diálogos das entrevistas, mas sim sob o viés de aprofundamento dos dados e de captação do maior número de recursos possíveis. A entrada como associada me permitiu participar dos grupos de *whatsApp* do Verdejar e, por ter sido convidada por essa instituição a representá-la no Conselho Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal, onde a instituição atua como uma das representantes da sociedade civil, tive acesso também ao grupo dos conselheiros municipais. O grupo abrange os representantes da sociedade civil e dos órgãos públicos, a exemplo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Há ainda o ingresso em um grupo mais restrito, onde participam apenas os conselheiros que, segundo o administrador, fazem “vigília”. Nesse, alguns conselheiros afinam objetivos comuns e discutem a postura da gestão e dos demais conselheiros.

A participação nos grupos *online*, mesmo não tendo sido um meio de coleta previsto, se mostrou uma oportunidade significativa na observação participante que, segundo Haguette (2010), ao mesmo tempo que o observador modifica o meio é também modificado pelo contexto analisado. Ele observa e também é observado (Maduro, 1981).

A percepção foi de uma interação que se desenvolveu de maneira fluida, permitindo uma observação com menos “interferência”. A participação *online* nos debates talvez deixe os participantes observados menos “constrangidos” com a presença do observador. Por não ser uma presença física, talvez “esqueçam” a motivação investigadora do pesquisador. Como são grupos privados, talvez se sintam mais confortáveis para se expessarem. Divergem, concordam, levantam discussões de temas que nem sempre emergem nas entrevistas narrativas e nas reuniões do Conselho, por exemplo.

A representação no Conselho da SEMAC foi muito importante para a observação participante porque me permitiu observar a atuação das OSCs na gestão pública. Diferente do acompanhamento de atividades dos voluntários em campo, das entrevistas e da observação nos grupos de *whatsApp*, onde a interferência é mínima possível, no Conselho, como a própria função exige, a interferência é maior. Ainda que os posicionamentos devam se adequar à política de conduta da Associação, há espaço para intervenções, votos e vetos. Não que haja uma hierarquia entre as ferramentas de coleta, a diferenciação é apresentada aqui com a perspectiva de que quanto mais diverso os meios de coleta, mais chances o pesquisador possui de ampliar seu olhar sobre o fenômeno analisado (Minayo, 2001; Godoy, 1995). Dentre os assuntos discutidos nas reuniões do Conselho, tem-se como exemplo a pauta da última reunião realizada (figura 9).

Figura 9: Ofício de solicitação de presença para reunião do conselho municipal de meio ambiente

Segue ofício convidando a todos(as) para a Reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal a ser realizada no 29 de Novembro às 10:00 horas, na Pousada Arigatô*, localizada na Rua Ramos Menezes 200 - Centro.

Pauta:

- Apresentação dos resultados de qualidade da água em rios na região de Porto Seguro (2018-2023)
- Apresentação da proposta de Convênio entre o IFBA e SEMAC para monitoramento de rios de Porto Seguro (2024-2026);
- Aprovação de recursos para implantação da coleta seletiva na Aldeia Xandó e Caraíva pela Cooperativa da Aldeia Xandó;
- Informes sobre o procedimento de compra de lixeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal em 2022 ;

Apresentação e Aprovação das novas lixeiras ;

•Apoio para evento "Arca da Educação" em Caraíva.

- E o que houver:

Apresentação do Projeto Praia Acessível- Luciene Oliveira.
Na oportunidade, renovo os votos de elevada estima e consideração.
Atenciosamente,

JÃNIO NATAL ANDRADE BORGES JÚNIOR

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal, 2023

Então, reafirmando, essas foram as ferramentas de coleta de dados utilizadas para tentar compreender o Movimento Ambientalista articulado em Porto Seguro a partir das Organizações da Sociedade Civil, a saber: as entrevistas narrativas, a observação participante (que inclui meu papel como representante da Verdejar no Conselho Municipal de Meio Ambiente/Porto Seguro, o ingresso nos grupos de *whatsapp*, o acompanhamento das atividades em campo), o questionário multi respostas e o levantamento documental. A partir dos dados obtidos através dessas ferramentas emergiram algumas percepções que discutiremos no tópico seguinte.

Importante pontuar que durante as transcrições das entrevistas foram uttilizadas apenas as iniciais dos nomes dos entrevistados. Essa mendida foi tomada com o intuito de preservar os voluntários de qualquer situação que possa causar desconforto.

8. Discussão dos resultados

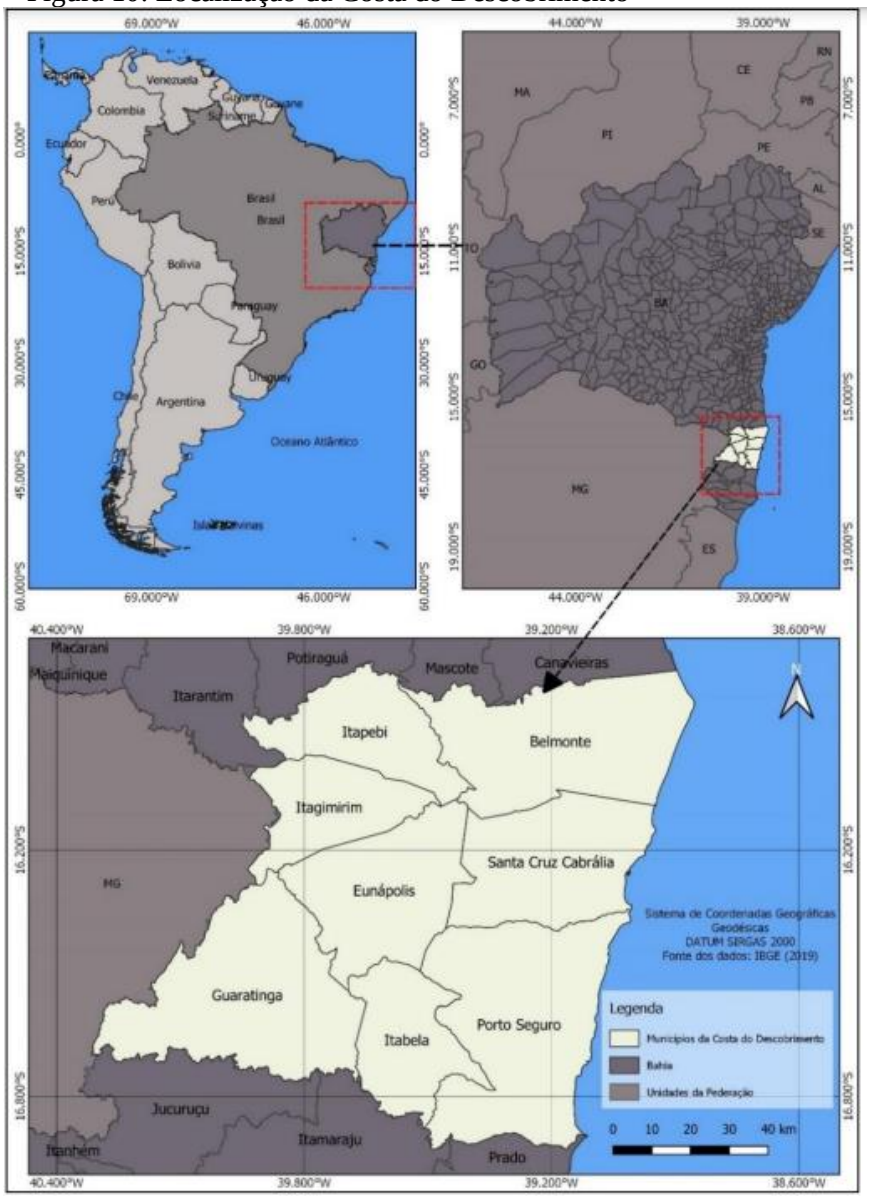
Esta discussão não tem a pretensão de trazer uma verdade categórica sobre o movimento ambientalista em Porto Seguro. As análises partem de um recorte dentro da parcialidade que Otto Maduro (1981) me adverte e da certeza de que todo conhecimento é aproximado, como me relembra Yin (2001), o que me assegura a probabilidade de equívoco. As tratativas aqui são possibilidades de interpretação, não resumem o movimento ambientalista, não alcançam todas as OSCs e não abordam todos os viéses trazidos no levantamento de dados. Elas também transitam em aspectos bastante diversos, aos quais algumas de minhas limitações teóricas não me permitem aprofundar. Quando discutirmos temas relacionados ao mundo digital, pode ser que o leitor experimentado na questão sinta falta de elementos que julga importante. O mesmo pode acontecer quando tratarmos das questões de territorialidade e de comunicação. Convoco o leitor a não abandonar a leitura e a permanecer no mesmo exercício que fez na fundamentação teórica, o de compreender que são as primeiras reflexões de um olhar lançado sobre esse Movimento e de que, mesmo sem o *zoom* que os temas levantados merecem, segue sendo um caminho possível para refletir sobre algumas questões encontradas no Território.

8.1 O véu do Templo – A barreira inicial, o estrangeiro no Movimento

Deixe-me primeiro situar a região de Porto Seguro. O município está inserido no Território de Identidade da Costa do Descobrimento, na Bahia, que engloba também os

municípios de Itagimirim, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Itabela, Belmonte, Itapebi e Guaratinga. Tendo em vista o *modos operandi* com que chegam os europeus à costa baiana, seria “descobrimento” o substantivo mais adequado para nomear o Território?

Figura 10: Localização da Costa do Descobrimento



Fonte: Vieira (2021)

Regulamentado como unidade regional pela lei 12.630 de 14 de fevereiro, o Território de Identidade da Costa do Descobrimento (ou seria da invasão?) foi o último dos 27 territórios de identidade no Estado da Bahia a ser criado. Dividir o estado, administrativamente, em territórios de identidade foi uma estratégia de gestão adotada com o intuito de melhor identificar, agrupar e gerir as particularidades de cada região. Dentro dessa proposta a gestão pública deveria ser participativa e englobar as dimensões

cultural, geoambiental, político-institucional e econômica, visando minimizar as desigualdades e promover o desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável (Conceição et al., 2020). Por esse motivo, a escolha do termo território de identidade teve o intuito de promover nas pessoas a sensação de pertencimento, uma vez que a premissa dessa estratégia de gestão é a promoção da participação social (Bahia, 2018). Adiante veremos um pouco mais sobre essa questão de pertencimento do Território, por agora, vejamos as primeiras impressões da aproximação com o MA de Porto Seguro.

Como relatei no tópico 7.4, sobre a coleta de dados, a primeira intenção foi fazer um estudo de caso com o Instituto Mãe Terra para a partir dela olhar o movimento em Porto Seguro. Houve a mudança de rota e a busca passou a ser também com as demais OSCs que atuam no Território. Mas, a primeira barreira para lançar esse olhar sobre o movimento, além daquele relatado sobre a falta de sistematização das OSCs, foi justamente conseguir vê-lo. Como poderia relatar o que via se o Movimento não se mostrava? Ou eu que não conseguia vê-lo? Uma vez que todo comportamento fornece uma informação e, assim, comunica algo, como me assegura Perez (2017), o que o Movimento me comunicava quando, sob minha percepção, se escondia?

Eu não acho que somos a melhor escolha não. Tem outras instituições que são mais envolvidas, mais participativas, talvez fosse melhor para você desenvolver esse estudo lá. [Contato incial OSC 1].

Te retorno na segunda, ok? (sem retorno nesse e nos demais contatos) [Contato inicial OSC 2].

Tem a C. que é a melhor pessoa para você conversar. Ela sabe de tudo. Se ela não tiver alguma informação que você precise, ninguém mais tem. [Contato inicial OSC 2].

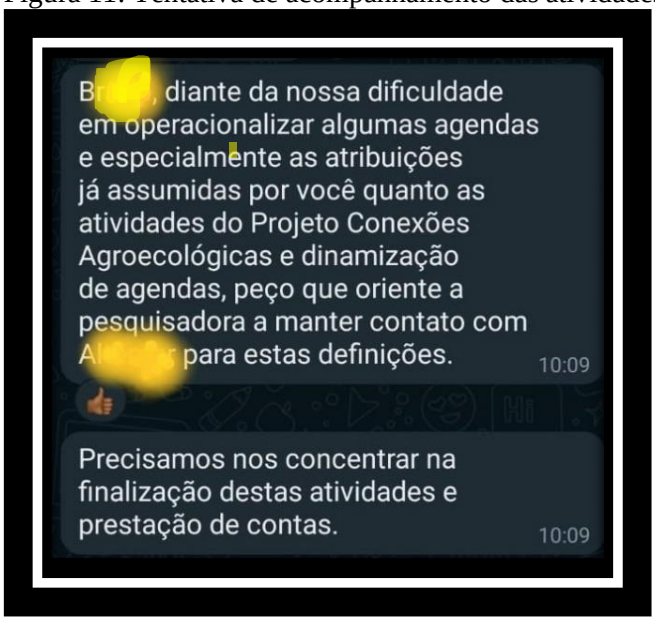
Mas o que exatamente você quer saber? É só olhar lá no *Instagram*, tem tudo o que a gente faz. [contato incial OSC 3].

-Eu entendo você querer participar, mas acho melhor você acompanhar uma ação mesmo. Dessa vez a gente só vai fazer um diagnóstico.
-Se não tiver problema, eu gostaria de acompanhar o diagnóstico. Minha observação consiste em saber como vocês definem o trabalho, como planejam e como executam.
- Então, essa era só uma atividade pontual mesmo, aí ajustei com o pessoal do financeiro para também ir. Então não tem muita coisa para você acompanhar. [Tentativa de acompanhamento de atividades em campo].

Mesmo após conseguir alguma aproximação, a resistência em permitir a observação em campo e em conceder entrevistas continuavam. A cada contato, um novo

direcionamento sobre a logística para os agendamentos e um novo responsável por ela. O que se repetiu com bastante frequência.

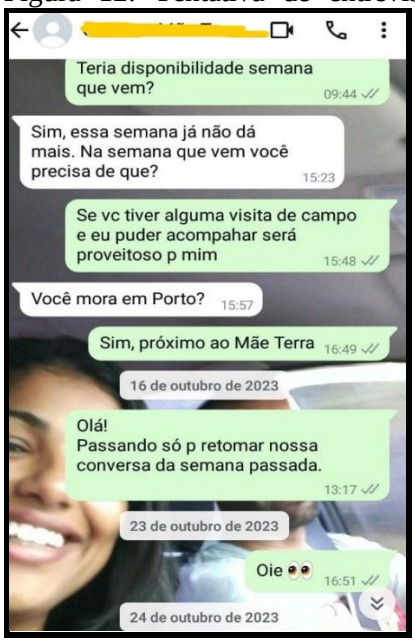
Figura 11: Tentativa de acompanhamento das atividades de campo do colaborador 1 da OSC 1



Fonte: elaboração própria, 2023

Como muitos colaboradores alegavam não poder parar um tempo, por conta da rotina dos trabalhos, na tentativa de dinamizar a coleta de entrevistas, algumas eram realizadas no trajeto até o local onde se desenvolviam as atividades. Mesmo dinamizando a logística, com alguns colaboradores não fluiu.

Figura 12: Tentativa de entrevista e acompanhamento de campo colaborador 2 OSC 1



Fonte: elaboração própria, 2023

Alguns contatos foram pouco amistosos, mostrando descontentamento em participar do processo de coleta de dados, mesmo após ter confirmado a participação da OSC.

-Você vai prestar atenção no que eu *tô* falando ou vai continuar com suas anotações?
-Desculpa, mas é que, como a senhora preferiu não gravar a conversa, eu anoto alguns pontos para não perder o sentido depois.
-Então eu vou esperar você acabar de anotar porque não gosto que dispersem enquanto eu falo.
-Pode falar, eu já terminei [Entrevista 3].

Fiquei indagando sobre essa dificuldade inicial de contato e refleti sobre as características do processo comunicativo. David Berlo (1991, p.33) sugere que podemos aceitar a comunicação como um processo de relações dinâmicas. Não estática, parada, mas móvel, onde os ingredientes do processo agem uns sobre os outros. Jorge Pedro Souza (2006, p.8) concorda com tal definição por entender que o termo "processo" designa um fenômeno contínuo, com sua evolução em interação. Se há evolução, é pressuposto que a interlocução inicial seja mais retraída e que com o decorrer das etapas do processo, a comunicação se revele mais fluida.

João Batista Perles (2007, p.5), em seu relato sobre o histórico da linguagem e comunicação, rememora quando a humanidade, objetivando se comunicar, deu início à criação dos signos, associando um determinado som a certo objeto ou ação. Marcos Vieira (2010, p.12) resume a teoria da significação: "o significado de um signo é a coisa que ele representa". O uso social dos signos necessitava ser organizado e esses signos precisavam ser combinados entre si, caso contrário, sua utilização desordenada, dificultaria a comunicação. Por esse prisma, de maneira geral, a comunicação (englobando vários aspectos subjetivos) se daria quando houvesse a decodificação dos conjuntos significativos, o que para Berlo (1979), passaria, necessariamente, pela estrutura: fonte, mensagem, canal e receptor, onde a fonte seria o emissor, a mensagem seria o conjunto ordenado dos signos, o canal seria o meio de transmissão (escrita, oral, gestual) e o receptor seria aquele que recebe e decodifica a mensagem.

Entre a mensagem emitida pela fonte até a decodificação do receptor, há inúmeros elementos subjetivos que atuam na interlocução. David Hesselgrave (1994) enumera alguns desses elementos que, segundo o autor, podem distanciar ou aproximar os interlocutores. São eles: cultura, faixa etária, linguagem, ideologia, idioma e vestuário. O

tipo de linguagem utilizada, a diferença de cosmovisão, a distância significativa de faixa etária e uma sucessão de outros quesitos, podem se apresentar como barreiras que distanciam os interlocutores. Quanto maior a distância entre emissor e receptor, maior a dificuldade de compreensão da mensagem emitida, o que confere valor também para o inverso, quanto menor a distância cultural, maior a chance de se obter uma decodificação mais fidedigna (Hesselgrave, 1994). Isso não significa dizer que havendo algum desses elementos, ou todos, necessariamente haverá distanciamento, nem que, em havendo as barreiras, essas não possam ser superadas pelos interlocutores.

As barreiras, defende o Hesselgrave (1994), são ainda mais numerosas quando se trata de uma comunicação transcultural, onde se tem o acréscimo exponencial da distância entre emissor e receptor. Eu nunca havia trabalhado, nem mantido qualquer relação com nenhuma das instituições. Embora, aparentemente, possuíssemos a mesma ideologia (a da preservação ambiental), eu era uma estrangeira no processo da comunicação com elas. Conhecer a identidade daqueles com quem se comunica é fundamental para a interação social, explica Donath (1999, p. 29). Não me conheciam, não conheciam a qual ambientalismo, como bem salientou Viola (1992), eu estaria ligada, nem a qual corrente educacional, como destacou Silva (2007), eu me filiava, fato que poderia se apresentar como uma barreira cultural importe. Derivado desse aspecto, embora verbalizadas minhas pretensões acadêmicas, ainda desconheciam minha mensagem.

Como era a primeira pesquisa que se interessava em analisar o movimento ambiental formalizado via OSCs (não se tem nada publicado a respeito), minhas intenções podem ter sido interpretadas, no que tange esse estágio inicial da comunicação, como uma investigação ou um enquadramento de suas práticas e, possivelmente, um diagnóstico de inadequação, a depender das lentes com que eu olharia. Era necessário o avanço gradual no processo da comunicação. Fora que a aproximação de alguém estrangeiro pode deixar expostas questões de fórum privado, que fazem parte da vivência interna de cada instituição. São assuntos delicados, daqueles que não se compartilha com quem não se tem proximidade. Finanças, dificuldades com a gestão interna, hierarquia, dificuldades nas relações interpessoais, são questões íntimas demais para serem divididos e registrados. E, por mais que se mantenha uma vigilância contínua, por vezes escapam e são percebidos pelo observador.

-O projeto não ia pra frente porque a gente teve problema com desvio de verba com o antigo ACR (agente comunitário rural)...

-Êh, olha a fofoca...Gi num tá aqui pra saber de fofoca não [Visita de Campo].

-A quem os técnicos se reportam? A quem prestam contas, hierarquicamente?
-Nosso chefe é A. ele é o nosso *big boss.*
-Na verdade é A. e E. eles têm funções diferentes. Um é o diretor executivo e o outro é diretor financeiro. Mas ambos mandam igualmente. [Visita de campo].

O problema é não ter apoio. As vezes você vê seus colegas ajudando no projeto de uns e no seu nem uma visita fazem [Entrevista 4]

-Nós temos acesso a diversos cursos lá no Instituto e alguns alunos que têm bom comportamento tem bolsa.
-E qual seria o bom comportamento, o que precisam fazer para conseguir a bolsa?
-Como acontece em todo lugar, né? Todo lugar tem suas regras. Você *num* queria saber das atividades que fazemos lá? Você pode perguntar pra mim o que precisar, eu sou a responsável pelo Instituto, o L. é aluno [Entrevista 2].

Podemos refletir também sobre o fato das OSCs preferirem se manter donas de suas próprias biografias. Ter algo relatado por terceiros, como é o caso da pesquisa, muito embora seja a partir das informações fornecidas por elas mesmas, talvez fuja aos seus controles.

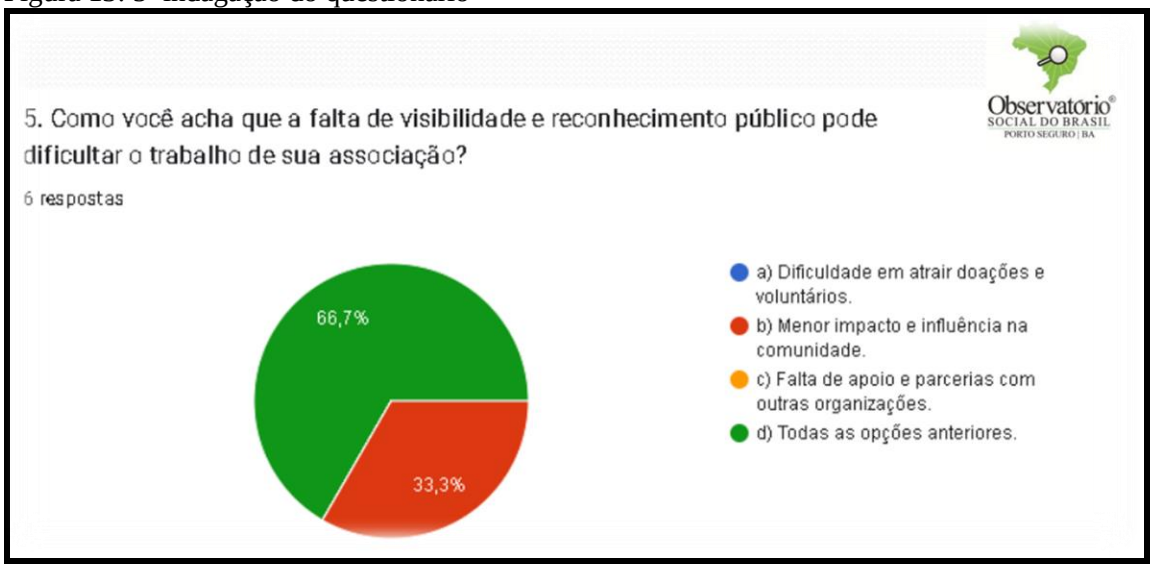
-Aí, como te expliquei, nossa conversa seria nesse sentido, de entender suas atividades aqui, como elas são desenvolvidas... tudo bem se eu fizer umas perguntas?
-Se eu puder responder...
-O que você não puder ou quiser responder não tem problema, você pode me comunicar.
- É porque assim, o papel aceita tudo, né? São anos pra gente construir alguma coisa, e aí, escreve e leva duzentos anos até apagar [Entrevista 2]

Na elaboração de documentos como estatuto, plano de ação, relatório de atividades e currículo institucional, por exemplo, estão expressos, dentre outros aspectos, a finalidade, a visão e o campo de ação que fornecem ao público os princípios norteadores que balizam o perfil da atuação de cada instituição. São documentos de suas próprias autorias ou terceirizados sob sua supervisão. Quando elas mesmas divulgam, ou não, suas atividades, fazem dentro do que é analisado e editado por elas mesmas, ou por profissionais que agem sob seus critérios, como é o caso das redes sociais. O Relatório de Diagnóstico (RD), realizado em 2023 pelo Observatório Social de Porto Seguro (OSPS), apontou que algumas instituições não possuem presença digital.

> Algumas instituições não possuem sequer uma página web ou qualquer tipo de presença nas redes sociais, sendo divulgadas apenas através do

> *boca a boca*, o que dificulta a captação de recursos suficientes para a realização dos seus trabalhos (Relatório de Diagnóstico, 2023).

Figura 13: 5ª indagação do questionário



Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2023

> A presença digital é fundamental no marketing para associações, pois elimina barreiras físicas e amplia o alcance das informações. Escolha quais canais serão mais efetivos para divulgar os propósitos e ações do projeto. Para apresentar a organização, divulgar as ações realizadas e interagir ativamente com possíveis voluntários e apoiadores, as redes sociais são indispensáveis (Relatório de Diagnóstico, 2023).

A invisibilidade digital foi apontada por algumas instituições como decorrente da falta de um voluntário que possua habilidade técnica para divulgar a OSC nas redes. Como algumas delas não possuem recurso para custear esse serviço, preferem não fazer de forma "amadora", para que não se prejudique a imagem da instituição (Caderno de Campo, 2023).

> *Num* é só assim não, chegar e fazer um perfil igual a gente faz com o nosso perfil pessoal não. Tem que fazer direito, não pode ser caseiro [Entrevista 8]
>
> O *lance*, Girlane, é que quando você joga na rede, todo mundo vê e aí, já era, vão te conhecer por aquilo [Entrevista 11]
>
> Tem que ter um profissional para fazer isso, todo mundo funciona assim hoje. Mas, por enquanto, a gente não tem verba [Entrevista 12]
>
> Na região, com poucas exceções, a maioria depende de doações de pessoas físicas pois existe a dificuldade de ter um profissional contratado com expertise na área [Caderno de campo]

Entre as OSCs que possuem presença digital, também foi relatado a dificuldade com as redes tanto pelo aspecto financeiro, em se manter um profissional especializado na área, quanto em encontrar um profissional que unisse, além da habilidade técnica, a compreensão da mensagem que a instituição pretende refletir.

> Éee...principalmente pelo o que a cidade não oferece, por exemplo: bons profissionais de comunicação. A gente demorou muito *pra* acertar com L. da UFSB. Muito, meu Deus do céu! Muito, muito, muito [Entrevista 4]
>
> A gente tem uma rotatividade muito grande de voluntários, então um começa...aí, né? Larga e começa outro éee... assim... fica toda hora mexendo, toda hora fica, fica...*num* tem assim um perfil, um padrão [Reunião online 2]
>
> Agora a gente tem a V. ela fotografa tudo e sobe tudo na rede, sem muita explicação, só com a legenda da atividade que a gente fez. É o que dá *pra* fazer [FESTIVAL BEM D´AJUDA]
>
> Depois de 10 anos, nós vamos manter a logo e a sigla, mas vamos mudar o *layout.* Na verdade tem que ver com S. se num vai mudar a logo também porque ela que tava procurando um *cara* bom que arruma essas coisas...nós somos bons de plantio, de marketing já *num* dá [Entrevista 3].

A preocupação com a forma de se apresentar pode estar ligado com as modificações nas características dos espaços públicos, que agora não são apenas físicos, mas também e, sobretudo *online.* Essas modificações, que possuem ligação estreita com a indústria da mídia, interferiram na forma com que as pessoas se comunicam, se expressam e se exibem (Martins; Martins, 2016, p. 46). A mídia, seguem as autoras, é uma das ferramentas utilizadas pela indústria cultural, utilizada como um suporte de difusão de informação e que tem papel relevante na circulação da produção material e simbólica. Em se tratando da mídia das redes socais, serviços prestados como o das empresas *Facebook, Twitter* e *Instagram,* por exemplo, permitem ao usuário estabelecer um perfil público ou semippúblico dentro de um sistema, se articular com uma lista de outros usuários com quem compartilham uma conexão e se informar dos assuntos que mais lhe atrai (Boyd; Ellison, 2007). Visibilidade, reputação, popularidade e nível de influência perante os próximos são atributos almejados pelos usuários ao postar determinado texto ou imagem (Martins; Martins, 2016). O que o estudo de Joe Federer (2021) traz, depois de uma discussão expansiva baseada na biologia evolutiva, antropologia, neuroanatomia e psicologia, é que para o nosso cérebro, as redes sociais são

reconhecidas como espaços reais onde nos organizamos e nos movimentamos dentro delas e não sobre elas, isso justificado pelo fato de construirmos e mantermos projeções de “eu” representados nestas redes.

As discussões de Paula Brügger (2002) nos fazem refletir sobre quem estaria realmente no controle quando o assunto é o mundo *online*. Suas discussões dialogam com as reflexões feitas também por Layrargues (1999) e Ana Caroline Martins e Carla Cristina Martins (2016) sobre como o mercado se empenha na criação de demandas artificiais de consumo para escoar a produção contínua assumida pelo Capitalismo desde a Revolução Industrial. No campo simbólico, a autoimagem torna-se um produto na sociedade de consumo, onde o próprio mercado cria e manipula, subjetivamente, a imagem que cada um constrói de si em função de um padrão normativo. O *look* do dia das *influencers*, o *shape* torneado e a harmonização facial dos artistas, a casa *Vogue*, a Ilha de Caras, a alta “produtividade” dos *Coachs*, as celebridades instantâneas são algumas das estratégias utilizadas para se manter um padrão vendável, que se alinhe ao que a moda traz. E quando Martins e Martins (2016), se referem à moda, não tratam apenas do vestuário, ou do carro ou da casa da moda, a denúncia é que a moda passa a ser fator preponderante para a criação de necessidades atrelado a um estilo de vida ideal.

Nesse sentido, a moda, fortemente vinculada à obsolescência programada e simbólica, muda o eixo de relação do indivíduo com os bens, que dentro da lógica de mercado ultrapassa o caráter utilitário e de valor comercial e passa a transportar e comunicar significado cultural, quando se torna responsável não apenas em suprir a necessidade e função do foi adquirido, mas também a representar esse indivíduo na sociedade. A representação dos bens ajuda na criação de uma ordem cognitiva, que operam no mundo material e simbólico. “Os bens são investidos de valores socialmente utilizados para expressar categorias e princípios, cultivar ideias, fixar e sustentar estilo de vida, enfrentar mudanças ou criar permanências (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006 apud MARTINS; MARTINS, 2016, p.44).

Paula Brügger (2002, p.168) destaca que a associação da mídia com a cultura industrial, mercantil, utilitarista, onde tudo vira mercadoria, destrói as alteridades e produz o efeito “espelho”. Segundo Brügger, nessa sociedade unidimensional a que o ocidente se arraigou, há uma recusa em aceitar aquilo que não é padronizado, nivelado. O que é diferente tende a ser repelido ou reduzido aos termos do universo unidimensional da sociedade industrial. E isso vale para a aparência, para o estilo de vida, para o posicionamento político adotado, para o consumo, seja ele de tecnologia, de

conhecimento ou de cultura. Modelar, performar dentro da ordem do belo, do aceitável, do técnico é estar dentro do jogo, é uma possibilidade de não rejeição. “Reproduzir o código implica parecer-se com o mundo das imagens dos anúncios para ver-se classificado dentro das nomas sociais” (Toscani, 1996, p.167).

> A economia liberal não é menos eficaz que o totalitarismo (...) ela procede apenas segundo outros métodos. Ao invés de esmagar os grupos para depois marcá-los com o ferro único de um só poder, atomiza-os inicialmente para depois multiplicar as redes estreitas dos intercâmbios que conformam unidades individuais às regras dos contratos socioeconômicos e culturais (Certea, 1996, p.239).

Ainda que as redes sociais sejam um tipo de mídia onde o usuário tenha o controle do que é exposto, no sentido de ser ele quem define o conteúdo a ser publicado e o que será curtido, talvez não querer performar dentro do que seria “amador’, não profissional, seja também uma forma de “perder” o controle, uma vez que o usuário passa a cumprir com um perfil de massa, imposto e esperado pelo mercado. A estéril uniformidade que caracteriza a modernidade e que se impõe de um extremo ao outro do planeta, afirma Ramonet (1998), é impulsionada e divulgada pela mídia pró-sistema e prescrita pela intoxicação da cultura de massa, a saber: mesma série de TV, mesmas campanhas publicitárias, mesmo estilo de vida, mesmas plataformas digitais, tudo uniforme, tudo idêntico. “Nunca práticas características de uma cultura tinham chegado a se impor, de forma tão rápida, como modelos universais, que são também políticos e econômicos” (Ramonet, 1998, p.47).

Essa homogenização cultural acelerada pelo mundo digital, com o viés totalmente mercantil, permite aos detentores dos meios de comunicação o monopólio dos veículos e das ideologias veiculadas por elas, o que contribui para o aumento da lacuna social. “As disparidades sociais provocadas pela era eletrônica correm o risco de serem comparáveis às desigualdades resultantes dos imensos investimentos financeiros transnacionais”, afirma Ramonet (1998, p. 137) e as forças econômicas que monopolizam as redes, segue o autor, estão em vias de reforçar os obstáculos que impedem o acesso aos meios de produção (de conhecimento, de informação, de cultura, de bens materiais e subjetivos) ao comum dos mortais. O sul-africano naturalizado Estadunidense, Elon Musk, dono, dentre outras, da rede Twitter (X), se tornou a primeira pessoa a acumular uma fortuna de US$ 400 bilhões de dólares (G1, 2024, Infomoney, 2024). Em termos comparativos, a República da Guiné, país do oeste africano, apresentou em 2023 o seu melhor PIB desde

sua independência, o de US$ 23 bilhões de dólares americanos (Ministério das Relações Exteriores, 2024). Musk foi o principal financiador da campanha de Donald Trump, que venceu as eleições americanas em novembro de 2024, evento que impulsionou o crescimento da fortuna do sul-africano. As ações da Tesla, também de sua propriedade, apresentaram crescimento de 65% no mercado financeiro, enquanto sua startup de inteligência artificial, xAI, mais que dobrou, chegando a US$ 50 bilhões de dólares, após a vitória de Trump (BARRO, 2024). As grandes corporações, afirma Krenak (2024), elegem e bancam as decisões de governos, amordaçam a mobilização individual e coletiva.

Juntos, o conglomerado Facebook-Instagram-WhatsApp têm dominado o que Bentes (2018) denomina "capitalismo de dados" e o que Castells (1996) nomeia "capitalismo informacional". São expressões que fazem referência ao novo molde do capitalismo, pois utiliza dos dados produzidos pelos que compram seus produtos e que usam seus serviços para gerar lucros. Segundo Silva (2021, p.112), quatro aspectos principais estariam na base do capitalismo de dados, a saber: os rastros, que são marcas deixadas por um usuário e que revelam dados; os próprios dados, que são valores identificados a partir dos rastros, que geram informações; as informações que são dados manipulados e sistematizados que tornam possível o conhecimento, que por sua vez, é o processamento da informação, carregado de intencionalidades. Esses grupos, mais poderosos do que os Estados, estão monopolizando o bem mais precioso das democracias: a informação (Ramonet, 1998). É esse o elemento cada vez mais crucial, alerta Santos (1994, p.54). Os fluxos de informação são responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações.

> A televisão muda o que antes chamávamos de "debate político", a "notícia" e "opinião pública". O computador muda a "informação" (...) essas mudanças ocorrem com rapidez, sem dúvida, e, em certo sentido, em silêncio. A tecnologia se apodera imperiosamente de nossa terminologia mais importante. Ela redefine "liberdade", "verdade", "inteligência", "fato", "sabedoria", "memória", história". Todas as palavras que convivemos. E ela não se detém para contar-nos. E nós não paramos para perguntar-lhe (Postman, 1994, p.18).

As redes sociais operam em um ambiente controlado, afirma Postmam (1994), com base no artigo *Computer Networks as Social Networks*, de Barry Wellman (1996). É controlado por quem detêm o poder sobre os meios de comunicação de dados (governos, empresas) e por quem tem a propriedade sobre as redes sociais (empresas). Em outras

palavras, toda a comunicação ocorrida sobre uma rede social em um ambiente digital, independente da relação exercida entre os nós da rede (formada por emissores e receptores de mensagens), atendem a uma série de regras de conformidade e de propósitos. Segundo Reinaldo Almeida (2020), quem gere as regras, para que estejam em conformidade com o propósito de quem as controla, são os algorítimos de inteligência artificial.

> Estes algoritmos são muito sofisticados e estão em treinamento permanente, a fim de evitar as violações das regras que todos, antes de se cadastrar numa rede social digital, aceitam. Mas não apenas para isto! O principal objetivo do treinamento que os algoritmos praticam, está orientado para garantir que os propósitos das redes sejam alcançados, a partir da ação dos seus membros, dentro da rede e, eventualmente, fora dela. Neste ponto, é importante aclarar que uma rede social digital é um projeto industrial e comercial (e aí incluo as 4 grandes redes sociais do momento: Instagran, Youtube, Facebook e Twitter[X]) e como tal, necessita se monetizar para se manter em funcionamento (Almeida, 2020, p.174).

Atendendo aos interesses do mercado, o algorítimo é treinado para disparar em massa o perfil que se pretende manter e rejeitar (ou não sugerir) o conteúdo que se deseja evitar. Assim, o conteúdo de pessoas fenotipicamente negras, seja ele de qual natureza for, necessitará de maior interação do que o das pessoas fenotipicamente brancas, para que o sistema o reconheça como relevante. O mesmo ocorre com pessoas obesas ou com mulheres que divulgam conhecimento na área de finanças ou mecânica. Pessoas idosas também apresentam dificuldade de reconhecimento do algorítimo, assim como os usuários do interior do país. Independente da questão racial, de gênero ou de etarismo, conteúdos considerados subversivos, como os que tratam profundamente os assuntos sociais, ecológicos e políticos, também sofrerão a negligência da inteligência artificial, que segundo Almeida (2020), esconde os indivíduos que o manipulam. Dessa forma, o perfil impulsionado pelo algoritmo seria o branco, esbelto, urbano, jovem, bem próximo do esboçado por Mendes (2020) quando criticou a concepção de humano universal promovida pela Europa Ocidental, a saber: o homem branco, urbano, cristão e histórico.

Se observarmos o histórico da estrutura racional capitalista, promovida pela Europa Ocidental desde meados do século XV, o que se percebe é que esse perfil não cunhou-se aleatoriamente, antes forjou-se como produto e condição intrínseca à reprodução social deste modelo, que se encontra amparado numa concepção muito específica de natureza, mecânica e com a função de gerar lucro (Campos; Moretti, 2019).

É um perfil social moldado na superioridade do ser humano (esse do perfil eurocentrado) sobre a natureza que se construiu com o apoio do modelo hegemônico a partir da tradição judaica-cristã, que aloca o humano como dominador do meio natural (Ramos, 2010). Rememorando o histórico de ruptura progressiva entre o ser humano e seu entorno natural (sim, é necessário adjetivar sobre qual entorno está-se referindo, uma vez que Santos (1994) nos relembra que o entrono tem se tornado cada vez mais sintético), Brügger (2002) enfatiza, antes de tudo, que essa é uma ruptura "Ocidental", que se estende por todo o Planeta com uma característica bem própria de domínio da natureza pela ciência e pela técnica e mais recentemente pela informação como produto da tecnociência.

Postmam (1994) nomeou como "tecnopólio" a construção da supremacia da tecnologia sobre todas as outras coisas ao longo da história ocidental. O termo, com raízes no mundo medieval europeu, envolve a crença no progresso, na padronização e numa eficiência das máquinas e da técnica. Uma técnica capaz de desvendar, de revelar a verdade e de dominar o conhecimento. Progressivamente, a ruptura do ser humano (aqui se referindo ao que subjetivamente vai sendo incorporado à essa racionalidade mercadológica, não ao que mesmo sendo bombardeado por ela se mantém lúcido) com seu entorno, vai se consolidando e dando lugar à construção de uma natureza sintética, fruto da influência que a tecnociência vem exercendo sobre o universo cultural da sociedade industrial (Brügger, 2002, p. 144).

A cultura ocidental-industrial substitui a natureza por espaços urbanos, e as cores vibrantes que antes estavam na natureza entram nas telas de computadores e tevês. Essa natureza sintética, domesticável é mais controlável e virtualmente possível através de sofisticados recursos técnicos que mutilam a percepção quando a mídia julga necessário, como é o caso de quando transmitem as grandes enchentes como vingança da natureza ou, quando navegando, o usuário se depara com alguma imagem de um meio ambiente agonizante (Santos, 1994). Seria a natureza midiática, falsa, estática e repleta de passividade, e quando muito, de furor, quando tende-se a confundir o "navegador", construindo em seu imaginário a falsa ideia de que a parte representa o todo. Esse meio ambiente, enquanto natureza espetáculo, nomeada por Santos (1994), substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os humanos, esconderijo dos Deuses e dos mistérios da vida e a natureza "cibernética" ou "sintética", substitui a natureza analítica do passado. Quando isso acontece o processo de ocultação do significado da História atinge seu auge. Assim, é possível se construir a imagem que atenda aos interesses econômicos, o de

produção infinita dentro de um ecossistema de recursos finitos, como bem salientou Andrade e Romeiro (2009).

Tendo em vista todos esses aspectos, dentre tantos outros que envolvem a temática digital, talvez seja difícil definir se o usuário das redes tenha ou não o controle da sua imagem sob seu domínio. Partindo do que afirma Almeida (2020) a ação dos algoritmos ocorre sempre sobre a infinidades de dados que se fornece ao mundo digital, de forma direta e indireta, aos quais eles têm acesso. O perfil de um indivíduo neste universo é relativo aos dados que se encontravam disponíveis, então, sob esse aspecto, seria como um controle "compartilhado", ainda que o usuário desconheça o caminho que seus dados percorrem depois de lançados na rede, como denunciou a ex-funcionária do *Facebook*, France Haugen. A empresa, avaliada em US$ 1 trilhão de dólares, foi acusada de vazar os dados dos usuários, de disseminar desinformação e de causar impacto negativo na saúde mental dos jovens e adolescentes (Exame, 2021). Se o usuário tem a soberania ao inserir seus dados na rede, talvez o perca após a inserção.

Algo que não se pode perder de vista é a grande concentração de poder que se observa sobre os que dominam os veículos de comunicação em massa e dos seus interesses em mediar o comportamento e a interação nas redes, cunhando perfis sociais aceitáveis e caricaturas de natureza que atendam à normatividade mercadológica. O Capitalismo é cínico, afirma Ailton Krenak (2024), ele se compara à fábula do escorpião e do sapo. É intrínseco ao escorpião picar. De igual modo, é intrínseco ao Capitalismo ludibriar.

8.1.2 Então o Movimento Ambientalista não se esconde?

Inferi que, talvez, por ser ainda estrangeira, o Movimento não estivesse exatamente se escondendo, mas se preservando de algo desconhecido. Mas, esconde-se quem teme, preserva-se, sob o viés da discussão, quem rejeita o contato, assim sendo, segundo Mary Douglas (1998), minha pergunta inicial se mostra incongruente. Quando indago: por que o movimento se esconde? Douglas (1998, p.24) rebate: "pode, entretanto, um grupo social pensar e sentir?" Pensamento e sentimento são para pessoas, enquanto indivíduos, me assegura a autora, baseando-se nas reflexões de Fleck (1935) e Dürkeime (1903). As instituições guiam suas estratégias, suas práticas, de acordo com sua ideologia e mantêm-se firmes na defesa dos objetivos do organismo como um todo. Se não sentem,

não temem, nem se escondem, então, para onde direcionar a busca sobre a dificuldade do contato? Bom seria me incluir como possibilidade também.

Não posso desconsiderar minha racionalidade enquanto pesquisadora. Hubert Rohden (2011) afirma que não há atributos coletivos que não sejam antes individuais. Se o que se observa através da literatura de muito autores (Martins; Martins, 2016; Mendes, 2020; Nogueira, 2010; Krenak, 2022; Foladori, 2002) é de que a sociedade pós-moderna esteja imersa em uma base filosófica humanista, capitalista, exploratória, de prepotência técnica, banhada por um messianismo adquirido de suas raízes judaico-cristã, possivelmente a minha aproximação esteja carregada desses valores, muito embora advogue contra eles. É provável que o que eu esteja entendendo por "se esconder" seja tão somente a quebra de minhas próprias expectativas. Minha aproximação pode conter um teor salvístico, tal qual as expedições europeias, enviesada por uma presunção que pode ser traduzida por: vim te salvar! Cheguei para te dar visibilidade! E a resposta pode ter sido: não, obrigada.

8.2 A fragmentação do movimento

À primeira vista, o MA do Território não me pareceu um bloco uníssono, no sentido de articulação entre as OSCs, de trabalharem em parceira ou desenvolverem projetos juntas. Se o referencial de movimento formalizado que a maior parte da literatura traz é o que se organizou por volta da década de 1960 (Junqueira; Kawasaki, 2017; Mccormick, 1992; Trsitão; Tristão, 2017), a partir da mudança perceptiva da organização civil quanto à globalização da degradação ambiental, e que posteriormente elaboram juntos o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (ONU, 1992) - documento que traz princípios norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do conceito e do estabelecimento do desenvolvimento sustentável – o desenho que se apresentava no Território, me parecia se distanciar um pouco desse referencial de unidade. Como ainda não havia nenhuma publicação sobre o MA de Porto Seguro que me ofertasse um guia comparativo, julguei pertinente seguir a trilha de Miriam Silva (2021) que avaliou a história do Movimento Negro (MN) de Porto Seguro em sua dissertação de mestrado na UFSB e que posteriormente foi registrada no livro intitulado "A História do Movimento Negro de Porto Seguro-BA: a influência do Instituto Sociocultural Brasil chama África no processo de criação da política municipal de igualdade racial".

Miriam descreve o histórico de criação do Movimento Negro articulado em Porto Seguro que surge com o objetivo, segundo suas palavras:

> de reunir em Porto Seguro negros e negras em torno de um movimento social que pudesse unir vozes e pensamentos, com o intuito de lutar contra o racismo e a favor da promoção da igualdade social no município (Silva, 2021, p.41).

A criação do bloco afro, a realização da semana negra e a capacitação de professores para implementação da Lei nº10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003), são algumas das ações que a autora atribui ao Movimento. Mas, minha indagação, por conta das desconfianças que eu nutria em relação ao MA de Porto seguro era: o que Miriam está denominando como Movimento? A partir das repressões aos manifestantes que protestaram contra a festa dos 500 anos em Porto Seguro (retomaremos o assunto mais a frente), um grupo de ativistas negros decidiu criar um quilombo representativo em uma área próxima à Praia de Ponta Grande, orla norte da cidade, com o intuito de trazer maior visibilidade às lutas seculares dos seus ancestrais no território brasileiro (Silva, 2021, p.40). A autora segue descrevendo como esse local se tornou ponto de resistência, onde foram se reunindo os moradores locais e visitantes de diversas partes do país para comungar sobre os problemas sociais, econômicos, sobre racismo e sobre ancestralidade e tradição da cultura afro-brasileira.

É nessa ocasião que a autora, vindo do Rio de Janeiro e possuindo experiência na militância negra carioca, chega ao Território. Após um episódio de racismo sofrido por sua filha, Miriam decide, então, criar o Instituto Sociocultural Brasil Chama África (ISBCA), uma associação civil, que tem por finalidade a promoção da igualdade racial e do desenvolvimento socioeconômico dos negros e negras residentes em Porto Seguro e na Costa do Descobrimento. É a partir desse momento que a literatura de Silva (2021) passa a se referir às ações de luta em torno da temática como Movimento Negro de Porto Seguro.

> As primeiras ações de um "protomovimento organizado" em Porto Seguro ocorreram após a publicação da Lei nº10.639, em 9 de janeiro de 2003 (...) Naquele momento, um grupo de moradores, professores, empresários e sociedade civil sentiu a necessidade de criar uma organização não governamental para a defesa e o respeito aos direitos constitucionais, contrapondo-se às agressões históricas ao povo negro e à invisibilidade deste junto

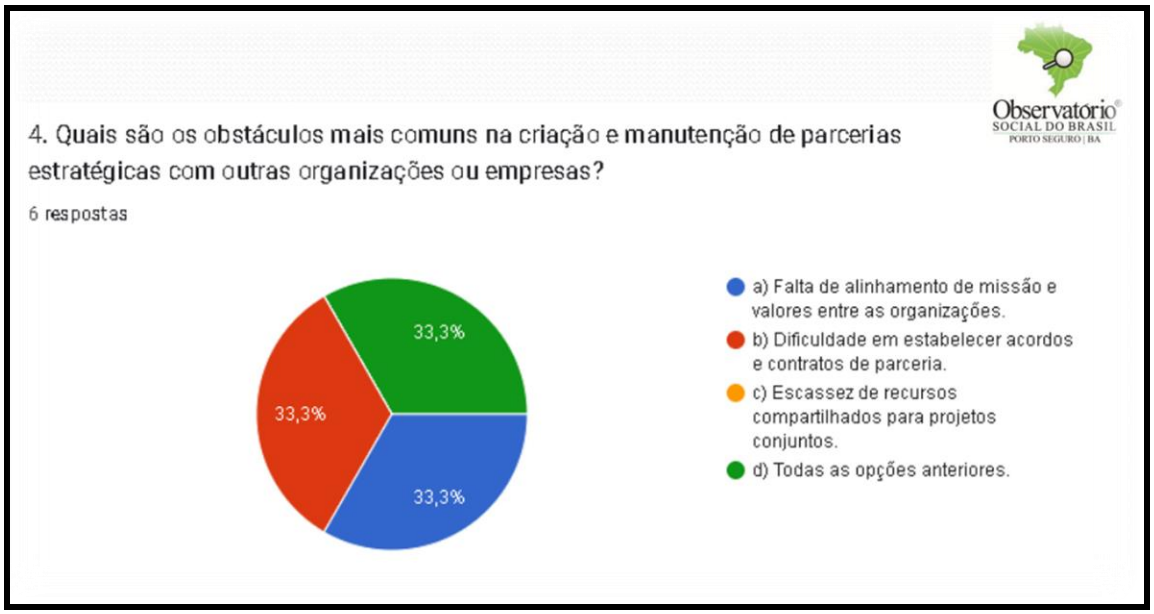
> ao poder público e à comunidade porto-segurense. Assim, após vários contatos e conversas com outras pessoas que também percebiam a ausência de um órgão formal que pudesse tratar as questões raciais na região, tiveram início as ações necessárias para a criação do Instituto Brasil Chama África – ISBCA (Silva, 2021, p.42).

O Instituto passa, então, a atuar no município nos campos da Educação e Cultura em parceria com o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial, aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja gestão executiva se repete atualmente. O ISBCA desenvolve algumas outras parcerias, como com o Instituto Tribos Jovens, com os eventos da Noite do Griot e com escolas municipais. Participou também dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, da Mulher e da Saúde.

Então, o que eu entendo que Silva (2021) está denominando como Movimento, é a formalização das ações voltadas para a temática negra, o estabelecimento de parcerias no desenvolvimento de suas atividades com entidades afins, o relacionamento com a gestão pública municipal e o envolvimento com assuntos transversais à sua temática, que no caso do ISBCA direciona-se para a promoção da valorização da cultura negra. Por essa perspectiva, o que se observa nesse primeiro olhar sobre o MA de Porto Seguro é que haja o descumprimento de alguns desses aspectos, como a ligação entre as associações socioambientais, a transversalidade com temas afins (com exceção do Mãe Terra, vamos ver mais à frente) e a parceria com a gestão pública. É provável que não haja interação entre as instituições para o desenvolvimento de suas atividades e que, tampouco, se relacionem com a gestão pública, exceto pela participação nos Conselhos Municipais, onde descordam veemente da postura adotada pela gestão pública atual.

Além do momento das entrevistas, essa “divisão” entre as OSCs foi percebida também no Relatório de Diagnóstico realizado pelo Observatório Social, que explicitou ser a falta de articulação entre as associações, o principal motivador para elaboração e aplicação do questionário (Caderno de Campo, 2023).

Figura 14: 4ª indagação do questionário



Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2023

-Hoje vocês estão todos juntos aqui nessa ação, né? No dia-a-dia tem algum projeto que desenvolvem juntos?
-Não, não, muito difícil acontecer [Festival Bem D´Ajuda].

É porque assim, cada cabeça é um guia, né? Até você alinhar tudo...já é uma batalha entre o próprio pessoal, imagine com os de fora?! [Entrevista 8].

A gente trabalha muito com a UFSB. Tem até uma atividade que vamos fazer agora que um professor de lá, que é esposo de uma voluntária nossa, vai participar com a gente [Festival Bem D´Ajuda].

A gente trabalha junto, sempre que dá, aqui no Parque Central. A gente faz a gestão, junto com a prefeitura porque assim, né, é consorciado, e a Verdejar faz o plantio. [Festival Bem D´Ajuda].

A gente fez agora recente a compensação florestal de uma área enorme com a ajuda do Natureza Bela [Entrevista 6].

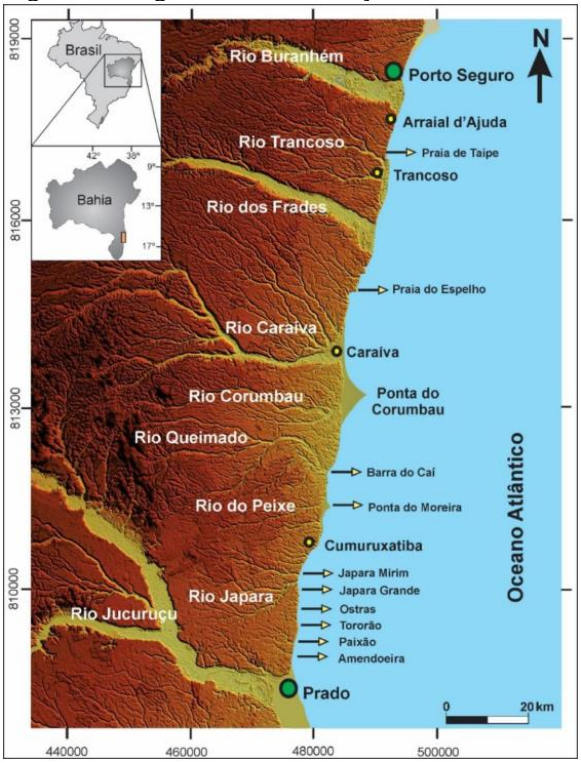
A maior parte das parcerias firmadas são com órgãos públicos como a UFSB, o ICMBIO e o INEMA, e com instituições fora do raio do Território, como é o caso da OSC que cita a parceria com o Grupo Ambiental Natureza Bela, que possui atuação na cidade de Itabela-BA e região. No caso do Instituto Mãe Terra (MT), que traz em seu estatuto, no artigo terceiro, que para o alcance dos seus objetivos a Instituição poderá filiar-se a outras entidades públicas e privadas e que relata em seu currículo institucional que atua diretamente na assistência técnica de outras associações e cooperativas, a maior parte

dessa relação é com entidades de base comunitária, sobretudo nas comunidades rurais e indígenas (Caderno de Campo, 2023). O que se observa, de maneira geral, é que as parcerias que são estabelecidas não são realizadas dentro do Movimento (entre as próprias OSCs socioambientais) articulado no Território e quando essas são realizadas, não são em projetos comuns, mas sim em algumas atividades pontuais e no mesmo distrito. Por exemplo, a Associação Amigos do Arraial (que inclusive incluiu em seu plano de gestão 2023/2026 o desenvolvimento de uma rede parceira com outras entidades afins), que atua no distrito de Arraial D´Ajuda, faz parte da gestão do Parque Central e conta com a ajuda da Associação Verdejar, com atuação no mesmo distrito, em algumas atividades de plantio de mudas no local (Caderno de Campo, 2023).

8.2.1 A configuração geográfica do Território

Além dos aspectos apontados pelas próprias OSCs, como a dificuldade de compatibilidade no alinhamento dos valores entre as organizações e da escassez dos recursos compartilhados para projetos conjuntos (Relatório de Diagnóstico, 2023), outra possibilidade que talvez influencie no distanciamento entre as instituições seja a configuração geográfica do território de Porto Seguro.

Figura 15: região de concentração das OSCs



Fonte: Lima (2023).

A área de atuação das OSCs é mais acentuada em Porto Seguro, Arraial D´Ajuda, Trancoso e Caraíva. Geograficamente, Porto Seguro e Arraial D´Ajuda são separadas pelo Rio Buranhém e pela extensão do manguezal. O acesso entre elas se dá via balsas motorizadas, operadas por uma empresa privada. O deslocamento é umas das queixas dos moradores tanto da sede quanto do distrito, não pela travessia em si, que leva em média cinco minutos, mas pelo transtorno da logística durante o tempo de espera que, nos períodos de verão chega a ser de duas horas, para quem se desloca de carro. De Arraial D´Ajuda a Trancoso, são 32km de distância, com parte do trajeto sem pavimentação, o que se intensifica até Caraíva, que dentre os distritos é o que possui localização mais remota, distando cerca de 70km de Porto seguro. Em Caraíva, o acesso se dá via canoas não-motorizadas sobre o Rio Caraíva, sendo proibido o trânsito de veículos motorizados na vila.

Então, embora sede e distritos façam parte de um único bloco administrativo, a própria configuração geográfica os distingue. Essa distinção é também percebida nos desafios enfrentados por cada unidade territorial. Porto Seguro sede, por exemplo, apresenta maior urbanização na faixa terrestre, fato que acaba exercendo uma pressão maior sobre a zona costeira (Yanes et al., 2019). É possível observar a ausência do cumprimento do gerenciamento costeiro, não apenas pela presença massiva de empreendimentos econômicos junto a orla, mas principalmente pela situação irregular em que vários deles se encontram, sem a devida outorga emitida pela SPU, exigível quando se trata de bens da União e, no caso específico, terreno de marinha (Ribeiro, 2019). Isso não quer dizer que os distritos também não venham experimentando ocupações urbanas aceleradas e que tenham suas zonas costeiras preservadas, longe disso. Mas, com um fluxo de visitantes maior e com um volume de crescimento urbano desordenado mais acentuado que os distritos, somado ao excesso de construções, Porto Seguro sede tem apresentado um recuo na linha da costa provocado pela erosão (LOUREIRO, 2014 apud RIBEIRO, 2019). Ademais, os distritos ainda usufruem de certa estabilidade na segurança pública, enquanto a sede vem perdendo esse atributo acentuadamente.

8.3 Principais atividades desenvolvidas pelas OSCs

Outro fator que pode contribuir na reflexão sobre a não interação entre as instituições, pode estar atrelado à diferença de atividades executadas por elas. A descrição das

principais ações desenvolvidas pelas OSCs talvez nos traga um panorama mais claro sobre a falta de conexão.

- A Associação Sociedade de Amigos do Arraial (SAA), fundada em 1984 por um grupo de moradores originários de outros estados, empenha-se na gestão do Parque Central, motivo pela qual foi fundada. Trata-se de uma área de 400 mil m^2 (mesma área do *Central Park*, em Nova Iorque, de onde se origina o nome), que pertence à União, localizada no centro do distrito de Arraial D´Ajuda. Depois de sofrer algumas invasões, a área acabou tendo sua gestão esquematizada por um convênio proposto pela Aeronáutica, onde são signatários o Município, o Estado, a Aeronáutica e a Sociedade Civil, representada pela Associação Amigos do Arraial. O parque vem sendo alvo de muita disputa desde que deixou de ser um campo de aviação na década de 1970. O ramo imobiliário pretende lotear, a gestão municipal deseja transformar em estacionamento central, na tentativa de arrefecer as queixas quanto à mobilidade urbana local, devido o grande fluxo de automóveis que o distrito recebe, sem que haja infraestrutura para tal, os condomínios circunvizinhos arquitetam abertura de vias públicas para facilitar o acesso aos residenciais e a Associação se opõe a todas essas alternativas. Empenha-se em preservar a área, que foi tombada como patrimônio cultural pelo IPHAN, almejando futuras instalações de ciclovias, museu, praça poliesportiva, dentre outras iniciativas que atenda a população com lazer, esporte e cultura (Caderno de Campo, 2024).
- A Associação Socioambiental Verdejar D´Ajuda (ASV), formalizada em 2020, entrou com uma petição formal junto à prefeitura para desenvolver o Centro Socioambiental SER no Parque Central. A ideia é que esse centro abrigue um viveiro educador, sobretudo de mudas nativas, para compensações ambientais, projetos de paisagismo e arborização urbana. O cultivo e o plantio de mudas é a principal atividade da Associação, que entende ser essa uma das melhoras formas de combate à crise climática. A Verdejar estabeleceu como meta o plantio de 1 milhão de mudas. A OSC realiza também palestras de educação ambiental em escolas municipais e particulares e compunha o quadro de membros do Conselho da Secretaria Municipal de Meio ambiente e Causa Animal (Caderno de Campo, 2023). A principal motivação para fundação da OSC veio de um grupo de moradores, oriundos de São Paulo, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, preocupados com a rapidez da supressão florestal que o distrito passou a enfrentar com o avanço do ramo imobiliário. Formaram, inicialmente, um coletivo de amigos, na tentativa de preservar as árvores de grande

porte e perceberam a necessidade de formalizar uma associação para assim, legalizada, conseguir arrecadar fundos para a produção e plantio de mudas, objetivando unir fragmentos florestais. Desde então, o corpo de voluntários, composto, dentre outras formações, por advogados, biólogos, técnicos em meio ambiente e educadores se dedicam também às questões dos resíduos sólidos, além de realizar abaixo-assinados, manifestações em praças públicas e reivindicações no Conselho Municipal de Meio Ambiente, quando se depara com situações como a da rua Da Mata, em Arraial d´Ajuda, onde foi realizada a supressão vegetal total de uma área de 1714m^2, com autorização para 70% de ocupação, enquanto a legislação vigente permite apenas 30%. Reivindicam, a partir da Lei Municipal 853/2009, a compensação vegetal na mesma área devastada.

Figura 16: Rua da Mata, Novo arraial, Arraial D´Ajuda

Fonte: Assoicação Verdejar, 2024

Figura 17: Reivindicação na Assembleia do Conselho Muncipal de Meio Ambiente

Fonte: Associação Verdejar, 2024

- Diferente das demais OSC, que iniciaram seus trabalhos a partir de um grupo de pessoas que buscaram melhorias diante de alguma situação que lhes sobressaltara, o Observatório Social de Porto Seguro (OSPS), fundada em 2015, é uma das unidades do Observatório Social do Brasil, que são organizadas em rede, presente em 150 cidades, em 17 estados. Possui um trabalho voltado à fiscalização dos gastos públicos e monitora as compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço. A instituição afirma que monitorar é uma forma de agir preventivamente no controle social dos gastos públicos. Esse acompanhamento das licitações e a exigência por prestação de contas de projetos iniciados pelo município e não concluídos é a principal atividade do Observatório, que se dedica também a denunciar as irregularidades ambientais que ocorrem no território e ainda, segundo consta em seu estatuto,

> atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados (Observatório Social de Porto Seguro, 2019).

- O Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), uma das associações mais antigas dentre as OSCs avaliadas, fundada em 1984, manteve a sigla e mudou a terminologia, passando agora a ser Movimento de Defesa, Preservação e Sustentabilidade. Ocupa-se, principalmente, com a restauração florestal e com a formação do Corredor Ecológico Porto Cabrália (CEPOC), uma das áreas definidas como prioritária pelo Plano Municipal de Conservação e Restauração da Mata Atlântica, para ligação de duas Unidades de Conservação, a saber: a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Veracel e o Parque Nacional do Pau Brasil. O CEPOC é um projeto financiado pelo Euroclima+, programa europeu que financia iniciativas ambientais de países na América Latina com vistas à adaptação às mudanças do clima. Para realização do projeto na Bahia, a iniciativa conta com diversas entidades e órgãos públicos: Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Parque Nacional do Pau Brasil, Instituto Chico Mendes (ICMBio), Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA-BA), Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), Grupo Ambiental

Natureza Bela e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) (Caderno de Campo, 2023). Os trabalhos iniciais do MDPS, fundado por ambientalistas recém chegados de diversas partes do país, inclusive do exterior, eram voltados para o cumprimento da regulamentação que protegia os 30m das margens dos rios e para o cumprimento das leis voltadas à preservação da vasta mata, ainda presente no território naquela década, que vinha sendo vista por empresários da rede hoteleira e do ramo imobiliário, como uma grande área a ser explorada. Após 4 décadas, o MDPS dedica-se, além de reflorestar áreas nativas, a restaurar nascentes importantes e conectar fragmentos florestais da Costa do Descobrimento e região. "Buscamos a inserção de TODA sociedade e seus diversos setores em processos de restauração, manejo, educação ambiental e tomadas de decisão" (Movimento de Defesa, Preservação e Sustentabilidade, 2024).

- A Associação Despertar Trancoso (ADT), fundada em 2010, desenvolve suas atividades baseados em três pilares de educação que considera primordiais para a obtenção de um turismo sustentável, a saber: o pilar da agroecologia, da capacitação profissional e das práticas complementares de saúde. Assim sendo, realiza ações de educação ambiental, hortas orgânicas urbanas, regeneração de mata nativa, cursos de culinária saudável, jardinagem, auxiliar de cozinha, aulas de dança, de inglês, além das práticas de esportes e cursos de multimídia. Participou em 2023 do Conselho Gestor do Parque Nacional Pau Brasil, do Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Comunitário e Ambiental de Caraíva e do Conselho da Criança e do Adolescente. Fundada pela Turismóloga Kelly Fernanda Paduin, natural de São Paulo e que reside em Trancoso desde 2006, o Instituto teve início a partir da percepção da idealizadora sobre os danos socioambientais causados pelo crescimento desordenado no turismo do distrito (Associação Despertar Trancoso, 2023). Segundo as publicações do ADT (2023), a instituição nasce em um contexto de desigualdade social em que convivem visitantes de alta renda e população em situação de vulnerabilidade social, onde uma parte dos 30 mil habitantes do distrito, cerca de 37,5% da população, possui renda média igual ou inferior a meio salário mínimo, que para a Associação é o cenário resultante da falta de articulação com a rede pública de serviço intersetoriais.

> Visitantes de todas as partes do mundo veem Trancoso como um paraíso tropical servido por pousadas de alta padrão. Porém,

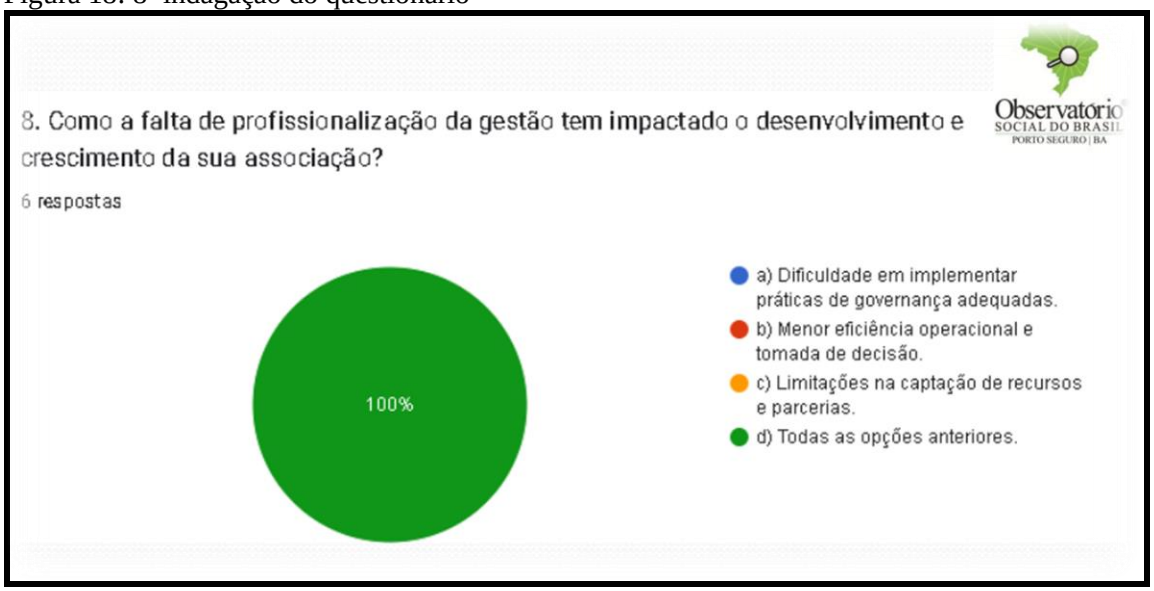
> Trancoso também é herança negra, é aldeia pataxó Mãe Barra Velha, o Parque Nacional do Pau Brasil, a Reserva Privada Rio do Brasil, o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, as comunidades rurais de Sapirara e Coqueiro Alto (Associação Despertar Trancoso, 2023).

- O Instituto Mãe Terra (MT), formalizado em 2006, organiza suas atividades sob a estrutura de 4 macro-ações, a saber: Arranjo Produtivos Locais; Desenvolvimento Integral de Crianças, Adolescentes e Jovens; Gestão do Conhecimento e Percursos Formativos; Participação, Articulação em Rede e Apoio Institucional. A partir desses pilares, desenvolvem assistência técnica rural, restauração ecológica, fortalecimento da agricultura familiar, plantio de mudas, formação socioprofissional e fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil. O Instituto teve início a partir da necessidade de seus fundadores em lutar pela eletrificação rural na localidade em que residiam e foi se desenvolvendo na militância pelo suprimento das demandas das populações vulnerabilizadas do município de Porto Seguro e região (Instituto Mãe Terra, 2022). Dentre as instituições acompanhadas é a que mais transita em pautas transversais à temática ecológica, sendo a única a desenvolver atividades voltadas diretamente para o empreendedorismo feminino, para o fortalecimento de comunidades indígenas e para jovens LGBTQIAPN+.

O MT apresenta particularidades distintas das demais associações. Além de um raio de atuação bastante extenso, alcançando outras cidades da Costa do Descobrimento como Itapebi, Itagimirim, Eunápolis e Santa Cruz Cabrália possui uma infraestrutura mais robusta que as demais OSCs, fruto de uma situação financeira mais estável. É uma das poucas que possui sede própria. O MT é reconhecido como utilidade pública municipal e estadual e é uma das entidades beneficiadas pelo Projeto Conexões Éticas para o Terceiro Setor, ação coordenada pela Petrobras em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), vinculada à Organização das Nações Unidas (Jornal do Sol, 2021). A Organização é também participante da Fundação Itaú Social, de onde recebe recursos financeiros para o fomento de ações educativas na região (Caderno de Campo, 2023). Além disso, enquanto há associações que nunca foram contempladas em editais de financiamento de projetos, o MT é contemplado em todos os editais que participa. Quando questionados sobre as razões de tamanho êxito, os diretores afirmaram ter uma equipe de trabalho muito preparada para a elaboração e execução de projetos (Caderno

de Campo, 2023), fato que não se observa entre as OSCs participantes do Diagnóstico, no qual indetificou-se a ausência de uma gestão preparada.

Figura 18: 8ª indagação do questionário



Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2023

"Muitas vezes no corpo da associação temos diversos profissionais gabaritados, mas que precisam ser remunerados para se dedicarem" (Relatório de Diagnóstico, 2023). Essa não é a realidade experimentada pelo MT, uma vez que todo seu corpo diretório é remunerado.

Embora, assim como as demais OSCs, o Instituto também alegue apresentar uma demanda de trabalho maior do que o efetivo de trabalhadores que dispõe, seus colaboradores são remunerados, enquanto a maior parte dos colaboradores das demais OSCs trabalham em regime de voluntariado (Caderno de Campo, 2023). O MT abre seletivas para contratação de executores em determinados projetos, como o Qualifica Bahia, por exemplo, programa de iniciativa do governo da Bahia, direcionado à qualificação profissional, e também abre vagas de estágio remunerado, podendo ocorrer a efetivação do profissional após o período de estágio, como foi o caso do entrevistado B.

[Girlane] - Você precisou fazer o estágio por causa da faculdade?

[B] - Na verdade, esse estágio abriu a vaga, não era um estágio obrigatório para o meu curso porque na época eu tava fazendo licenciatura, né? Ciências da natureza, na UFSB, graduação, minha primeira graduação. Aí abriu a vaga de estágio, assim, bom, que eu tinha interesse em fazer, aí eu pensei: ah por que não tentar? [chegada de um dos diretores]

[Diretor] - Também quero ser entrevistado.

[Girlane] - Pode vir também

[B] - Aí me increvi, teve todo aquele processo seletivo, aí eu passei

[Girlane] - Com quantas pessoas você concorreu?

[B] - Cara, assim, eles me falaram que foi o processo seletivo assim, que tinha mais gente. Hein, *diretor*, você lembra quantas pessoas teve *pra* vaga, na época do estágio?

[Diretor] - Foi muita gente, não sei se *foi* 49... Na verdade todas as vagas que a gente abre é assim....assustador. Por exemplo, a vaga de técnico agrícola, teve gente com pós doc querendo ser técnico agrícola, é assustador...mas é bom também.

[Girlane] – Mas por que você acha que tem tanta procura assim?

[Diretor] - Mercado. Cultura. A cultura do Instituto é uma cultura que chama muita atenção. E a localização do instituto também. Por exemplo, toda semana eu recebo um email de uma mulher chamada...Xaline, Xaiene, alguma coisa assim. Mulher trans, de Suzano-SP, que trabalha com comunicação há 40 anos que quer vir *pra* Porto e que quer trabalhar no Instituto.

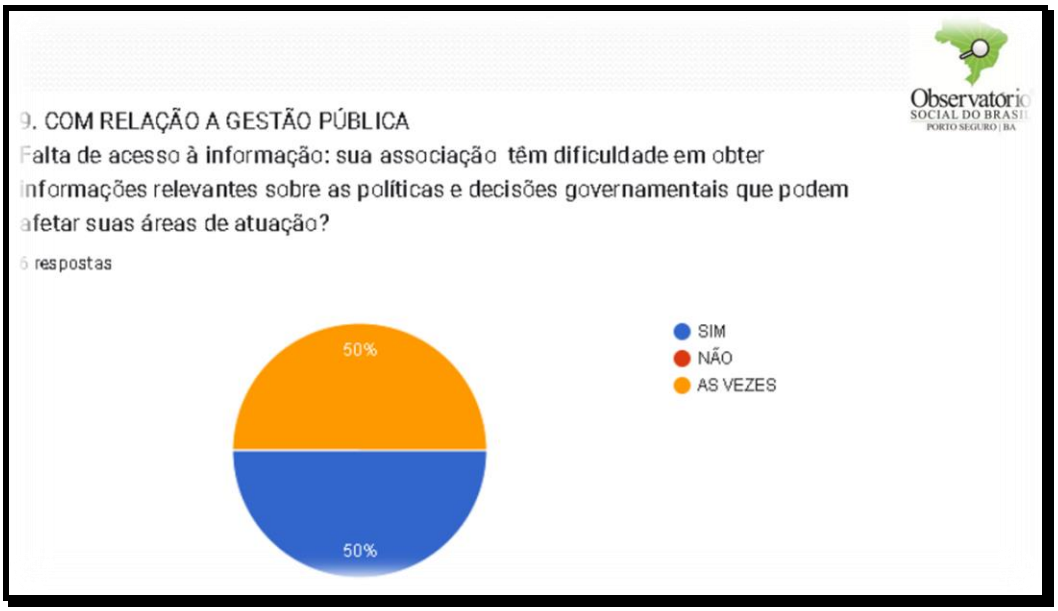
[Girlane] - Então a seleção dele [B.] foi bastante concorrida.

[Diretor] - A dele foi, a de P. foi, a de E., essa de agora *tá* sendo...tchau..rsrs

[B] - Esse número eu posso conseguir *pra* você, mas foi um número bem grande [Entrevista 4].

8.4 A relação das OSCs com a gestão pública municipal

Figura 19: 9ª indagação do questionário



Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2023

Ainda seguindo a trilha de Miriam Silva (2021), o resultado da parceria entre ISBCA e a gestão municipal foi relatada como positiva, fato que não se observa entre as OSCs entrevistadas, uma vez que foram unânimes em relatar tanto a não parceria com a gestão, quanto seu descontentamento com a postura adotada. A discordância fica mais evidente entre as organizações que compõem os conselhos municipais. No caso da última formação do conselho da SEMAC, a gestão pública excluiu as OSCs que representavam a Sociedade Civil no Conselho, a saber: Instituto Coral Vivo e Associação Socioambiental Verdejar D´Ajuda, bem como o ICMBio. A exclusão foi realizada sem passar a pauta pela Assembleia e sem notificação no Diário Oficial. O fato ocorreu após uma série de oposições a projetos que vinham sendo aprovados sem qualquer garantia de salvaguarda ambiental, como o da Usina de Reciclagem dentro do território indígena do Xandó, em Caraíva, por exemplo.

O projeto intitulado Lixo Zero Aldeia Xandó, de iniciativa privada de uma empresa de São Paulo, apresentou um orçamento de R$496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais), tendo por objetivo realizar a coleta de 100% dos resíduos sólidos em Caraíva e destiná-lo a uma usina de beneficiamento de material reciclável. A usina seria instalada em uma área que abrange o Parque Nacional Monte Pascoal e a Aldeia Indígena do Xandó. Essa é uma área de gestão compartilhada entre a liderança indígena e o órgão de gestão federal, ICMBio. Questionado pela Verdejar, Coral Vivo e ICMBio sobre as licenças federais, sobre a apresentação visual do projeto, sobre o tamanho da área total que seria ocupada e sobre a possível supressão florestal, o empresário responsável pela implantação informou que aquele seria apenas um primeiro contato com o Conselho e que na próxima Assembleia traria toda documentação solicitada. O projeto retornou na Assembleia seguinte, mesmo não constando na pauta, apresentando os mesmos moldes do contato anterior. Contou com a defesa do setor jurídico municipal e mesmo com os votos contrários do Coral Vivo, do Verdejar e do ICMBio o projeto foi aprovado (Caderno de Campo, 2023).

Figura 20: Apresentação do projeto Lixo Zero Aldeia Xandó

Fonte: Acervo pessoal, 2023

Figura 21: Assembleia do Conselho Municipal de Meio ambiente

Fonte: Associação Verdejar, 2023

Figura 22: publicação sobre a exclusão da ASV no Conselho do Meio Ambiente

Fonte: Associação Verdejar, 2024

Os votos contrários em relação ao projeto da usina no território do Xandó, estavam relacionados à tentativa de refrear a pressão capitalista exercida sobre os territórios indígenas da região. Somados, os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte formam um total de 10 territórios indígenas, numa área que abrange aproximadamente 77.645 hectares de terra, considerada grande demais para os que desejam expandir, dentre outros empreendimentos, a rede hoteleira, a agropecuária e o setor imobiliário (SEPLAN, 2016).

Desde o século XVI, o processo de ocupação territorial em Porto Seguro tem se dado de maneira cíclica, com avanços e retrocessos, mediante o uso da violência contra os povos indígenas originários, sendo os conflitos entre indígenas e não indígenas, algo muito frequente no Território (Koopmans, 2005; Malina, 2013). Em 2022 foram registradas as mortes, por arma de fogo, de três jovens e uma criança pataxó (figura 23) (MST, 2022).

Figura 23: manifestação pataxó contra as mortes de jovens indígenas

Fonte: Suhyasun, 2022

O processo de colonização não foi, e ainda não é pacífico. Os povos originários possuem uma extensa história de luta e resistência que é normalmente silenciada pela narrativa hegemônica (Santos, 2022). A PL 490/2007, que trata do marco temporal, restringindo a presença indígena aos espaços com demarcação anterior à Constituinte de 1988, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e passou a tramitar no Senado como PL 2.903/2023 (Senado, 2023). O Supremo Tribunal Federal, considerando a tese ilegal, a invalidou com um placar de 9 votos a 2 votos. Porém, em 27 de setembro de 2023, menos de uma semana após a invalidação, o Senado, impulsionado pela bancada ruralista, aprovou o marco temporal, que em seguida sofreu o veto parcial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pouco tempo depois da discussão, o Senado derrubou o veto do presidente (O Tempo, 2023) e adotou o marco temporal sob a Lei 14.701/2023. Desde então, foram apresentadas quatro ações questionando a validade da Lei (ADI 7582, ADI 7583, ADI 7586 e ADO 86) e uma pedindo que o STF declare sua constitucionalidade (ADC 87) (STF, 2024). Constantemente os indígenas do Território se reúnem e se manifestam contra o avanço dessa tramitação (figuras 24,25), sendo comum o fechamento da BR 367,

que liga os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Marcam presença também no Congresso Federal, em Brasília, unidos a indígenas de outras regiões do país.

Figura 24: manifestação do povo pataxó na Br 367

Fonte: Suhyasun, 2022

Figura 25: manifestação do povo pataxó contra a tramitação do Marco Temporal

Fonte: Suhyasun, 2023

8.5 O Movimento Ambientalista e os temas transversais

Com exceção do MT, que já discutimos que é uma instituição que possui características muito distintas das demais apresentando uma infraestrutura mais robusta e um quadro de efetivos mais denso, não foi percebido o envolvimento direto das OSCs em pautas transversais, aspecto apontado no trabalho de Silva (2021) como característica do Movimento. Não há relação com o próprio ISBCA, por exemplo, nem com o movimento ambientalista desenvolvido pelos terreiros de candomblé (mesmo nos trabalhos do MT não foram observados). Makota Valdina (2023), educadora baiana, ressalta a importância dos terreiros para a resistência exercida pelos povos retirados de seus territórios contra a hegemonia dominante. Como os espaços de candomblé não só mantém o contato com o idioma, ainda que seja "apenas" o vocabulário ritualístico, a ancestralidade, mas também se impõem contra o apagamento cultural e espiritual. Preservam quintais e também o conhecimento das ervas, das raízes e das PANCs (plantas alimentícias não convencionais) que foram perdendo espaço com o modo de vida industrial. Na região de Coroa Vermelha, distrito de Santa Cruz Cabrália, por exemplo, a araruta, hoje considerada PANC, já foi bastante cultivada pelo povo pataxó da região, que interrompeu o cultivo da planta após a mudança de atividades. Pela proximidade com as áreas de turismo e perda de parte de seu território, abandonaram a agricultura e perderam seus bancos de reserva, a tal ponto que os jovens já desconheciam por completo a cultura (Neves et al., 2005). Fortalecer o trabalho ambiental desenvolvido pelos terreiros é também preservar a multiplicidade de saberes e de espécies, contrariando o mundo mono imposto pelo capitalismo.

O MT possui um trabalho com PANCs, não com povos de terreiro, mas na aldeia indígena da Jaqueira (AJ). Participaram de um concurso gastronômico de cozinha afetiva em Salvador com uma das indígenas (MI), atendida pelo projeto com as PANCs, para representar a aldeia no concurso. Relataram o resultado à aldeia:

[MT] - Ficamos em 5º lugar

[AJ] - E cozinhou o quê lá?

[MI] – Uma omelete de ora-pro-nobis

[AJ] – Por que não fizeram o peixe na folha de patioba que é nosso aqui?

[MT] –Não podia comprar as coisas lá

[AJ] – A gente mandava o peixe no isopor

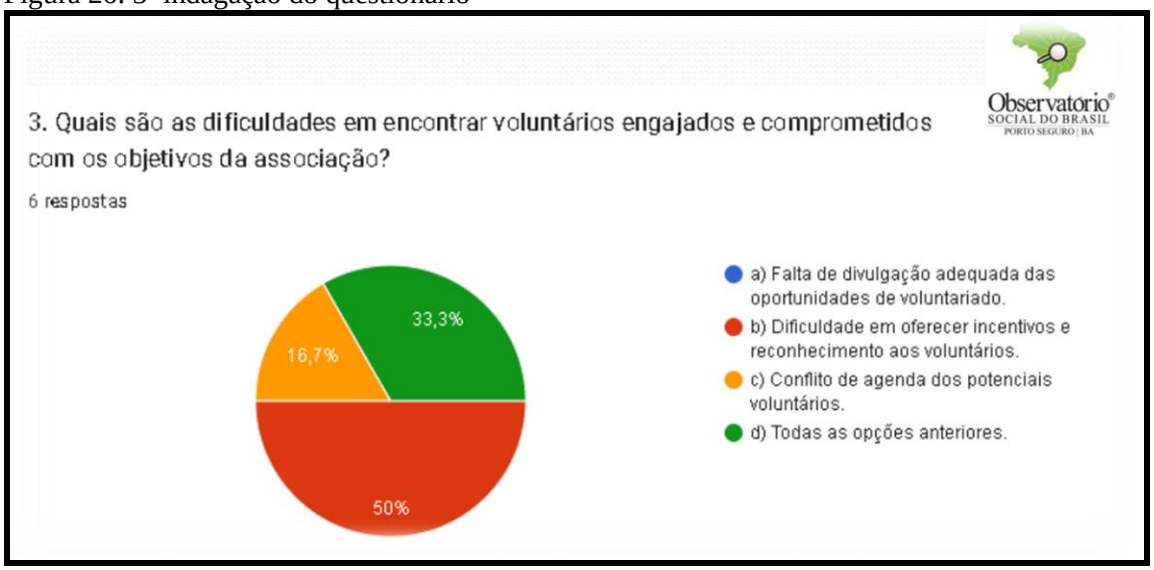
[MI] – Eles mandaram eu usar aquele fogão deles lá que não esquentava a panela nunca

[MT] – é o fogão de indução, não tem chama, por isso precisam utilizar panelas específicas para conduzir calor.
[MI] – Pois é, foi esse aí. E ainda fomos as primeiras e tivemos menos tempo que os outros, nem todo mundo provou nossa omelete
[AJ] – Se tivesse feito o peixe tinha ganhado
[Acompanhamento das atividades 2]

Novamente com exceção do MT, que presta assistência rural e trabalha com arranjos agroecológicos em alguns assentamentos do Movimento de Trabalhadores sem Terra (MST), não se observa participação direta das OSCs com o MST, que assim como os povos indígenas, oferece resistência aos grileiros no Território, sobretudo no enfrentamento com o monocultivo do eucalipto, de presença maciça na região.

Uma alternativa para compreender o porquê das organizações não se articularem com temas transversais, talvez esteja relacionada a uma das queixas apontadas no Relatório de Diagnóstico e também identificada nas entrevistas: o deficite de colaboradores em relação à demanda de trabalho.

Figura 26: 3ª indagação do questionário



Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2023

É muito trabalho. A gente nem tá mais se inscrevendo em edital porque não ta dando conta de terminar esses que a gente já começou [Entrevista 6]

A gente tenta segurar todos os pratos, mas tem hora que num dá. Fora que a maior parte dos voluntários é mulher, então tem que cuidar de filho, da casa [Observação participante]

Nosso efetivo é muito baixo. É muito difícil conseguir voluntário [Entrevista 3]

Deixa mais pra frente que eu te falo do Forúm, vamos organizar direitinho. Se der certo com essa voluntária que tá chegando, eu vou ter mais tempo pra ver isso [Entrevista 1]

8.6 Fechando a trilha do Movimento Negro de Porto Seguro

Então, diante o que discutimos até aqui, o que se observa, a partir da trilha de Miriam Silva (2021), é que faltam alguns elementos para caracterizar a ação das OSCs como Movimento Ambientalista de Porto Seguro, a saber: a articulação entre as OSCs, a parceria com a gestão pública e a tranversalidade com temas afins. Há uma fragmentação. Talvez o mais adequado seria se referir ao MA de Arraial D´Ajuda, ao MA de Trancoso, ao MA de Caraíva e ao MA de Porto Seguro sede. Embora o fato das OSCs não trabalharem em parceria as descaracterize como Movimento - a partir do referencial de Silva (2021) e também levando em considerado a elaboração conjunta do Tratado de Educação Ambiental (ONU, 1992) - não se pode negar a relevância das várias frentes de atuação que elas alcançam, como a regeneração florestal, o monitoramento dos gastos públicos, o fortalecimento das comunidades indígenas, a assistência técnica rural, a produção e plantio de mudas nativas, a resistência ao avanço imobiliário, o turismo sustentável, dentre outras frentes igualmente importantes. Se analisadas as frentes de trabalho que cada OSC assume, mesmo não se articulando entre si, realizam a cobertura de desafios socioambientais importantes na luta contra o imperialismo predatório presente no Território.

Tabela 2: Principais características das OSCs

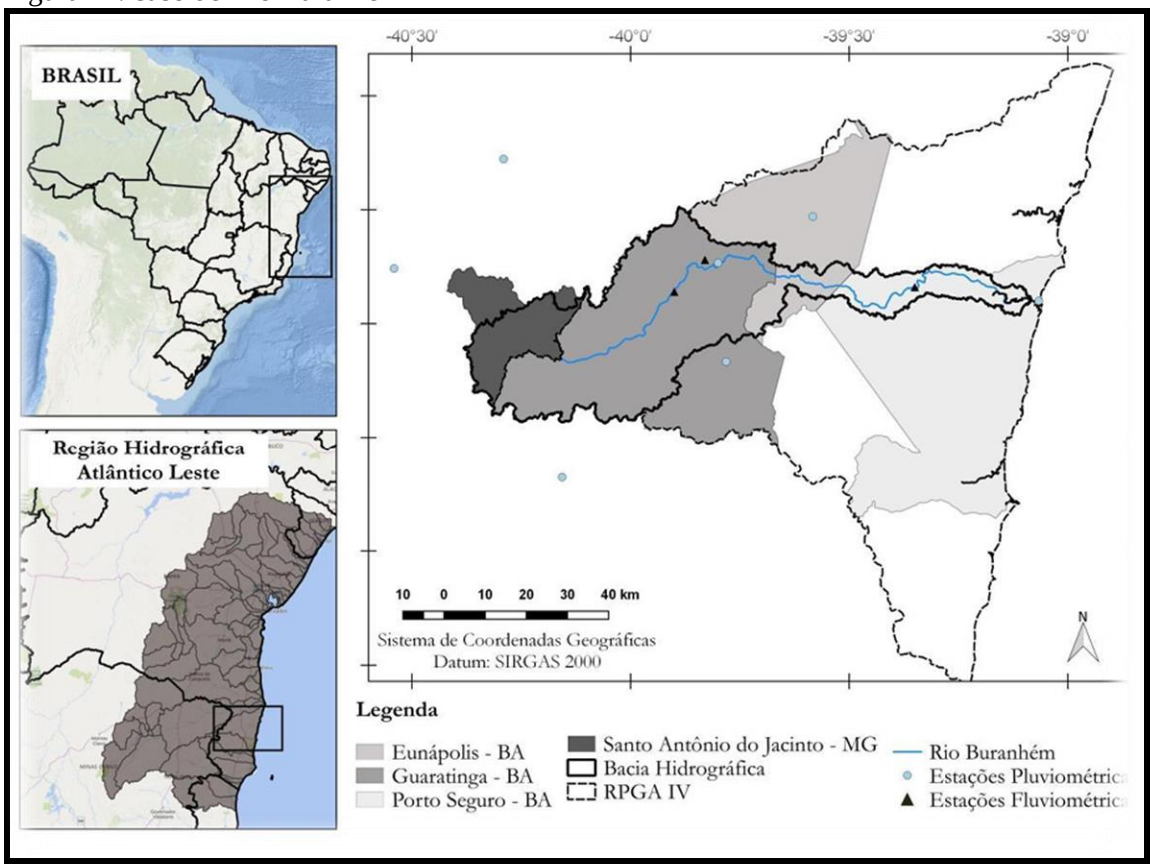
Principais características das Organizações da Sociedade Civil					
Instituição	**Público alvo**	**Ano de fundação**	**Principal fonte de recursos**	**Principal atividade e área de atuação**	**Parcerias com outras OSCs do Território**
SAA	População em geral	1984	Associados	Gestão do Parque Central, Arraial D´Ajuda	Verdejar D´Ajuda
ASV	Crianças e população em geral	2020	Associados	Regeneração florestal, Arraial D´Ajuda	Sociedade Amigos do Arraial
OSPS	População em geral	2015	Empresas e pessoas físicas	Acompanhamento dos gastos públicos, Porto Seguro (sede e distritos)	Não consta
MDPS	População em geral	1984	Editais de projetos	Regeneração florestal, Porto Seguro e região	Não consta
IDT	Crianças e adolescentes e população em geral	2010	Empresas privadas	Capacitação profissional, agroecologia	Não consta
MT	Crianças, jovens, mulheres, comunidades rurais,	2006	Editais de projetos, parcerias com entidades	Assistência técnica rural, cursos profissionalizantes, regeneração florestal,	Não consta

	populações indígenas		públicas e privadas	fortalecimento de comunidades tradicionais.	

Fonte: Elaboração própria, 2025

Se tomarmos apenas um desses aspectos como comparativo de importância de alcance, já podemos ter uma estimativa do impacto positivo das ações das OSCs no Território. Como é o caso da regeneração florestal, por exemplo, que recupera áreas degradadas e reestabelece sua estrutura e função ecológica e ecossitêmica, promovendo a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, fixação de carbono, regulação climática e conservação da biodiversidade (ICRAF, 2017). Atendendo ao Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), cujo referencial é a Lei federal 12.651/2012, uma das ações de restauração do MDPS compreende áreas ao longo do Rio Buranhém, que nasce em Minas Gerais, passa por Guaratinga e Eunápolis até desaguar no oceano Atlântico através de uma foz tipo estuário, em Porto Seguro (Silva, 2019).

Figura 27: cuso do Rio Buranhém



Fonte: Silva et al., 2019

É um rio importante para região não só por sua relevância ecológica, mas também social. Muitas famílias vivem da pesca artesanal no Buranhém, que vem perdendo vegetação ciliar por conta do avanço das pastagens e também sofrendo abusos das indústrias que se instalaram na região nos últimos anos, como é o caso das empresas Boi Nativo e da Naturaves, ambas com atuação em Eunápolis (trataremos a seguir).

Então, o que se observa é que, embora fragmentada, a atuação das OSCs se mostra bastante expressiva e que essa atuação pode ser pontencializada, como nos admoesta o Observatório Social:

> É importante a escolha de associações que estejam alinhadas com suas crenças éticas e morais, e encontrar os pontos em comum em que se pode atuar em conjunto frente a um problema específico. Na região enfrentamos problemas que dizem respeito a todas as associações, como por exemplo, a causa ambiental, o crescimento desordenado, a efetiva aplicação dos recursos públicos, que influenciam diretamente a vida de todos nós indiferente da área de atuação de nossa associação. Precisamos encontrar um *modus-operandi* para podermos lidar com problemas que vão necessitar de uma força maior de atuação em rede (Relatório de Diagnóstico, 2023).

8.7 As OSCs e a Educação Ambiental

As principais atividades voltadas para a educação ambiental apontadas pelas OSCs, com foco na participação popular às demandas ambientais do município, foram: a limpeza de praias, sobretudo em datas temáticas, como o dia 05 de junho, estabelecido pela Conferência de Estocolmo como dia Mundial do Meio Ambiente; coleta seletiva de resíduos sólidos; assistência técnica rural; plantio de mudas e palestras para crianças das redes de ensino municipal e privada (Caderno de Campo, 2023).

A resolução de problemas ambientais locais, argumenta Phillippe Layrargues (1999), carrega um valor altamente positivo, pois foge da tendência desmobilizadora da percepção dos problemas globais e foca nos problemas cotidianos, com base na realidade local. O perigo é descontextualizar a atividade, torná-la um fim em si mesma, alerta o autor. Nesse sentido, a Educação Ambiental difere substancialmente da informação ambiental, que segundo Jacobi, Tristão e Franco (2009), é focada na transmissão de conteúdos descontextualizados e despolitizados. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela lei 9.795 de 1999 e regulamentada pelo decreto 4281/2002, objetiva desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em que a complexidade das relações seja valorizada através da inserção de aspectos ecológicos,

psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (Brasil, 1999). A Educação Ambiental Crítica, norteadora de nossa discussão, aponta para a importância da relação intrínseca entre conservação ecológica e melhoria da qualidade de vida humana, conjunto que delineia a ideia de Sociedades Sustentáveis (Damasceno, 2022). Sob esse universo perceptivo, a complexidade e a contextualização são indispensáveis ao labor pedagógico da EA, se distanciando do reducionismo do ambientalismo oficial vigente que transfere a responsabilidade e a busca por melhorias ambientais ao indivíduo, camuflando os principais agentes da degradação ambiental (Layrargues, 2022).

> O agricultor tem que sentir no bolso. Não adianta ficar dizendo que é mais sustentável, que protege o meio ambiente, não! Você tem que falar a língua dele. Quando você informa que é muito mais barato, ele entende muito mais [Obervação participante]
>
> Agora, tenta convencer que ele (o pequeno produtor) tem que deixar uma parte preservada, com mata, *pra* você vê, hum [Observação participante]
>
> Tem comunidade que quer participar. Quando a comunidade acolhe o projeto é uma maravilha [Observação participante]
>
> Eu já falei até com a direção, que é melhor fazer os projetos assim na comunidade que quer mesmo participar [Observação participante].

No caso da educação ambiental realizada através da assistência técnica rural (ATER), as OSCs oferecem às comunidades rurais, dentre outros aprendizados, o ensino de técnicas de plantio e de produção de defensivos orgânicos e de seus benefícios econômicos e ecológicos em detrimento dos defensivos químicos, com vistas à preservação do solo e dos recursos hídricos, além de vislumbrar uma diminuição nos custos de produção dos pequenos agricultores (Caderno de Campo, 2023). Um trabalho deveras relevante, uma vez observadas as recomendações mencionadas sobre a contextualização das atividades e da não camuflagem da estrutura sistêmica existente em cada pauta levantada. Assim, não se nega a importância da assistência técnica, o que se discute é a macroescala em que o tema, sobretudo no que tange o uso dos agrotóxicos, está inserido. Só entre 2019 e 2022, foram liberados 2.182 agrotóxicos químicos no Brasil, isso equivale a 2 novos agrotóxicos por dia, sendo a maior parte de uso proibido na União Européia. As commodities são as que mais se beneficiam desse uso em larga escala. Em contrapartida à liberação, a política de vigilância da saúde em populações

expostas aos agrotóxicos só foi desenvolvida em 2012 (Greenpeace, 2024). Em 2024, um latifundiário devastou, com o uso de agrotóxico químico, uma área de 80 mil hectares de terra no Pantanal Matogrossense (G1, 2024), bioma estabelecido pela Constituição Brasileira como patrimônio nacional (Art. 225, §4º). Considerando o descalibrado acesso aos meios de produção, como salientou Otto Maduro (1985), alinhada à afirmação de McCormick (1992) de que a degradação ambiental e a injustiça social são faces da mesma moeda, cabe perguntar: como pode um único indivíduo possuir sozinho uma área equivalente à cidade de Campinas, em São Paulo, enquanto o MST (também assistido pela atividade de ATER), por exemplo, encontra dificuldades em regulamentar terras para o assentamento de famílias agricultoras? Como foi possível esse fazendeiro aglomerar um latifúndio tão expressivo, enquanto indígenas precisam justificar suas permanencias em territórios muito menores? Há algum trabalho de educação ambiental desenvolvido também com os grandes proprietários de terra ou apenas pequenos produtores têm sido alvo dessa educação?

Para Pirages (2011) a resposta ao questionamento pode estar atrelada ao paradigma da sociedade industrial dominante. Paradigma esse fundado em um conjunto de crenças e valores que inclui os direitos indiscriminados à propriedade privada, a fé na ciência e na tecnologia (o lançamento dos agrotóxicos foi feito por aviões e drones), no individualismo (não é a única fazenda sob sua posse), no crescimento econômico, na sujeição da natureza e na exploração dos recursos naturais. McCormick (1992), visitando textos de Lynn white (1967), relaciona as raízes desse paradigma e a destruição histórica da natureza ao antropomorfomismo judaico-cristão. O cristianismo, argumentam os autores, é a mais antropocêntrica das religiões, quando dissemina ser desejo de Deus que o ser humano explore a natureza para seus próprios fins, outorgado pela ordem de dominar sobre todas as espécies. “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a” (Gn 1:28). Isso sem contar sua imensa contribuição no sistema sociopolítico e econômico do colonialismo, catequizando indígenas e negociando pessoas negras durante todo esse período (Santos, 2015). Ou seja, as estruturas fundadas desde o século XV parecem firmes até a contemporaneidade, segundo as reflexões de McCormick (1992) e White (1967).

A discussão não caminha em direção à invalidação das atividades desenvolvidas pelas OSCs com os pequenos agricultores, de forma alguma. Já, inclusive, ressaltamos aqui a contribuição de suas ações para o Território. O viés da discussão caminha em consonância com a literatura de Layrargues (1999), que nos orienta a não despolitizar as atividades de educação ambiental, tratando unicamente a resolução pontual do problema

abordado e não tornando-o um tema gerador de reflexão. “A Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político” como afirma o 4º princípio do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (ONU, 1992). Essa educação ambiental baseada na criticidade e no interesse pela complexidade da relação humano-natureza, privilegia a dimensão política da questão ambiental e questiona o modelo operante no *status quo* (Silva, 2007). Articular atividades educativas com o viés unicamente ecológico ou econômico incorre-se no risco de, mesmo bem intencionado, se colocar á favor da manutenção da racionalidade moderna vigente, que assimila a lavagem verde (Greenpeace, 2020) e despreza a profundidade da discussão em torno da temática.

Tomamos a assistência técnica como fio condutor da problematização, mas a mesma linha de reflexão poderíamos seguir para as demais atividades, como a de limpeza das praias (por que há lixo ali? De onde vem? Quem produz? Quem descarta?), do plantio de mudas (quem devastou? Por qual razão? A quem interessa essa devastação?), da coleta seletiva de resíduos sólidos (discute-se a falta de saneamento básico? Discute-se, além da reciclagem, o consumo?) e as palestras nas escolas (discute-se a presença majoritária de crianças fenotipicamente brancas na rede particular e das fenotipicamente negras nas públicas? A qualidade de ensino é a mesma?). Se não nos propusermos a refletir sobre esses e tantos outros questionamentos que cada atividade suscita, podemos nos distanciar de propostas pedagógicas centradas na criticidade e emancipação dos sujeitos, aprendentes e ensinantes, como nos alertaram Jacobi, Tristão e Franco (2009) e nos aproximarmos de práticas educativas vazias, abandonando a complexidade da temática, deixando de lado e esquecendo que todos os vieses socioecológicos fazem parte de uma mesma estrutura que matém o poder de quem historicamente o detem (Layrargues, 2022).

De acordo com o levantamento de dados, majoritariamente, tanto voluntários quanto corpo diretório das OSCs possuem formação acadêmica e as atividades que serão executadas são definidas pelo alinhamento do edital com o perfil da instituição, válido para as que pleiteiam recursos via editais, e a partir da diretoria para as demais instituições (Caderno de Campo, 2023). Há pouca participação da população atendida nos espaços decisórios. Os momentos em que acontece, essa participação aparece de maneira mais consultiva, sendo a maior parte das atividades feitas para e não com o público alvo, aspecto que se distancia da proposta de EAC (Sorrentino, 2008; Jacobi et al., 2009; Carvalho, 2008). Embora não seja objetivo dessa pesquisa a categorização das correntes de educação a que as organizações se filiam, julgo importante pontuar essa questão para tentar vislumbrar um pouco o panorama das ações socioambientais desenvolvidas no

Território e assim rastrear, ainda que inicialmente, em que direção as organizações caminham. Se mais alinhadas às SS ou ao DS, uma vez que aquelas que recebem financiamento (privado e governamental) para realização de projetos, devem atender aos objetivos de desenvolvimento sustentável como indicadores sociais (Caderno de Campo, 2023).

8.8 As OSCs e a conscientização ambiental

Alguns termos foram recorrentes e comuns entre as insituições em alguns momentos da coleta de dados. Entre eles, os que emergiram com maior frequência faziam alusão a uma consciência ambiental, termo alinhado ao 3º Princípio da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global trazido pelo Tratado de EA, onde afirma que a "EA é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária..." (ONU, 1992, p.2). Vejamos:

- "A Associação Despertar Trancoso visa **desenvolver a consciência** integral do SER, atuando em 3 pilares de educação, tendo como resultado o turismo sustentável para toda a comunidade" (Associação Despertar Trancoso, 2024, grifos nossos).
- **"Despertar o espírito** da cidade fiscal na sociedade organizada, **tornando-a proativa** e dotando-a de ferramentas adequadas para o exercício do controle e da vigilância social visando a conquista da justiça social e eficiência da gestão pública, de forma integrada à Rede OSB de Controle Social" (Observatório Social de Porto Seguro, 2024, grifos nossos).
- **"Promover a conscientização humana** quanto à imprescindível necessidade de se preservar a Mãe Terra, reconhecendo-a como a grande provedora da vida" (Instituto Mãe Terra, grifos nossos).
- "Em Arraial D´Ajuda, Bahia, um grupo de pessoas se uniu para plantar 1 milhão de árvores e **difundir consciência ambiental"** (Associação Verdejar D´Ajuda, 2023, grifos nossos).
- "A partir da **consciência de que precisamos recuperar o rio** dos Mangues, a ONG Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS) escreveu o projeto 'Porto das Águas' que iniciou a sua primeira fase em maio de 2022" (Movimento de Defesa, Preservação e Sustentabilidade, 2023, grifos nossos).

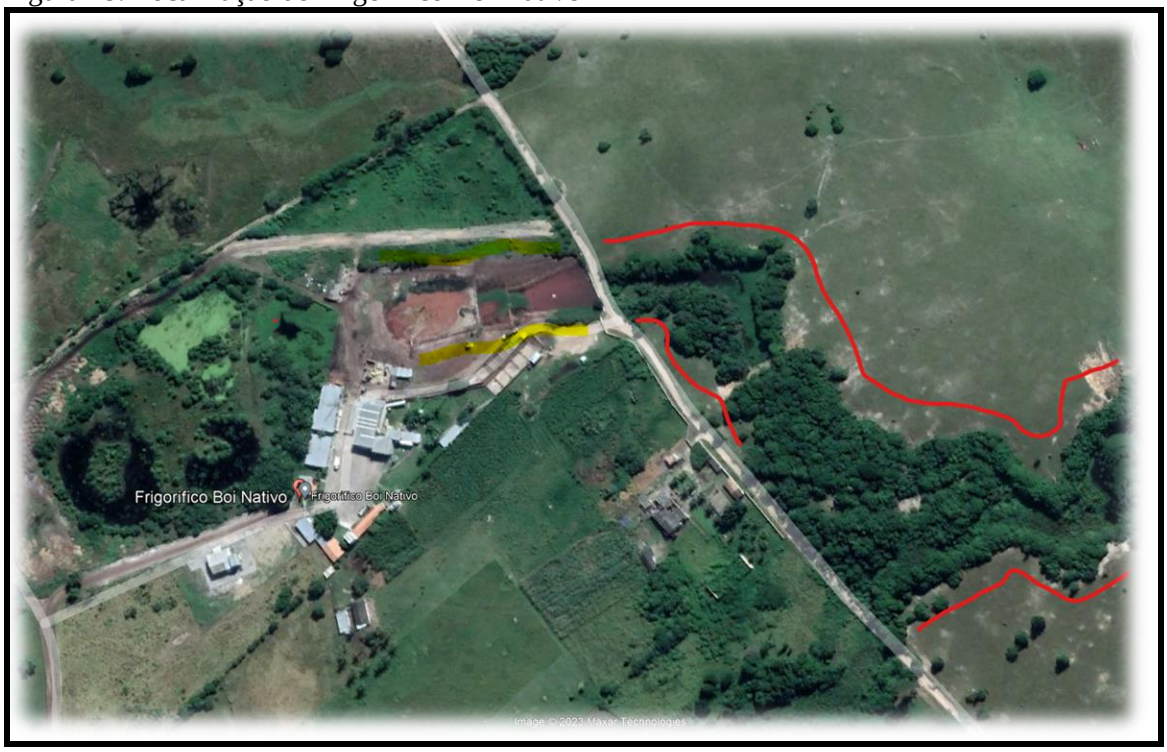
Acolho a recomendação de Rosana Silva (2007) e de Daniel Cavallari et al. (2001) que me instruem a ser vigilante quanto à forma genérica de apresentar o ser humano ou a humanidade quando discutirmos as questões socioambientais. Os autores, analisando o material de EA apresentado em programas de TV, observaram que os textos eram permeados de falas como “a humanidade vem destruindo o planeta’ ou “o homem está poluindo os nossos rios”, apresentando um homem genérico, em detrimento de um homem concreto, historicamente determinado. Nas frases citadas, ficam ocultas as respostas a questionamentos como: qual humanidade está destruindo o planeta? Quem é o homem que está poluindo o rio? A quem tem “pertencido” o “nosso” rio?

Quando se aborda uma ação danosa, a recomendação de Loureiro (2006) é a de investigar: quem realizou a ação danosa? Com quais interesses? Nesse sentido, evita-se o discurso abstrato que coloca na espécie humana uma maldade ou bondade inerentes, como se os indivíduos interagissem com o planeta sem mediações sociais, sem ser parte de uma sociedade e sem possuir um código de valores que regem suas ações. Sob a mesma linha investigativa, podemos indagar às OSCs: quem está inconsciente ambientalmente? De igual modo, quem são os que já se conscientizaram? Qual população no Território não possui um espírito proativo?

Podemos repetir o mesmo exercício que fizemos anteriormente em relação às atividades de educação ambiental e tomar alguns episódios ocorridos no Território para refletir sobre as questões levantadas. Observemos os ocorridos com as empresas Boi Nativo, Naturaves e Veracel Celulose.

Uma associação de moradores protocolou denúncia ao Ministério Público contra a empresa Boi Nativo, que opera como matadouro e frigorífico. Segundo a denúncia, a empresa realiza o despejo de seus efluentes dentro do recurso hídrico, próximo a suas instalações. Esse descarte tem sido realizado em um dos afluentes do rio Buranhém, considerado o de maior relevância para o fornecimento de água da região (CONDESC, 2016). Os efluentes de frigoríficos possuem alta carga orgânica, variações de Ph, concentração de nitrogênio, fósforo e sal, além de alta carga de DBO (demanda bioquímica de oxigênio) e DQO (demanda química de oxigênio). Esse tipo de efluente pode ser classificado como agente de poluição das águas, acarretando ameaça à saúde pública e à qualidade de vida aquática (Pacheco, 2008; Feistel, 2011). A tramitação da denúncia corre no Ministério Público de Eunápolis (Caderno de Campo, 2023).

Figura 28: Localização do Frigorífico Boi Nativo



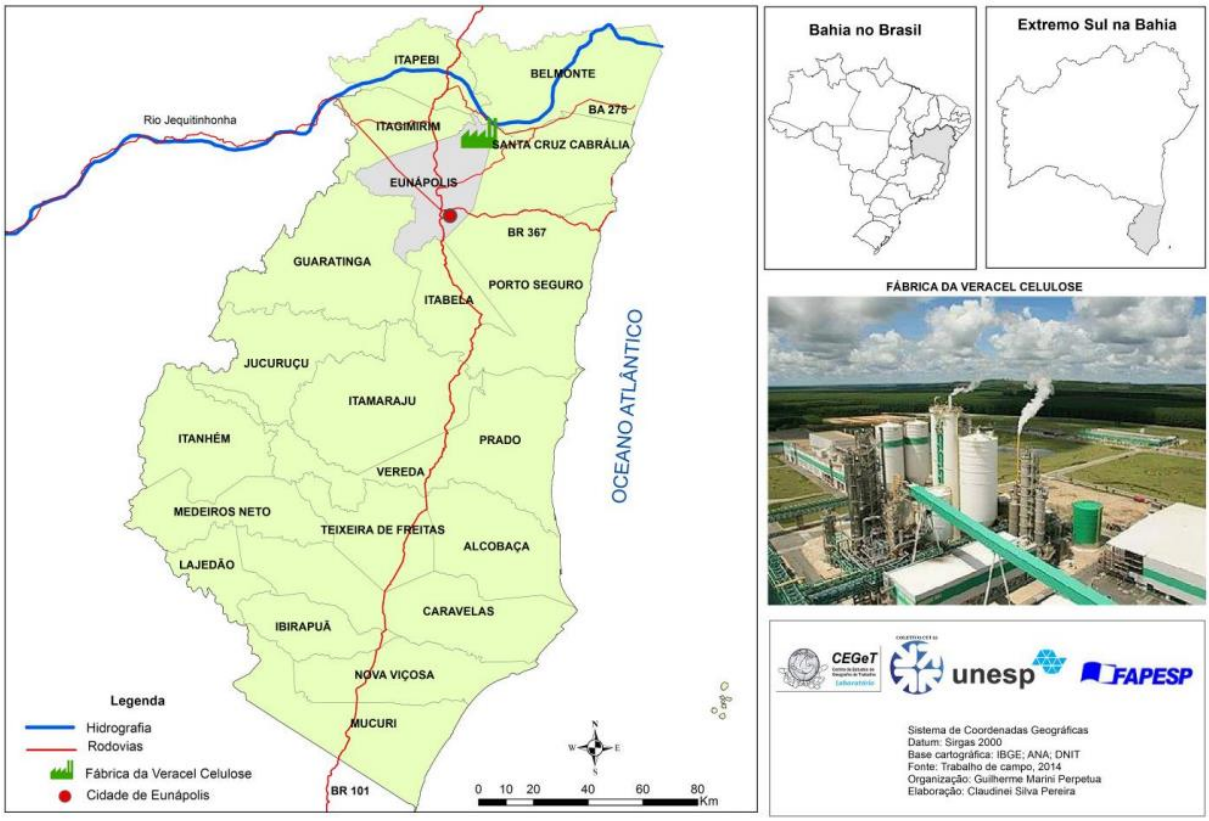
Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2023 (em vermelho o corpo hídrico, em amarelo a destinação dos efluentes)

Em relação à Naturaves, pertencente ao grupo capixaba Cesconetto, a empresa iniciou suas operações no ano de 2006, com uma produção de 120 mil aves abatidas por mês. Atualmente são um milhão e cem mil aves abatidas e vinte e sete milhões de ovos produzidos (Naturaves, 2024). A empresa, que se autointitula focada em aprimoramento de técnica e valorização de pessoas, enfrenta mais de sessenta processos e medidas judiciais protocolados no Ministério Público. As denúncias foram feitas pela Associação dos Produtores e Produtoras Rurais do Assentamento do MST Irmã Doroty. Alegam que a empresa faz os descartes dos rejeitos dos animais, confinados nas granjas, nos pastos de suas propriedades (A Gazeta, 2021). Recentemente, tanto a Associação quanto os moradores da Roça do Povo, comunidade do entorno que relata desconforto com mau cheiro provenientes da fábrica, solicitaram um laudo técnico particular onde foi constatado inconformidades na qualidade do ar nas dependências das produções de ovos. Não houve possibilidade de acesso ao laudo técnico, uma vez que o processo corre em segredo de justiça (Caderno de Campo, 2023).

O monocultivo do eucalipto é outra questão que envolve conflitos quanto ao uso e ocupação do solo no Território. Em 2002 houve o anúncio da construção da fábrica da Veracel, um empreendimento em parceria entre a empresa brasileira Aracruz Celulose

(atual Fibria) e a suecofinlandesa Stora Enso, que vem expandindo seu processo de transnacionalização por meio de aquisições e fusões (Malina, 2013), baseada em uma estratégia que visa diminuir custos produtivos e reduzir a dependência da empresa quanto ao abastecimento de matéria-prima (Souza; Overbeek, 2008). Em pelo menos duas ocasiões (maio e outubro de 1993), as atividades da Veracel foram embargadas pelo Ministério do Meio Ambiente, por constatações de desmatamento em áreas de Mata Atlântica (Fase; Ibase; Greenpeace, 1993). De toda forma, em 2005 a fábrica foi inaugurada na Costa do Descobrimento.

Figura 29: Localização da fábrica da Veracel Celulose no município de Eunápolis



Fonte: Perpetua (2016)

Onde se instalam, fábricas desse porte necessitam de áreas contíguas de centenas de milhares de hectares de eucalipto plantado. Necessitam de condições geográficas favoráveis e também de condições sociais, políticas e logísticas vantajosas. No caso da Veracel, observa-se que houve a produção de produtos primários, com baixo valor agregado, pouco intensiva em mão de obra, porém voraz consumidora e degradante de outros recursos presentes no Território, tais como terra, água e infraestruturas diversas, integrando o quadro moderno e competitivo, porém seletivo e excludente, mantendo pouca interação com seu entorno (Perpetua, 2016, p.57).

> Em grande parte, esse processo tem se dado sobre terras cuja propriedade é objeto de disputas jurídicas ou comprovadamente griladas, sendo sacramentado na expropriação de territórios tradicionalmente ocupados (Almeida, 2004, p.57).

O plantio, em 2012, espalhava-se pelos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Canavieiras, Mascote, Itapebi, Itagimirim, Itabela e Guaratinga, ocupando uma área de 211.152 hectares, de um total de 605.500 hectares plantados com eucalipto no estado da Bahia (Veracel, 2023). Um ano após a inauguração da fábrica, o crescimento da área plantada com eucalipto no estado já se mostrava superior a 40%. Em 2014 o total havia praticamente dobrado em relação a essa área inicial (Perpetua, 2016). Mesmo a empresa atestando que todo o plantio é realizado em áreas já desmatadas, há registros de graves acusações da derrubada de grandes áreas de Mata Atlântica nativa para o plantio de eucalipto e de forçar a expulsão de posseiros primários de suas terras (Guerra, 2014). Para as comunidades de pequenos produtores, a principal ameaça consiste na perda das terras decorrente da pressão exercida pela expansão de área impressa pela empresa. Muitas famílias deixaram o campo após o avanço da monocultura do eucalipto nas últimas décadas, e muitas outras têm resistido duramente às adversidades no enfrentamento com o capital (Abreu, 2010).

Diante do quadro exposto, cabe questionar: quem é a população do Território que precisa desenvolver consciência ambiental? Quem são os atores e atrizes sociais que precisam ser educadas para que sejam proativas e se envolvam com as questões socioambientais locais? Continuando no caminho reflexivo sugerido por Silva (2007) e Cavalli etal. (2001), ao que tudo indica, os episódios apresentados não revelam uma população genérica, antes o contrário, é possível identificar alguns agentes sociais nos relatos. Eles indicam moradores de comunidades se organizando enquanto associação e denunciando inconformidades ambientais, pequenos produtores rurais resistindo ao avanço do monocultivo e pessoas assentadas pelo MST reivindicando qualidade do ar de suas comunidades. Revelam também uma multinacional que anseia por mais Mata Atlântica, água e solo, um frigorífico lançando efluentes no corpo hídrico da região e um abatedouro de aves que lança seus rejeitos na comunidade do entorno, prejudicando a qualidade do ar. Diante dos episódios explanados, o que possivelmente se apresenta, são atores conscientes, onde cada grupo reage às questões sociopolíticas do Território dentro de seus próprios códigos de valores (Loureiro, 2004).

O diálogo, a problematização e a criticidade levantada nas pautas são sob a recomendações de Jacobi, Tristão e Franco (2009) e Layrargues (1999), não em negação à relevância do trabalho executado pelas organizações. Já foi ressaltado aqui a importância do trabalho prestado por elas. Desenvolveram cartilhas explicativas, com linguagem menos acadêmica voltada para agricultores, prestaram assistência jurídica à associação indígena da Jaqueira, que a partir dessa formalização desenvolveram estratégias para captação de recursos, inclusive do governo do Estado. Também regeneraram áreas ao longo do Buranhém, do corredor ecológico Porto Cabrália, mantém-se vigilantes quanto à fiscalização dos gastos públicos, participaram do plano de arborização da cidade, ou seja, é um legado importante, que contribui para a tentativa de arrefecimento dos impulsos capitalistas exploratórios presentes na região.

8.9 E vós, quem dizeis que eu sou? O povo daqui e os de fora

[Girlane] - Dentro da classificação etnográfica, você se considera uma pessoa branca, uma pessoa negra, uma pessoa amarela, indíg..[interrupção do entrevistado]

[Entrevistado] Negra.

[Girlane] - Você acha que essa questão racial, dentro do teu processo seletivo, foi relevante, ou ela passou despercebida?

[Entrevistado] - Cara, eu acho que a disputa foi....repete a pergunta, desculpa

[Girlane] -Você acha que foi um fator de escolha, além da tua competência técnica?

[Entrevistado] - Sim, eu acho que pesou um pouco também porque umas das pautas que eles procuram *pra* selecionar as pessoas é que ela seja do território, a pessoa tem que saber se comunicar com **as pessoas daqui**, né? Porque, por exemplo, ah não adianta você trazer uma pessoa que é de fora, pra lidar com **pessoas daqui** e essa pessoa num vai saber como lidar.

[Girlane] - Tem que entender a cultura?

[Entrevistado] - Mas também eles procuram profissionais, por exemplo: ah, se **a pessoa daqui** não tiver apta, também num é justo, né? Contratar uma pessoa que não tem...tem que reunir todas essas questões, né? [Entrevista 4]

O pessoal daqui é muito ruim de trabalho. O povo não quer trabalhar não, prefere viver de bico [Observação participante]

De uns anos pra *cá* ficamos mais técnico, aí *num* tem jeito, funciona como empresa. O efetivo que a gente tem hoje é preparado, mas é ruim conseguir **mão de obra aqui** [Entrevista 6].

Há momentos de gargalo. Tem horas que a gente até consegue ir desenvolvendo bem as atividades, mas sozinhos é difícil. A gente tenta motivar **a população**, mas é difícil [Entrevista 7].

O povo daqui é tranquilo demais, cê ta doido! O povo num se envolve em nada, não quer nada. Eu sou meio anarquista, tinha era que quebrar tudo, mas o povo é meio morto [observação participante]

A gente tentou fazer funcionar até 24h, mas pergunta se funciona **aqui**...nada...a gente tenta botar o ritmo de cidade grande, mas num vai, cara. **Aqui** num dá! [observação participante].

Compilado de alguns dos diálogos travados em grupos de WhatsApp de voluntários

Bem, isso eh...o atraso na cultura é triste...**no interior da Bahia** ainda se ensina o alfabeto como a be ce de fe me ne gue...

Pensam, falam e escrevem muito bem **na Bahia**. Melhor do que no RJ, a meu ver. Essa cartilha, pelo visto, funciona.

Mas esse discurso ´**gente de fora´ x ´nós´** é sempre muito perigoso

Já faz 4 anos que essa prefeitura se diverte a destruir toda vegetação urbana...mas parece que **o ´povo´**gosta, já que reelegeram com folga.

Quem desse grupo vota em seu estado de origem? Quem elegeu foi **o povo daqui**.

Povo mal educado, sem cultura. 20 milhões de analfabetos e uma grande soma de analfabetos funcionais. O que esperar da **cultura do NE** brasileiro com 30 anos de atraso em relação ao **restante do país** devido ao coronelismo?

Nada de analfabeto funcional, só pessoas que sabem que nunca vão ser punidas pra fazer errado. E que vem **aqui** justamente pra isso, pois sabem que nas cidades do sul ou na Europa nunca poderia se permitir o décimo disso.

Não acho que seja um problema do NE. É do Brasil e do mundo. Gente mal educada existe em qualquer lugar. E não podemos nos esquecer que **os mal educados aqui de Arraial** vêm de muitos estados do Sudeste.

Vivo nos Corais, no alto da Pitinga. Bairro de classe média alta. É absurdo o nível de **ignorância das pessoas aqui**...Pessoas do Rio, de Minas, Sp, etc...

"A construção de uma cidade não se dá somente pela expansão de seus espaços geográficos em aço e concreto", afirma Ludmila Martins (2012). Essa construção, segue a autora, é marcada pelos processos de (re)produção e apropriação dos espaços urbanos por diferentes grupos sociais, fato diretamente ligado à dinâmica de ocupação. Os diferentes grupos formulam normas de socialização distintas, que por sua vez definem várias formas de relações sociais no que se refere à convivência entre os atores e atrizes

locais. Diante disso, vale questionar: quem seria o povo daqui, mencionado nas entrevistas e em vários momentos de observação participante? E quem seriam os de fora? Vamos continuar nos exercitando na reflexão a partir de alguns fatos históricos.

Depois da invasão portuguesa e do longo período de exploração de madeira que sua permanência exerceu, Porto Seguro se manteve longe da especulação econômica até meados do século passado. Não se sabe se esse fato ocorreu devido às condições naturais, como grande umidade, litoral recortado e densidade florestal, ou se pelo fato de ter sido usada como "tampão" pela coroa portuguesa, na tentativa de evitar o contrabando do ouro das Minas Gerais no século XVIII (Perpetua, 2016, p.55). Seja como for, a chegada da BR-101, na década de 1970 e de outras rodovias estaduais, abriram espaço para os interesses comerciais e o cenário foi sendo alterado (Cunha, 2006). Na década de 1980, a crise cacaueira na região sul da Bahia provocou um fluxo migratório para Porto Seguro. Os trabalhadores partiram em direção à cidade em busca de emprego, principalmente na rede hoteleira, que recebia incentivo do Estado Baiano para a construção de uma estrutura turística como proposta de solução para crise que atingia a região de Itabuna e Ilhéus. Porto Seguro, que desfrutava ainda de ares de aldeia de pescadores, sofre, então, um crescimento urbano repentino e vê a especulação imobiliária comprimir a população para bairros periféricos e avançar na perda da vegetação nativa (COSTA JÚNIOR; SATURNINO, 2006, apud ROCHA, 2008, p.2). Considerando esse histórico de ocupação, talvez caiba questionar: seria o povo daqui aqueles que viviam no Território antes da migração dos trabalhadores da região cacaueira e da especulação econômica? Os que aqui se instalaram desde essa época podem ser considerados povo daqui?

Também podemos seguir investigando sobre nossas indagações, observando o evento que ocorreu no Território no ano 2000. Como bem salientou Herschmann e Pereira (2000), as celebrações dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil são uma ocasião extremamente rica e interessante para se observar as disputas simbólicas em torno da construção da identidade do território portosegurense. Por volta de um ano antes, foi instalado no centro da cidade um relógio, desenhado pelo austríaco Hans Donner, marcando a contagem regressiva até a virada do milênio. A indústria da moda, à época, lançou também as versões de pulso do relógio (Porta-Retrato, 2010). Chegado o dia 22 de abril, as comemorações foram iniciadas com uma missa em Coroa Vermelha, contando com a presença do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Jayme Chemello, da apresentação da orquestra sinfônica e também com a apresnetação de corais infantis e da cantora Daniela Mercury cantando Ave Maria ao final da celebração. Houve

um simbólico pedido de perdão da Igreja aos inndígenas e negros do Território (Rodrigues, 2019). No centro histórico, encontraram-se o então presidente de Portugal, Jorge Sampaio, e Fernando Henrique Cardoso, que presidia o Brasil à época.

Figura 30: Encontro entre os presidentes do Brasil e de Portugal nos festejos dos 500 anos

Fonte: Jornal do Sol, 2019

Figura 31: Autoridades reunidas na Cidade Histórica. Ator caracterizado de Cabral

Fonte: Jornal do Sol, 2019

Houve a destruição do monumento feito pelo povo pataxó para as vítimas da invasão portuguesa e a única escultura permitida foi a obra do artista Mario Cravo, uma

cruz metálica fincada em Coroa Vermelha, em um local onde supostamente teria sido celebrada a primeira missa no Brasil (GabeIra, 2000). Sob o aspecto cultural, afirma Rodrigues (2019), podemos dizer que o monumento de Coroa Vermelha representa a cultura dominante, ou seja, a cultura lusocêntrica e católica, sob a qual foi moldada a sociedade brasileira ao longo dos séculos. A ereção do monumento nas festividades dos 500 anos de invasão é a reafirmação dessa cultura exógena, que aloca a cultura indígena, nesse aspecto, como coadjuvante e os indígenas como expectadores das celebrações dos "heróis" da esquadra portuguesa, exaltados ao pé da cruz (Rodrigues, 2019, p.63).

A festa planejada para ser uma grande comemoração ao estilo do bicentenário dos EUA, não obteve o resultado que esperava. Grupos sociais como o MST, indígenas pataxós e representantes do movimento negro, aproveitaram a ocasião para evidenciar a violência e as desigualdades sociais produzidas ao longo dos 500 anos (Herschmann; Pereira, 2000). A mídia repercutiu como negativa a exclusão da população local. O policiamento bloqueou as estradas, sitiando a cidade e controlando quem entraria e quem não poderia festejar. A justificativa foi de que havia chefes de Estado e muitos líderes políticos aos quais a integridade se deveria preservar. Houve forte repressão policial aos manifestantes contrários ao evento, como líderes do MST, que foram detidos em Eunápolis, impedidos de participarem das comemorações, assim como repressões contra o povo pataxó, que foram impedidos de se deslocarem a Porto Seguro (Rodrigues, 2019).

Figura 32: protesto indígena contra as comemorações dos 500 anos

Fonte: Jornal do Sol, 2019

Figura 33: repercussão da mídia sobre as comemorações dos 500 anos

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo, domingo, 23 de abril de 2000

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 ★ ANO 80 ★ Nº 25.953 ★ R$ 2,50

Conflito marca festa dos 500 anos

★ Ação usa bombas de gás contra pedras e flechas; não houve mortes

★ Policiais prendem 141 pessoas por 'alteração da ordem pública'

★ Cerco impede a entrada até de moradores em Porto Seguro (BA)

Associated Press

A comemoração oficial dos 500 anos do Descobrimento foi marcada por dois confrontos entre policiais e manifestantes na BR-367, que liga Porto Seguro a Santa Cruz Cabrália (BA) —141 pessoas acabaram sendo presas pela PM.

O primeiro conflito ocorreu por volta das 9h, quando cerca de mil integrantes do movimento "Brasil Outros 500" foram impedidos, por igual número de policiais, de prosseguir passeata a Porto Seguro.

No segundo, às 11h, 4.000 manifestantes que vinham de Coroa Vermelha foram barrados por 300 policiais, com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Índios reagiram com pedras e flechas.

Barreiras impediram o acesso até de moradores a Porto Seguro. A PM da Bahia disse que a ação visou manter a ordem pública. Págs. 1-4 e 1-5

Em discurso, FHC pede tolerância

O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem, durante almoço em Porto Seguro (BA), "a tolerância com as divergências", "a busca paciente do consenso" e pedi-

Policial grita com índio em ação que interrompeu a marcha de protesto em Coroa Vermelha (BA), no evento dos 500 anos; 141 pessoas foram presas

Fonte: Google, 2024

> (...) quem operou essa diplomacia racial foi a Polícia Militar baiana. Ela, estimulada pelo governo federal, está bloqueando estradas e já anunciou que não deixará entrar o movimento negro nem os sem-terra ou os sindicalistas que se deslocam para Porto Seguro. Existe uma linha de coerência entre o Descobrimento, a ocupação e essa festa delirante que pretende excluir os índios e os negros, reduzindo-nos a uns brancos solenes e sem graça, possivelmente fazendo discursos emocionados. Os organizadores da festa dos 500 anos escolheram ficar de costas para a África e, naturalmente, querem os índios agitando bandeirolas do Brasil, cantando o Hino Nacional. Há muitas versões desses 500 anos. Reprimir essa diversidade e reduzi-la ao programa oficial é apenas mais um delírio, entre tantas loucuras que vieram dar nessa praia. (Gabeira, 2000, p.9).

Diante desse episódio das festividades, intitulado pelo movimento anti-comemoração como "Brasil: outros 500", organizado por indígenas, negros, sindicalistas, sem terras e quilombolas, que marcharam contra a versão oficial do "Descobrimento" (Le Monde, 2020), faz-se oportuno questionar: quem seria o povo daqui? Seriam os que foram

impedidos de participar das festividades? Caso sim, por que foram impedidos, uma vez que são daqui do Terrritório? Seria o povo daqui os organizadores das comemorações?

Para Milton Santos (1999), território deve ser entendido como fundamento do trabalho, do lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Já o sentido de identidade está relacionado ao fato de pertencer a algo que nos pertence. Sob uma perspectiva mais política, o geógrafo Claude Raffestin (1993) destaca que território se dá quando há o estabelecimento de jogos de poder que o delimita e que se inserem dentro do sistema de ações. Nesse caso, para o autor, território seria "a parcela do espaço dotada de poder." O território portossegurense está inserido num cenário de perspectivas ideológicas diferentes umas das outras. Como é o caso da questão latifundiária, da exploração ambiental, da especulação imobiliária e de tantos outros, que geram conflitos travados entre a população, o Estado e proprietários de terras (SEPLAN, 2016). Cada grupo residindo e identificando o pertencimento ao território sob sua própria perspectiva.

Diante disso e pontuando que todos os diretores das OSCs não são originários do Território (será que são tomados como povo daqui?) um exercício importante seria questionar sob qual perspectiva se deseja participação popular (Caderno de Campo, 2023). Seria associando-se às organizações, seria essa a expectativa de participação popular? Seria contribuindo financeiramente? Sob quais expectativas o povo daqui (seja lá ele quem for) é tomado como ruim de trabalho? Sob qual molde o julgamento é feito? Sob qual perspectiva de pertencimento? Sob quais códigos de valores? E, como bem pontuou Rosana Silva (2007), outro exercício igualmente importante seria pontuar quem é essa população genérica. Por que os que se organizam em uma marcha anti sistêmica, não soam como "sem cultura" e os que se organizam enquanto associação e protocolam denúncia às irregularidades ambientais não se assemelham a "analfabetos", "sem educação" (ambiental ou de etiqueta). Tampouco os que mantiveram de pé o maior fragmento de Mata Atlântica encontrado no Brasil (IPHAN, 2024), não me parecem "atrasados", exceto se referenciados ao "progresso" moderno. Seja seja lá quem forem os de fora e os daqui, é válido relembrar que, embora acolhedora, essa é uma terra vermelha, de Pataxós, Pataxós Hã Hã Hãe e Tupinambás (Cerqueira-Neto et al., 2020).

9.0 Considerações Finais

Diante do que foi discutido, firmada na reflexão da bibliografia trazida, é bem possível que a estrutura societária brasileira esteja imersa numa racionalidade eurocentrada, que valoriza o conhecimento técnico em detrimento do saber local e que a partir da supremacia humana sobre o meio natural, explora pessoas e territórios sob a validação sistemática da tradição judaica-cristã (Ferreira; Silva, 2017; Berguer, 1985; Burity, 2001). Como bem pontuou Pedro Cardoso (2025), "o iluminismo desfez o mundo medieval, mas não desfez a nobreza. O lugar de duques, reis e princesas foi ocupado por comerciantes burgueses, seus políticos e suas celebridades". Levaram séculos formando o perfil que continuaria a ocupar esse lugar: os brancos, héteros, urbanos, industrializados e cristãos (Mendes, 2020; Césaire 2020). Nesse sentido a inteligência e potência de povos negros, latinos, indígenas e quilombolas não foram mencionados nos livros didáticos, na mídia, na ciência, na política e em nenhum outro espaço de poder que se coloca a favor da manutenção do *status quo*.

À luz de Otto Maduro (1981, p.80), essa invisibilidade é útil à minoria que controla, de modo assimétrico e acelerado, os meios de produção e a partilha dos bens indispensáveis à sobrevivência de todos. Sendo acelerada, sobretudo após a Revolução Industrial, a matriz de produção adotada pelo ocidente opera dissonante ao ritmo do ecossistema terrestre (Andrade; Romeiro, 2009). Em sendo assimétrico, esse modo de produção faz com que a minoria aumente progressivamente seu poder, enquanto encurrala a maioria para uma situação de subordinação e miséria.

Com as lentes desse histórico, olhando o cenário portussegurense, a partir do recorte do Movimento formalizado, seria incongruente não pontuar o fato de todos os diretores das OSCs serem fenotipicamente brancos (Caderno de Campo, 2024). A maior parte dos voluntários também o são. Ora, não se está adjetivando esse fato, definindo como bom ou ruim, mas diante do desenho delineado pela discussão trazida até aqui, é um aspecto que salta aos olhos.

Figura 34: parte da diretoria e do corpo de voluntários da ASV

Fonte: Associação Socioambiental Verdejar D´Ajuda, 2024

Figura 35: parte da diretoria da MDPS

Fonte: Movimento de Defesa Preservação e Sustentabilidade, 2024

Figura 36: manifestação do Instituto Despertar Trancoso

Fonte: Instituto Despertar Trancoso, 2024

Figura 37: Reunião Institucional do MT

Fonte: Instituto Mãe Terra, 2023

Figura 38: Publicação do quadro de gestores da Sociedade amigos do Arraial

Fonte: Associação Amigos do Arraial D´Ajuda, 2023

Figura 39: Reunião da comunidade e associações com a Secretaria Litoral Sul

Fonte: Observatório Social de Porto Seguro, 2024

Comparo essas imagens das pessoas que planejam, organizam e executam as atividades das OSCs com as do público atendido por elas.

Figura 40: Horto Agroflorestal da Associação Despertar Trancoso

Fonte: Instituto Despertar Trancoso, 2024

Figura 41: Programa Qualifica Bahia desenvolvido pelo MT

Fonte: Insituto Mãe Terra, 2024

Figura 42: visita à aldeia Pataxó Lagoa Doce, Trancoso

Fonte: Movimento de Defesa, Preservação e Sustentabilidade, 2024

Figura 43: Atividade de plantio com crianças da rede municipal

Fonte: Associação Verdejar D´Ajuda, 2024

Observando e comparando as fotos e de posse do conhecimento de que a maior parte dos que realizam as atividades não são originários do Território, que possuem formação acadêmica, que se declaram cristãos e que são fenotipicamente brancos, temo que a transmissão do conhecimento seja de fluxo vertical, partindo de um conhecimento estrangeiro, técnico, branco e cristão em direção ao conhecimento popular, que também pode ser técnico e cristão. Muito embora o caminho em direção às Sociedades Sustentáveis, mais justas e igualitárias, deva mesmo ser percorrido por todos, dividindo conhecimento e experiências e buscando juntos um cenário possível para todas as formas de vida. Sendo uma desconfiança vazia, ou possuindo algum grau de assertividade, a recomendação dessa produção é que o conhecimento seja sempre de fluxo horizontal, trilhando a recomendação de Jacobi et al., (2009) de que todo labor educativo seja feito com e não para a população atendida. Encharcada pelas reflexões sobre o *modus operandi* do colonialismo e de seus efeitos, observar brancos ensinando pardos, pretos e indígenas, me remonta ao período das catequeses. Mas, admito que essa seria uma análise densa demais para se realizar a partir de comparações fotográficas.

A preocupação se dá por conta do que foi discutido ao longo da reflexão, de que esse era o perfil da elite produtora de conhecimento científico e detentora não apenas do saber técnico, mas, para a sociedade europeia, do único tipo de saber válido. Assim, D´Ambrósio (2001) me coloca vigilante ao relembrar-me que toda forma de conhecimento que se encontra fora desse padrão de produção científico é considerado místico, tribal, primitivo, folclórico e não válido.

Também admito que minha análise talvez esteja deveras carregada de parcialidade, como me advertiu Otto Maduro (1981). O autor, refletindo sobre o cenário da Venezuela, seu país de origem, assume que muito provavelmente as observações que faz sobre seu próprio país pode carregar uma passionalidade, uma vez que ele próprio está imerso na cultura que avalia e, talvez, por esse motivo, seu olhar pode se apresentar "contaminado". Mas, por outro lado, continua refletindo Maduro, alguém que se encontre à parte de sua cultura, embora consiga fazer uma avaliação mais racional, menos emotiva, precisaria permanecer boa parte de sua vida imerso nessa cultura para poder apontar algum aspecto com a profundidade que ele consegue. Caminhando sob o chão dessa reflexão, entendo que por ser moradora do Território, por ser alguém afro-indígena e por ter sido cristã, minha percepção pode conter alguma contaminação emocional. Corro o risco de ser tendenciosa, passional. Meu olhar não é neutro, antes é delineado pelo meu próprio recorte e pelas experiências vividas por mim, que não necessariamente foram

experimentadas por mais pessoas do Território. Mas também, certamente é um recorte válido, uma vez que Peter Berguer (1985) me assegura que toda biografia individual é um episódio dentro da história da sociedade e que há uma afirmação que se pode fazer com bastante segurança: “arriscam-se muito aqueles que negligenciam o fator religioso em suas análises das questões contemporâneas” (Berguer, 1977, p.98).

Então, fechando as reflexões aqui levantadas e seguindo a sugestão de Alberto Acosta (2012), é possível imaginar outro mundo. Um mundo diferente do que nos foi estabelecido como único possível. É possível imaginar um mundo sem a dominação dicotômica, que assuma e reverencie a complexidade dos processos ecológicos, das relações sociais e de todas as possibilidades de vivência que o mundo não mono permite. A ideia de Sociedades Sustentáveis caminha nessa direção, a da construção de um mundo mais solidário e mais plural. Para isso, firmada nos pressupostos ideológicos da educação ambiental crítica, aponta e denuncia as estruturas que mantém o atual modelo civilizatório e impedem a transição para um mundo ambientalmente justo. Mas para a construção do mundo almejado pelas Sociedades Sustentáveis, pontos desconsertantes precisam ser tratados com a profundidade que a questão exige, inclusive por parte dos que se empenham em elaborar o conceito das SS. O movimento não pode perder de vista a questão do racismo e nem da reparação histórica que a questão ecológica impõe. “Lidar com a crise do clima sem lidar com o racismo é prática da branquitude” (Ferdinand, 2025), a construção de um mundo igualitário se distancia do que atualmente é visto como ações de inclusão, o de colocar as práticas indígenas e quilombolas em um lugar de exoticidade.

Não é possível ter um discurso crítico sobre qualquer assunto ambiental, ecológico, sem também ter um discurso crítico sobre a produção científica e sem a valoração de todos os tipos de saberes. É importante não apenas constatar e mencionar a existência de povos excluídos dos debates, mas acima de tudo, é necessário que esses povos assumam também lugares nos processos de tomadas de decisão. Desse modo, a construção coletiva das Sociedades Sustentáveis será feita com todos e não para todos. Essa construção precisa estar próxima à criticidade trazida pela Educação Ambiental que estimula não apenas a elaboração de um conceito inclusivo, mas sim de uma perspectiva que não ignora os sonhos, as lutas e a subjetividade dos povos tidos como subdesenvolvidos, muitas vezes truncados pela ação direta das nações consideradas desenvolvidas (Acosta, 2012, p.206). No imaginário do que se idealiza para as Sociedades Sustentáveis não há espaço para a devastação ambiental e social em troca de se conseguir

o que o modelo atual estabeleceu como desenvolvimento. Tampouco há negligência das nossas próprias propostas de modernização, como mencionou Acosta (2012). Uma modernização sem a rejeição de nossas raízes históricas e culturais, sem imitação de um modelo estrangeiro e sem fechar as portas para nosso próprio conhecimento e práticas ancestrais. Só assim, imaginando outros mundos, é possível escapar a esse, que não comporta a todos e todas. Só observando outras cosmovisões, como as indígenas, que não aderem à concepção de um processo linear da vida, onde existe um estado anterior e posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento; riqueza e pobreza determinados pela acumulação ou carência de bens materiais, mas que é antes de tudo holística, cíclica, histórica e complexa, é possível estipular outros códigos de conduta frente à dinâmica da vida coletiva que esteja relacionada com a comunidade e não com o indivíduo (Boff, 2012). Isso não significa dizer que devamos adotar esse ou qualquer outro modelo de organização social como universal, longe disso. O que se traz é a ideia de que é possível a construção de outros modos de se organizar socialmente que não se oriente pela lógica do capital e por sua consequente desarmonização ecológica.

10. Referências Bibliográficas

A BÍBLIA. **A criação dos seres viventes.** 14 ed. São Paulo: Canção Nova, 2015. 1557 p. Velho Testamento.

ABREU, E. L. B. de. **Identidade cultural**: comunidades quilombolas do Extremo Sul da Bahia em questão. Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, 2010.

ACOSTA, Alberto. **O buen vivir**: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M., org. Um convite à utopia. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Vol. 1, p. 203-233.

A GAZETA. **Advogados de associação estão protocolando mais de 60 medidas judiciais contra a empresa NAturaves e Ovos Naturaves**. Disponível em: https://agazetabahia.com/noticias/geral/31432/advogados-de-associacao-estao-protocolando-mais-de-60-medidas-judicias-contra-as-empresas-naturaves-09-09-2021/ , acesso em: 7 de março de 2023

ALMEIDA, Reinaldo de Figueredo. Uso de algortimos de inteligência artificial na gestão de redes sociais e o seu impacto nos processos de difusão do conhecimento. Revista Ponto de Acesso. V.14, n.1, p.172-186, Salvador, 2020.

ANDRÉ, Carlos Ascenso. **Humanismo, Diáspora e Ciências (séculos XVI e XVII):** estudos, catálogo, exposição. Centro de estudos clássicos e humanísticos, Universdidade de Coimbra**.** 2013.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade. Vol.22, n.40, p.95-103. 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **De uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, A. C.; SOARES, J.V. Comparação entre uso de água em plantações de Eucalyptus grandis e floresta ombrófila densa (Mata Atlântica) na costa leste do Brasil. Árvore, Viçosa, v.27, n.2, p.159- 170, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano.** Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 155, São Paulo, 2009.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ARANTES, Antônio. **Museu do Descobriemento: guia cultural**. Campinas: Arantes e Arantes, 2001.

BAHIA. **Territórios de Identidade do Estado da Bahia 2018**. 2018b. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17 , Acesso em: 12 jul. 2021.

BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia e saber científico. Revista Brasileira de Epidemiologia. Vo.1, n.1, 1998.

BARBOSA, Luciano Chagas. **Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco**: tendências e desafios no Brasil. Anais do IV Encontro Nacional da Anppas, v. 4, n. 5, p. 1-21, 2008.

BARROS, Paulo. **Musk dispara e lidera lista da Forbes com fortuna recorde**. Infomoney Business, 2024. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/business/lista-forbes-mais-ricos-do-mundo-2025/ , acesso em: 23 de junho de 2024.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BENTES, Anna. **Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo a partir do Instagram.** 2018. p.192. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro.

BERGUER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGUER, Peter Ludwig. **Rumor de anjos.** 1 ed. São Paulo: Vozes, 1973.

BERLO, David. **O processo da comunicação**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: **Das Cruzadas ao Século XX**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BLACKBURN, Robin. **Em defesa das revoluções**: Capitalismo e escravidão na formação do mundo contemporâneo. Afro-Asia, n.48, p.385-394, 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis**: Vozes, 2012.

BORIS, Fausto. **História do Brasil.** 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BOYD, William; ELLISON, Ralph Waldo. **Social Network sites: definition, history and scholarship.** Journal of Computer-Mediated Communication. Chicago, v.13, n.1, p. 210-230, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental** - Lei no 9.795/99. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRAZILFOUNDATION. **Apoio dos fundos de Educação e de Meio Ambiente e Mudanças climáticas.** Disponível em: https://brazilfoundation.org/edital2023/. Acesso em 21 de maio de 2024.

BRÜGGER, Paula. Os novos meios de comunicação: uma antítese da educação ambiental? In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRUIN, Boudewijn; HERZOG, Lisa; O'NEILL, Martin; SANDBERG, Joakim, **"Philosophy of Money and Finance",** The Stanford Encyclopedia of Philosophy, Metaphysics Research Lab, Stanford University, retrieved, 2018.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BUARQUE, Cristovam. **A Desordem do Progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BURITY, Joanildo. **Novos paradigmas e estudo da religião**: uma reflexão anti-essencialista. Religião e Sociedade, vol.21, n.1, 1977.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** 3 ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura**.** Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas**.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, vol. Especial, Rio Grande do Sul, 2008.

CASINI, Paolo. **As filosofias da Natureza.** 1. ed. Milão: Presença, 1979.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 1 ed. São Paulo: Paz e terra S/A, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**. In: A Sociedade em Rede. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CAUTY, André. Aritmética Maia. **Science American Brasil**, ed. Especial, n.11, p.97, 2001.

CAUTY, André; HOPPAN, Jean-Michael. **Os dois zeros**. Science American Brasil, ed. Especial, n.11, p.97, 2001.

CAVALLARI, Rosa Maria Feiteiro. **Educação Ambiental e materiais impressos no Brasil**: a relação homem – natureza. In: Revista Educação Teoria e Prática. Rio Claro: UNESP – Instituto de Biociências. Vol. 9, n 16, 2001.

CAVALCANTE, José Luiz. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Revista Histórica, n.2, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** 1. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

CHIAROTTINO, Zélia Ramozzi; FREIRE, José Josefran. **O dualismo de Descartes como princípio de sua filosofia natural.** Estudos Avançados, nº 27, Insituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONCEIÇÃO, Valdir Silva; CONCEIÇÃO, Marina Cardoso; SILVA, Dayana Ferraz. Território de Identidade da Costa do Descobrimento: análise do índice de bem-estar urbano. Revista Mbote, vol.1, n.2, 2020.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. **Educação Ambiental, Construção de Sociedades Sustentáveis e os Afetos em Espinosa.** De Oriente a Ocidente: Estudos da Associação Internacional de Lusitanistas, vol.4, São Paulo, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

CRUZ, Otávio Neto; DESLANDES, Sueli Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CUNHA, Ricardo. **Exploração Madeireira**. In: CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam (org.). Mata Atlântica – Uma rede pela floresta Rede. Brasília: RMA, 2006. p. 205–208.

D´Ambrosio, Ubiratan. **A matemática na época das grandes navegações e início da colonização.** Revista Brasileira da história da Matemática, vol. 1. n.1, 2001.

D´Ambrosio, Ubiratan. **Volta ao mundo em 80 matemáticas**. Scientific American Brasil, ed. Especial, n. 11, São Paulo, 2017.

DAVIS, David Brion. **O problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIOP, Cheik Anta. **Nações negras e cultura: da antiguidade negro-egípcia aos problemas culturais da África negra de hoje**. 1 ed. São Paulo: Vozes, 1960.

DRESCHER, Seymour. **Abolition**: A history slavery and antislavery. Cambridge University Pressa, p.115-266, 2009

DUARTE, Carlos Lisnoa; Hegildo Holanda Gonçalves; Nádia Pinheiro Nóbrega. Tudo é número: uma análise conceitual da ideia de número em Pitágoras. Revista Principia**.** nº 33. Divulgação cinetífica e tecnológica do IFPB. 2017.

DONATH, Judith S. **Identity and Deception in the Virtual Community**. In: KOLLOCK Peter e Marc Smith. (organizadores) Communities in Cyberspace. New York: Routledge.1999.

DOUGLAS, Mary. **Como as insituições pensam**. 1ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O Mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FASE; IBASE; GREENPEACE. **Dossiê Veracruz**. Rio de Janeiro, dez. 1993.

FEDERER, Joe. **Psicologia oculta das redes sociais**. 1 ed. São Paulo: M Book. 2021

FEISTEL, J. C.; **Tratamento e destinação de resíduos e efluentes de matadouros e abatedouros. Goiânia**: UFG, 2011. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de Goiás, 2011

FELDMAN, Sergio Alberto. **Da santificação do nome divino ao libelo de sangue**: interações entre judeus e cristãos no período das Cruzadas. Graphos. Universidade Federal da Paraíba, v. 15, p. 1-10. João Pessoa, 2013.

FERDINAND, Malcom. **Excluídos do clima**. Folha de São Paulo, 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/03/lidar-com-a-crise-do-clima-sem-lidar-com-racismo-e-pratica-da-branquitude-diz-escritor-caribenho.shtml . Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.

FERREIRA, Luiz Cláudio dos Santos; SILVA, Patrícia de Oliveira Rosa. **Crise socioambiental**: perspectiva e crítica da racionalidade moderna e dos meios de produção capitalista. Organizações e Sustentabilidade, vol. 5, n. 2, Paraná, 2017.

FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa; JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas**: participação e engajamento. Cad.Cedes, vol.29, n.77, Campinas, 2009.

FOLADORI, Guillermo. **Avanços e limites da sustentabilidade social.** *In***:** R. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

FOUCART, Stéphane. **Le tailleurs de pierre de Blombos**. Le Monde. Disponível em: **https://www.lemonde.fr/planete/article/2010/10/29/les-tailleurs-de-pierre-de-blombos_1432920_3244.html**, acesso em: 12 de maio de 2023.

GABEIRA, Fernando. **Porto Seguro depois do trauma dos 500 anos**. Folha de São Paulo, 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx0210200019.htm . Acesso em: 30 de agosto de 2024.

GALIAZZI, M. C; SCHMIDT, E. B. **Movimentos da Análise Textual Discursiva em pesquisas de Educação Ambiental.** Educação (UFSM), v. 45, n 1, maio de 2020.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP, v.26, n.2, outubro de 1995.

GOMES, Laurentino. Porgrama de Debates Roda Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F1jGbXNKhFU, acesso em: 15 de julho de 2024.

GONÇALVES, Gisele Cristrina Botrel. **Apropriação do conhecimento islâmico ibérico e o pioneirismo português nas grandes navegações dos séculos XV e XVI**. 2021. 65f. Disserrtação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em ensino e pesquisa de história Ibérica, Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2021.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé.** Campinas: Papirus, 1998.

GREENPEACE. **Dossiê Abrasco:** Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Disponível em: https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless-release/2018/07/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **Bem-viver: germinando alternativas ao desenvolvimento.** América Latina em movimento, n.462, p.1-20, Quito, 2011.

GUERRA, C. (Coord.). **Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1995.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HESSELGRAVE, David. **A comunicação transcultural do Evangelho**. 1ed. São Paulo: Vida Nova, 1994.

INSTITUTO MÃE TERRA. **Plano de atividades**. Disponível em: https://maeterra.org.br/ , acesso em 12 de maio de 2022.

JORNAL DO SOL. **Justiça determina reintegração da Fazenda Rio Verde, em Trancoso**. Disponível em: https://www.jornaldosol.com.br/component/search/?searchword=reintegra%C3%A7%C3%A3o%20de%20posse%20apa%20caraiva&searchphrase=all&Itemid=552 , acesso em 26 de setembro de 2023.

JUNQUEIRA, Elaine de Sousa Guideti; KAWASAKI, Clarisse Sumi. **Os movimentos ambientalistas e a educação ambiental**: a militância como espaço educativo. Cadernos CIMEAC, vol.7, n.2, 2017.

KESSELRING, T. **O conceito de NATUREZA na história do pensamento ocidental**. Episteme, Porto Alegre, v. 11, p. 153–172, 2000

KOOPMANS, J. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul**. Teixeira de Freitas: CDDH, 2005.

KRASILCHIK, Myrian. **Educação ambiental na escola brasileira** – **passado, presente e futuro**. In: Ciência e Cultura, 1986.

KRENAK, Ailton. **Vozes da floresta**. Le monde diplomatique Brasil. Disponível em: https://youtu.be/KRTJIh1os4w?si=iJIZMZu0dTPPhBNH acesso em: 15 de junho de 2023.

LAYRARGUES, Philippe. **O cinismo da reciclagem**: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

LE MONDE. **Brasil, outros 500**: a marcha dos 2000 vinte anos depois. 2000. Disponível em: https://diplomatique.org.br/brasil-outros-500-a-marcha-dos-2000-vinte-anos-depois/ . Acesso em: 04 de março de 2024.

LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa. As Cruzadas e o Reino Cristão Armênico da Sicília. Revista Caminhos da História, v. 16, n.1, 2011.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**.** Revista de ciências sociais – Política & Trabalho, 13^{0} ed. Paraíba, 1997.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: **abordagens qualitativas.** São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo. **Religião: entre desejo, autocrítica e comensalidade**. 1. ed. São Paulo: Ambigrama, 2015.

MALINA, L. L. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 358f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), São Paulo.

MARTINS, Ana Caroline; MARTINS, Carla Cristina. Cultura, consumo e mídia: o espetáculo "Moda" está no ar. Iara – revista de moda cultura e arte**,** São Paulo, vol. 8, n.2, 2016.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: **a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

MELO, Júlio de Fátimo Rodrigues; VIEIRA, Werner Bessa. A religião cristã e a evolução da ciência: considerações históricas. Revista Multidisciplinar e de Psicologia. Vol.13, n. 48, p.412-428, 2019

MENDES, Geoésley José Negreiros. **Escola como *tempoespaço* de atravessamento:** entre a Guiné Conacri e o Maranhão. 2020. 117f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MIGNOLO, Walter. Colonialismo: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.32, n. 94, p.1-18, 2017.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMEZ, R. **Pesquisa social**: **teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Karini Lúcia Fabrini. **A unidade corpo-alma na fisiologia-ética do Timeu de Platão.** 2009. 153f. Dissertação (Mestrado), Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Coleção educação em ciências. 3ª edição rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. E-book: 2020.

MOURA, Jónata Ferreira de; NACARATO, Adair Mendes. **A Entrevista Narrativa**: dispositivo de produção e análise de dados sobre trajetórias de professoras. Cadernos de Pesquisa, PPGE/UFMA, São Luís, v. 23, n. 2, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO BRASIL. **Violência no campo: os constantes ataques aos trabalhadores rurais do sul da Bahia**. Disponível em: https://mst.org.br/ , acesso em: 15 de abril de 2023.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Sankofa: a matriz africana no mundo**.V.1. São Paulo: Selo Negro, 2008

NATURAVES. **Nossa história**. Disponível em: https://naturaves.com.br/ , acesso em: 15 agosto de 2023.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Alegrias e Infortúnios dos Súditos Luso-Europeus e Americanos:** A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 29-46, 2008.

NOGUEIRA, Renato. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África de Africanidades, n. 11, Rio de Janeiro, 2010.

ONU. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro: ONU-Fórum das ONGs, 1992.

PACHECO, J.W.; YAMANAKA, H.T. **Guia técnico ambiental de abate (bovino e suíno).** Série Produção mais limpa. São Paulo: CETESB, 2008. 95p.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI E XVIII. Revista de História. nº 12, p. 179-208. São Paulo, 1994.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PEREIRA, Angelo Balbino Soares. **A Teoria da Metempsicose Pitagórica.** 2010. 120f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em filosofia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2010.

PEREZ, William. Explicações comportamentais da correspondência dizer-fazer. Revista Brasileira de Análise do Comportamento. Vol. 13, n. 1, p.16-28. 2017.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. Biblioteca de Ciências da Comunicação. Vol.3, n.1, p.159-178. 2007.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **História Preta das Coisas: 50 Invenções científico-tecnológicas de pessoas negras.** 1 ed. São Paulo: LF Editorial, 2021

PINTO, Andrey Soares. **Revolta, Negociação e Autoridade**: O levante dos escravos do Engenho Santana, Ilhéus (1789). 2020. 123f. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em História, Universidade de Brasília. 2020.

PINTO, Mariana Afonso. **Os Impérios (Séculos XVI-XVII), Renascimento e Reforma:** uma proposta didática. 2021.174f. Disseratação (Mestrado), Ensino de história no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade de Lisboa, 2021.

PIRAGES, Dennis. **The new context for international relations**: global ecopolitics. North Scituate (Massachusetts): Duxbury Press, p.1978 – 283.

PONTES, Katiuscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádias:** a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03. 2017. 93f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino, Centro Federal de Educação Tecnológica, Rio de Janeiro, 2017.

POSTMAM, Neil. **Tecnopólio: A rendição da cultura à tecnologia**. 1 ed. São Paulo: Nobel, 1994.

QUÍRICO, Tâmara. **Peste Negra e escatologia: os efeitos da expectativa da morte sobre a religiosidade do século XIV**. Jornal eletrônico de Antiguidade e Idade Média. V.3, n.12, p.148-163, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A Colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do caos**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAMOS, E. C. **O processo de constituição das concepções de natureza. Uma contribuição para o debate na Educação Ambiental**. Ambiente & Educação, Rio Grande, vol. 15, n. 1, p. 67–91, 2010.

RAWORTH, Kate. **Um espaço seguro e justo para a humanidade: podemos viver dentro de um "donut"?** R. Bailey (2011) Growing a Better Future, Oxfam: Oxford. Disponível em: http://www.oxfam.org/en/grow/reports, acesso em: 23 de setembro de 2024.

REVISTA EXAME. **Ex-funcionária do Facebook revela que empresa sabia de danos a usuários**. Disponível em: https://exame.com/tecnologia/ex-funcionaria-do-facebook-revela-que-empresa-sabia-de-danos-a-usuarios/. Acesso em: 05 de outubro de 2024.

RIBEIRO, Neliana de Souza. **Responsabilidade Ambiental**: uma análise das decisões judiciais sobre o uso e ocupação da zona costeira do município de Porto Seguro por barracas de praia. 2019. 128f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2019.

ROCHA, A. J. D.; RAMOS, M. A. B. **Projeto Porto Seguro - Santa Cruz Cabrália: histórico/infraestrutura e aspectos socioeconômicos**. Salvador: CPRM; Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, 1999.

ROCKSTROM, Jhon. **Um espaço operacional seguro para a humanidade**. Nature, vol.26, p. 472-475, 2009.

RODRIGUES, Pedro Ivo Moreira Gomes. **Porto Seguro como território identitário nacional:** começos e recomeços da memória indígena. 2019. 155f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

ROHDEN, Huberto. **A metafísica do Cristianismo: a alma de Jesus revelada no Pai Nosso.** 5 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

SÁ, Adísia. **Fundamentos filosóficos da comunicação**. In: Fundamentos científicos da comunicação. Petrópolis: Vozes, 1973.

SATO, Michele. **Aurora e crepúsculo do capitaloceno**. In: SATO, M & DALLA-NORA, G. (Orgs). Turbilhão de ventanias e farrapos, entre brisas e esperançares. Cuiabá: Ed Sustentável, p. 9-18, 2021.

SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **A construção do eu na Modernidade. Da Renascença ao século XIX.** 1. ed. Ribeirão Preto: Holos Editora, 1998.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e siginificados.** 1 ed. Brasília: UBU, 2015.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. 2 ed. São Paulo: Senac, 2001

SANTOS, Leandro Fernandes Antônio. **Unidades de Conservação e Sociedades Sustentáveis**: a Educação Ambiental desenvolvida nas UC da Costa do Descobrimento – BA. 2022. 213f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, Universidade Federal do Sul da Bahia, 2022.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, ano 1, n.1, 1999.

SAUVÉ, Lucie. **Educação ambiental**: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317–322, 2005.

SEI. Governo do Estado da Bahia. **Territórios de identidade da Bahia**. Disponível em: http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/ , acesso em: 06 de maio de 2023.

SENADO NOTÍCIAS. **Projeto do marco temporal das terras indígenas chega ao Senado**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado. Acesso em: 30 de julho de 2024.

SEPLAN. Governo do Estado da Bahia. **Política territorial**. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/ , acesso em: 04 de agosto de 2023.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. Revista USP, n.30, p.180-119, 2016.

SILVA, Miriam Conceição. **A história do movimento negro em Porto Seguro-BA: a influência do Instituto sociocultural Brasil chama África no processo de criação da política municipal de igualdade racial.** 1 ed. Salvador: Cogito, 2022.

SILVA, Rosana L.F. O Meio Ambiente por Trás da Tela: Concepções de Educação Ambiental dos Filmes da TV Escola. Revista Brasileira de Educação, n.22, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Gabriela Mateus. **Influência do uso e ocupação do solo na disponibilidade hídrica da Bacia do Rio Buranhém**. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, Universidade Federal do Sul da Bahia, 2019.

SOFFIATI, Arthur. **Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação.** *In*: BAETA, Anna Maria Bianchini et al. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.23-67.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, vol.31, n.2, p.285-299, São Paulo, 2005.

SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. (Orgs.). **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e da Aracruz Celulose: uma história de ilegalidades, descaso e ganância.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self.** 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TOSCANI, Oliviero. **A publicidade é um cadáver que nos sorri**. 1ed. Rio de Janeiro: Edioro, 2003.

TRECANNI, Girolamo Domenico. **Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá.** 2006. 711 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

TRISTÃO, Valéria Talaveira Valentini; TRISTÃO, José Américo Martelli. **A contribuição das ONGs para a educação ambiental:** uma avaliação das percepções das *stakeholders.* Ambiente e Sociedade, vol.XIX, n.3, p.47-66, 2016.

VALDINA, Makota. **Saberes Tradicionais.** Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://youtu.be/oY_F24QAPsI?si=UmkyKlxF25YXbVPa. Acesso em 14 de maio de 2024.

VERACEL Celulose. **Sustentabilidade**. Disponível em: https://www.veracel.com.br/ , acesso em: 23 de julho de 2023.

VIOLA, Eduardo. **O Movimento Ambientalismo no Brasil (1971-1991): Da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável**. In: GOLDENBERG, M (org.) Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro: Revan. 1992.

WHITE JR, Lynn. **The historical roots of our ecological crisis**. In: Science: new series, v.155, n. 3767, p.1203-1207, 1967.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Anexos

Apêndice A – Guia para as entrevistas narrativas

1- Identificação da entrevista

Data:

Número da entrevista:

Nome do entrevistado/a:

2- Tópico inicial para narração:

Me fala qual a sua função na OSC

3- Perguntas exmanentes:

1. Qual foi a motivação para criação da insituição?
2. Quais são as atividades desenvolvidas na OSC?
3. Quem define a atividade a ser desenvolvida?
4. O que se espera alcançar com o desenvolvimento delas?
5. Qual principal contribuição a Osc oferece ao Território?
6. Desenvolvem parcerias com outras OSCs?
7. Qual o público alvo?
8. Há algum tipo de *feedback* com a população atendida?

4- Perguntas imanentes

Serão realizadas conforme o desenvolvimento da entrevista.

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012 E Nº510/2016, MS.

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da pesquisa que tem como título "Sociedades Sustentáveis e Racionalidade Moderna: um olhar sobre o movimento ambientalista de Porto Seguro-Ba" sob a responsabilidade da pesquisadora Girlane Valentim Lopes e que conta com as orientações da Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto e do Prof. Dr. Marcos Sorrentino. Esta pesquisa tem por objetivo observar o movimento ambientalista articulado no município de Porto Seguro-BA sob as lentes da Educação Ambiental Crítica visando a transição do atual modelo de desenvolvimento para as Sociedades Sustentáveis. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas narrativas, que terão um tempo médio de até 30 minutos de duração. Se o(a) sr(a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para o melhoramento das atividades socioambientais desenvolvidas no Território, com a possibilidade de torna-la mais participativa e diversa.

Quanto aos benefícios da pesquisa, esperamos fortalecer a formação de sujeitos críticos, fomentando o diálogo, a partilha do saber, característicos da vertente de educação ambiental crítica, visando o melhoramento da gestão ambiental local, dialogando com a ideia de construção das Sociedades Sustentáveis que vislumbra inúmeras possibilidades que permeiam o universo de concepções e entendimentos direcionados para uma nova maneira de pensar o mundo contemporâneo, desejando que seja mais justo e igualitário.

As entrevistas serão agendadas com antecedência mínima de 1 semana. Ocorrerão de maneira presencial e terão os áudios gravados com autorização prévia do(a) Sr(a). Não haverá remuneração ou custo algum para o(a) participante. Se depois de consentir sua participação o(a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

As entrevistas serão desenvolvidas dentro de um diálogo entre o(a) participante e a pesquisadora. Os riscos para o participante são mínimos, a exemplo de algum desconforto ao colocar seu ponto de vista sobre determinado assunto, ou possivelmente achar que de alguma maneira não saiba a resposta de uma pergunta. Desde já asseguramos que todo ponto de vista é válido e que num diálogo fluido e favorável não há resposta certa ou errada. Se ainda assim o(a) participante se sentir desconfortável e preferir não responder alguma pergunta ou desejar interromper a entrevista, ficará livre para fazê-lo sem que haja nenhuma penalidade para si.

Quanto à garantia do sigilo e da privacidade, a identidade do(a) Sr(a) será mantida em sigilo durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação. Nesse sentido, nomes de participantes que eventualmente apareçam na escrita dos resultados e na análise dos dados serão fictícios. Os dados da pesquisa serão analisados por meios de técnicas qualitativas, como o Análise de conteúdo, transcrição das entrevistas com o intuito de uma compreensão profunda dos fenômenos estudados, respondendo aos objetivos da pesquisa. Cabe ressaltar que os(as) participantes terão a garantia de desistir de participar a qualquer momento da pesquisa, caso sintam-se impossibilitados(as), sem prejuízo algum para si. Os resultados da pesquisa ficarão acessíveis no site da UFSB e o Sr(a), será informado quando estiver disponível.

Para esclarecimento de dúvidas ou qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Rua Adno Musser, 1700, Tabapiri, CEP 45810-000, Porto Seguro-BA. Pelo telefone (73) 98865 8992 ou pelo email: girlavalentim@gmail.com.

Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no seguinte endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 1732, bairro Monte Castelo, CEP 45996-108, Teixeira de Freitas-BA. Também pelo telefone (73) 3291 2089, e email: cep@ufsb.edu.br. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa.

Agradeço a disponibilidade em participar desta pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

CONSENTIMENTO PÓS–INFORMAÇÃO

Eu_____, fui informado sobre o que a pesquisadora deseja investigar e porque precisa da minha colaboração. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, entendendo que posso sair quando desejar. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____

Assinatura do participante da pesquisa

_____

Assinatura do Pesquisador responsável

Data: _____/ _____/ _____

Apêndice C – Termo de Consentimento de Autorização de Uso de Imagem e Voz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, _____, autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Girlane Valentim Lopes a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada "Sociedades sustentáveis e Racionalidade Moderna: um olhar sobre o Movimento ambientalista de Porto Seguro-BA" e concordo livremente em participar dela. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

_____ (BA), _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa